

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	52.505.161/0001-30	<b>CEP da sede:</b>	13.735.060
<b>Endereço da sede:</b>	Rua Barão de Monte Santo, 12 11 Bairro Centro - Compl 3 Andar		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora   <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens                 </div> <div>                     (93,3) em frequência modulada  <input type="checkbox"/> em ondas curtas  <input type="checkbox"/> em ondas médias  <input type="checkbox"/> em ondas tropicais                 </div> </div>		
<b>Período da renovação:</b>	30-06-23 a 30-06-2033		
<b>Localidade da renovação:</b>	Mococa	<b>UF:</b>	SP

Eu, Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa, inscrito no CPF sob o n. 022.626.158/10, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb33380>

Digitalizado com CamScanner

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**Mococa-SP, 10 de agosto de 2022.**



**Assinatura do representante legal**

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2





ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

**RELATIVOS  
À PESSOA  
JURÍDICA E  
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.





**FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA**

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTES DOCUMENTOS.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTES DOCUMENTOS.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35200834664	01/03/1977	10/08/2022 12:55:03
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/03/1977	52.505.161/0001-30	

CAPITAL
R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

ENDEREÇO	
LOGRADOURO: RUA BARAO DE MONTE SANTO	NÚMERO: 1211
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: 3 AND./SL.309
MUNICÍPIO: MOCOCA	CEP: 13735-060 UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
MAISA MOREIRA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 365.544.378-19, RG/RNE: 439771419 - SP, RESIDENTE À RUA MANAUS, 306, VILA QUINTINO, MOCOCA - SP, CEP 13736-130, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00
MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.626.158-10, RG/RNE: 7703522 - SP, RESIDENTE À RUA MANAUS, 306, VILA QUINTINO, MOCOCA - SP, CEP 13736-130, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 49.500,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 511.687/17-5 SESSÃO: 21/12/2017
DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E CAPITAL SOCIAL, DATADA DE: 01/12/2017.



atuito

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

NUM.DOC: 555.871/18-6    SESSÃO: 28/12/2018

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211- 3 ANDAR SALA 309- CEP: 13730-230 MOCOCA SP, CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SEU CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS N DE COTAS VALOR-R\$ MARIA AUXILIADORA FERREIRA 49.500 R\$49.500,00 BARBOSA MAISA MOREIRA 500 R\$ 500,00 TOTAIS 50.000 R\$50.000,00 A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, DATADA DE: 01/12/2018.

NUM.DOC: 587.669/19-6    SESSÃO: 02/12/2019

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 3 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS N DE QUOTAS VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00 MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 15/10/2019.

NUM.DOC: 451.824/20-9    SESSÃO: 12/11/2020

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 3 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/N DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 19/10/2020.

NUM.DOC: 555.524/21-8    SESSÃO: 08/12/2021

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF NO 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 3º ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI NO 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI NO 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/NO DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 03/11/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200834664  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/08/2022

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON D



POLEGAR DIREITO



6F397253

Maisa ... reira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIL DE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

**43.977.141-9**

2 via

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

13/0

NOME

**MAISA MOREIRA**

FILIAÇÃO

**HELIO VILHENA MOREIRA**

**MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA**

NATURALIDADE

**FRANCA - SP**

DOC ORIGEM

**PATROCINIO PAULISTA SP PATROCINIO PAULISTA CN:LV.**

**FLS.163 /Nº02585**

CPF

**365544378/19**

**Mitiaki Yamamoto**  
**Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP**

**ASSINATURA DO DIRETOR**

**LEI Nº 7.116 DE 29/08/83**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb3782

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8720-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

624-082011

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.703.522-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/MAR/2012

NOME MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA

FILIAÇÃO ENIS BARBOSA DE OLIVEIRA

E MARIA LOUISE FERREIRA BARBOSA

NATURALIDADE PEDREGULHO - SP DATA DE NASCIMENTO 21/OUT/1959

DOC ORIGEM PATROCÍNIO PAULISTA SP

PATROCÍNIO PAULISTA

CC: LV.B25 / FLS.72 / N.001132

CPF 022626158/10

206 Delegado Divisório

Roberto Assinatura do Delegado IIRCD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Autenticado eletronicamente em 29/08/2012 às 14:00:00

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb3782>

Digitalizado com CamScanner



10/08/2022

0059523578

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9526392****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 09/08/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**, CNPJ: 52.505.161/0001-30, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

**PEDIDO Nº:****0059523578**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

7687 9 87 9 7 98

023456789 8 9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**  
**CNPJ: 52.505.161/0001-30**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:57:34 do dia 10/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/02/2023.

Código de controle da certidão: **E757.07A6.0A59.0F9D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22080230327-50

Data e hora da emissão 10/08/2022 12:58:45

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)







## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME CNPJ: 52505161000130

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 3444 - RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME

Endereço: Rua BARAO DE MONTE SANTO, 1211 - Bairro CENTRO - Compl. 3º ANDAR - CEP 13.730-230

Código de Controle

CWOWGLRZL9ABNEH1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://portal.mococa.sp.gov.br/principal/>

Mococa (SP), 10 de Agosto de 2022





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA - ME

**CNPJ:** 52.505.161/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:53 do dia 10/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



stuvwx

yz{x|z|x



1234565789 922 8359892  
9 1

! "#\$%&'()\*+,-./012345678308392424/35:0/398  
; < == %3# 'B' & "\$  
/012345678308392424/35:0/398  
.37/. /2308392>:83?/>:23# ##3'@3/>0/.3%3/A/.8410/3%392424/3%3?A

/34CDEC38FGHIJDFC3KLMLNCOP3HG3QRG3MC3CSNDTQDUVG3WQL3OXL3FGHYLNL3G3/NS!  
BP3MC35LD3Z! "\$P3ML3##3ML3JCDG3ML3#[["P3FLNSDYDFC3WQLP3HLRSC3MCSCP3C  
LJ\NLRC3CFDJC3DMLHSDYDFCMC3LHFGHSNC&RL3LJ3RDSQCUVG3NL]QOCN3\LNCHSL3G  
KQHMG3ML3^CNCHSDC3MG3:LJ\G3ML3?LN\_DFG3&3K^:?!  
23\NLRLHSL34LNSDYDFCMG3HVG3RLN\_DN`3ML3\NG\_C3FGHSNC3FGTNCHUC3ML  
WQCDRWQLN3MaTDSGR3NLYLNLHSLR3C3FGHSNDTQDuBLR3L%GQ3LHFCN]GR3ML\_DMGRP  
MLFGNNLHSLR3MCR3GTNDJCUbLR3FGJ3G3K^:?!  
c)-<)<= B%"B%" " 3C3 %"Z%" " 3  
d=ef)+ghi=+ " "B B"# j jjB\$Z['  
1HYGNJCUVG3GTSDMC3LJ3#"%"Z%" " 3#"k"#k  
/3QSDODICUVG3MLRSL34LNSDYDFCMG3\CNC3GR3YDHR3\NL\_DRSGR3LJ35LD3LRSC  
FGHMDFDGHCMC3C3\_LNDYDFCUVG3ML3CQSLHSDFDMCML3HG3RDSL3MC34CDECK  
mmmn)o)npqnr



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Certidão nº: 25530281/2022

Expedição: 10/08/2022, às 13:03:02

Validade: 06/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.505.161/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Data de Envio

07/07/2023 16:14:36

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem

Processo nº: 53115.022328/2022-70

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo de Parecer - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga de RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada de Mococa/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação da outorga.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Marcio da Silva Barbosa

Seg, 10/07/2023 11:43

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes &lt;karina.menezes@mcom.gov.br&gt;; Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins &lt;rebecca.martins@mcom.gov.br&gt;

Senhor (a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** sexta-feira, 7 de julho de 2023 16:14**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.022328/2022-70

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMKAGI5NTJMDQWLWRKODITNGY4NC05ZDYXLWQ00TczNTM2MDY5NQBGAAD31SCGCRSW... 1/1

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





!"#\$%&'()\*+\*,%'-.#(/01)\*\*23(%1-")+4.1#5(/01)\*\*6-1)\*\*7(\*'18#"9:\$%&'(
!"#\$%&'()\*+4.1#5(/01)\*\*6-1)\*\*7(\*'1\*84-01)";&"%&'(%1)\*\*<-.(/=-

>?@ABCCDE@DAF GBHADEIBAJEHBKDLMEIBOD PNONQRDANF STQTUQVTVWESWFXFYFVY

zZ"3(/01)\*\*)[4.1#\(-)]^"%&'\*(-\_())^"%&"#` )a)bc

deFZKG	fLghij@hDFZfDiDiN		
kgOhHNHB	fLghij@hD	PNONEILODAmN	nNohHNHB
pZqZrZstuvwxsytZz{ly	u}~}~		
py xtZszv Z Y ZutsyZz{ly	u}~}~		
py xtZszv Z Y ZutsyZz{ly	u}~}~		
dCLAhDFE@BHADg iDoN E EGBHADEIBAJEHBKDLMEIBODEEEEEEEEEPNONFESTQTUQVTVWEEEEEEEEERDANFESWFXFYFV			



8277438 3

8631 3 47 3 1

			3 8	3	47 3 1			
!"#\$%&\$'()*%&#%#+			0, -	/0	1--,	.2,	3	1
!"#\$4&()&5*&+								
6#7#8!(#+ 9:				;"<<3;				'="&*7+ 46331673;>46331673;?8?6
@ AB+ ??<C3;								D"#E!\$%!\$4*5)#7+ FFF<<
6*G!\$H5IJE*!+				,		K67L3 3		6*G!\$6&M&+ 41N632
O&)&\$%!\$P!()E&)!+				;C<C;				Q#ER*SI+ ; 3 03 78 7T8 U8863 1 V61WTX73
@&E&)#E+				K67Y678				Z!P&7\$5G#P[8*P!+
\#%#+						@&)#]E*&\$%&\$5)&S^!+		K677_32
`&7a\$4+ ;C<C;;								
bc5#ER&Sd#5+				1FCe0U-./,-		,f,2.		C

1618			U1 1		
Z!JE&%!!E!+ 0T3 0368 1841 U348			@!"G7#"#()!+ :g , 36		
h&*EE!+ 1468			!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883			H4+ UK	@'A+ ;;<	

1618			8661_8 X73		
Z!JE&%!!E!+ 0/, 0,0,- 1-f2 U,f2-			@!"G7#"#()!+ :g 3 36		
h&*EE!+ ,K,0 ,			!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883			H4+ UK	@'A+ ;;<	

1618				8	263786	
Z! E&%! E!+ V3j1 3 U343 13673				@!"G7#"#(!)+		
h&*EE!+ k613 0T632 1 1883				!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883				H4+	UK @'A+ ;F	

1618				8	4l 78		K677_32	
Z! E&%! E!+0/,0,0,-1-f2U,f2-				@!"G7#"#(!)+:g,f,0				
h&*EE!+ ,K,0 ,				!"#E!+				
il(*P[G*!+ 1883				H4+	UK	@'A+	;:<	

1618			8	4l 78	,Tm72736
Z! E&%! E!+			@!"G7#"#(!)+		
h&*EE!+			!"#E!+		
il(*P[G*!+		H4+	@'A+		

8631 8 K238 0378

.8327j38					
il(*P[G*!+ 1883			H4+	UK	

K36n1468 2o78					
@&(&7+	4E#plq(P*&+ ;?;	1rj	@7&55#+ ,	'A\$!JM**"&+ ?;<st	
u@v+ <	A&E#&"#()!+		O#P&7&]#+	4&5#+	

8631 3 438



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

C

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

[illegible]



	!	"	"	!		!		#	#	
	!	#				!		"	"	
						!				

\$%43&'8 ()*72736										
+63%,7%%86 ()*72736										
-/01234560789;<2						=2/;>2 \$? #				
@8AB0C8;<: D741EF D7%41,3%\$2146G7E8% H4 3						I2<J;C083/:3K7:B8LM2 # FN				

+63%,7%%86 ()*72736										
-/01234560789;<2 #???						=2/;>2 O+PQ#RO+PQ#I				
@8AB0C8;<: DS\$ DTU\$V(V\$ S(UTS(H V\$ \$H\$+0TSU(						I2<J;C083/:3K7:B8LM2 # FN				

H7W3 1 +63%,7%%'8 ()*72736										
=2/;>2 HPQR						@8AB0C8;<: XYZ Q (OTD \$DZ\$U(UD \$ DUD+\$Y(D				
-297B09;<23/83[0;\8 , ]<;68LM2 # OR#,						I:B/8^3]C:^^.B08^ ! O _97:/';C08 ! 8W,%				

(413        ) *72736										
=2/;>2    OXa        b#           121,148c						@8AB0C8;<:				
d8;/2		Q	O	e:89fg0><	h	KB0;:<8LM23ij	I2>8B8k8LM2	76E)236	#!	,       4mI3=no098
OVD										
-/0123I_										

Up86,3&q1% 8 8E),148 1 T)486r3										
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3
##	#	Z8643673	Y	RR#	RR#	T)486r3				w)6x 7E8

Up86,3&q1% 8 8E),148 1 (t68y3&'8 1 H8E37%										
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3
	!	Z8643673	VY	#RR#		(t68y3&'8 1	H8E32			+zE7E8

{7%4567E8 1 V8E),148%\$,747 8%										
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3
	!##	Z8643673	VY	#RR#		D))%474)7&'8	1	\$))7t3,148		+zE7E8
	##	Z8643673	VY	#RR#		Y) 3&3	1	H8E32		+zE7E8
	#	Z8643673	VY	R#R#I		\$))3 63,148Z238	O~%7E8			+zE7E8
	#	Z8643673	Y	#R#R#	#RR#	018y3&'8				w)6x 7E8
	##	Z8643673	VY	#RR#		()4867v3 3	(24163&'8 1			+zE7E8
	!	Z8643673	VY	#R##R#		+zE7E3% 3	\$%43&'8			+zE7E8
	!	V1E6148 H1r7%2347y8 S		#R!R	#!R!R	018y3&'8				w)6x 7E8
	#	Z8643673	Y	RR#	R!R#	018y3&'8				w)6x 7E8
		V1E6148 H1r7%2347y8 S		R#R#	R#R#	V127 16	8	S3E7832w		w)6x 7E8
!!!R#		(48	T0H\$	#R#R#	RR#	()4867v3 8	u%8	1		+zE7E8
!!#	#	Z8643673	Y	RR	RR	018y3&'8				w)6x 7E8
!!R #!		(48	T0H\$	RR	#RR	()4867v3 8	u%8	1		+zE7E8

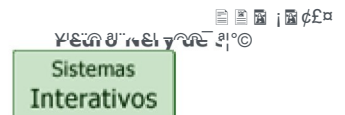


			86678	1	783148				









 Menu Principal ▼

UQVWQYOS[SQR'[ZO OP[μQRTRUQ Pqwo p

/01234/21/53647891

/:;4789123/

III

```
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM
```

NOPQRSTRUQVWXYZ[V]^_											
U`avbcdedffebghijk											
Imno	Ul`pqU`a	oI`Nrstso nU	Ul`p	Utuv	wZSx UQZ[W	`tuNx ml	`tuNx 'l	youzr{my Nr`m	a n  rUr`m		
{~□ † ~/} ‡ : † □: ~	<u>bcdedffebghi</u> <u>jk</u>	:~0□ † / † ☞ ☛ 0 † / †   † } ~ ‡ Y0~	<u>d * ed deici I 书 书 ji</u> <u>b 书</u>	† .5 ‡ 3 d 书 书	书 书 书 书 书 书 书 }			ii	† ^	}35351	
		:~0□ † / † ☞ ☛ 0 † / †   † } ~ ‡ Y0~	<u>d * ed deici I 书 书 ji</u> <u>b 书</u>	† .5 ‡ 3 d 书 书	书 书 书 书 书 书 书 }			ii	† ^	}35351	


|WX OQ|PTS QVx QY[ R R'TS QRIT RSTRyQX[RITZQRRRRRRRRRrS[Z|R q q q q RRRRRRRRRR Q |R | | |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<http://leg-autenticidade-assinatura.cpfara.org.br/2f0e-1!&7-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Agência de Telecomunicações

Sistemas Interativos

Menu Principal

/01234/21/53647891/ /:4789123/

//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTRUQVWXYZ[V]^_											
U`aVbcccdecedfghifb											
jklm	Uj`noU`a	mjNpqrm lU	Uj`n	Urstk	uZSv UQZ[W	`rsNv kj	`rsNv `j	wmsxpykw	Np`k za	lzjpUp`pk	
{ :} /~[] }0 } :  _ } :: } } : / }   : } }	bccdecedfghi fb	: 0} } / } ~ } } 0 } /{ } } } } 0	gcdgbdgef`Y`bbb f b	0 5 7 ; 93 } } } : } } } } } } } }	} } } } } } } } } } } } }	ii	ii	_ {	ii	} ^	{35351
		: 0} } / } ~ } } 0 } /{ } } } } 0	gcdgbdgef`Y`bbb f b	0 5 7 ; 93 } } } : } } } } } } } }	} } } } } } } } } } } } }	ii	ii	_ {	ii	} ^	{35351
		: 0} } / } ~ } } 0 } /{ } } } } 0	gcdgbdgef`Y`bbb f b	} 5 5 3 } } } } } } } }	} gbb } b } bb } } b } bb } } }	} }	} }	_ {	ii	} ^	{35351
		: 0} } / } ~ } } 0 } /{ } } } } 0	gcdgbdgef`Y`bbb f b	} 5 5 3 } } } } } } } }	} gbb } b } bb } } b } bb } } }	} }	} }	_ {	ii	} ^	{35351

zWXOQ\RPTSQV\ QY[ R`R`TSQRJT RSTRwQX[RJTQRRRRRRRRRRq[Z[R o o o o o RRRRRRRRRRR Q[R \ \ \ \ \ R




 Futuro Interativo  
 Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

:/ 66478914/ pq1d4 RWXRZPT\TRSb\|PxPQ\jCRSUSVREQR\p69pq6p9/9po\| rp67/ /1721/

/01234/21/53647891	/:3647891/
--------------------	------------

```
//;<=>?@ABCD BEAFGFHBIJ<CKBCL=AFKBKMC=B>CLNHEM>B>
```

OPQRSTUVWXYZ[-^`
Vabc/defdgdfhhiqgghklq

**f**

[^m3/n3o/p65369q123/21234/53r/p441/o6n3qr1sm3](#)

tXyuvPR|SQUTvRWwxRZlySzSbUTvRSaUv{STUS|Ry}\SaUjRSSSSSSSS~|[|]S□ ♀ 👤 🦋 ♂ SSSSSSSSS ☠ Rv[|]S□Y' ] □ | ♀ 👤

---

S

S



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infleg-autentificacao-assinatura.cpfmpra.org.br/7-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Menu Principal ▾

a★::4=36478914/□`e164=VRWXRZPT\TRSx\m[PjPQ\5RSUSVRg0#69`e6:W//9`c1///\_`67/ //1 721/

/01234/21/53647891	/:3647891/
--------------------	------------

///

//, <=>?@ABCD BEAFGFHBIJ<CKBCL=AFKBKMC=B>CLNHEM>B>

OPQRSTUSVRWXYZ[\]^_`/ab5c3d0ce`93e
fRgUSHijPRklPmU[Rm]e12c3/587n`/2`/_35351

O
^p3/q3c/`65369e123/21234/53_`441/c6q3e_1rp3

sXYtmPR]SQU TmRWUjRZ\vSwSxUTmRSfUmySTUS hRYz\sfU[RSSSSSSSSSS[\]S{[k]}k~|~□SSSSSSSSSS † Rm\]S{ † ][] † †

S  
S



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

!)\*%2`))++2`.)++2`)%`2`\*`!)`)%`+&`+`)(&`+`2`%`))&`

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





,-./012345-67/08741-419:0/3;41-4.-,-0/7;471<050;/.717;  
=->74757/->

5?@AB .71034,>C:-41-4<3,3,74>/174D4<-  
,5=EB FGHFIFHJKJLIIJDMI

NNNNNNNNNOPQRSTUUVWXYZ[PN\]XNUX\YRVW^NVR\_NPYRVN^VRV^NaP\`b\USVYNPNWNP[N\XWP^NQPcVRSDVYNNeYNQPUPSRVYN^WS  
aPcVNfVRPc^NQPYVcdV^XNXN^SQPSRXN^PYRVNVgb\USVN^PNUXhQVQNZ[VSYZ[PQN^ids^VYN^PNQPYaX\YVhScS^V^PN^XNUX\RQSh[S\RP  
VUSWVNZ[PNdSPQPWNVNYPQNVa[QV^VYj

NNNNNNNNNKYRVNUPQRS^]XNQTPQPIYPNPmUc[YSdVWPIRPNeNYSR[Vn]XN^XNUX\RQSh[S\RPN\XNoWhSRXN^PYRVNVgb\USV^N\]XNUX\YR  
aXQNUX\YPg[S\RP^NaQXdVN^PNS\ImSYRb\USVN^PN^\_hSRXYNS\YUQSRXYNPWNpidS^VNfRSdVN^VNq\SjX^NV^WS\SYRQV^XYNaPcV  
rQXU[QV^XQSVNsPQVcN^VNtVuPl^VNvVUSX\Vcj

NNNNNNNNNKWSRS^VNeYNwxyz{y|zN^XN^SVNwz}z~}{z{N † † XQVNPV^VRVN^PN † QVYicSV † j

NNNNNNNNN ☞ cS^VNVR\_Nz`Y"}z † }{z{[j

NNNNNNNN

NNNNNNNNNOPQRS^]XNPmaP^S^VNgQVR[SRVWP\RPj







Mosaico

Todos ▾ [Download Canais](#)

Total de registros		1 - 50	50	<input type="checkbox"/> Atualizar	<input type="checkbox"/> Filtrar															
Ações	Status	CHP	Entidade	NumFretal	Canal	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI
		52595161000130				(Titular)														
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	52595161000130	RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA	020288626	P	Comercial	FM	250	SP	Mococa		227		93.3	A2	Principal	21° 29' 11.65" S	46° 52' 22.44" W	4.3641	46
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	52595161000130	RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA	50433114110	P	Comercial	FM	250	SP	Mococa		290		105.9	B1	Principal	21° 29' 11.65" S	46° 52' 22.44" W	5.5674	62

Spectrum Canais Inc.









\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%	&%-,&-'%'	./\$0102,, %1-&-'%'	0102,,	0102,, ,&%	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%'	&%-,&-'%'	./\$%&,2,, %1-&-'%'	%&,2,,	%&,2,, ,&'	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$1&=,	%	'%'	,0,->-'%'	0201 %-:-,1-'%'	0201	0201 ,,&&	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%&	&%-,&-'%&	./\$0102,, %&-,&-'%&	0102,,	0102,, ,&:	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%&	&%-,&-'%&	./\$%&,2,, %&-,&-'%&	%&,2,,	%&,2,, ,&1	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%:	&%-,&-'%:	./\$0102,, %0-&-'%:	0102,,	0102,, ,&>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%:	&%-,&-'%:	./\$%&,2,, %0-&-'%:	%&,2,,	%&,2,, ,&=	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%1	&%-,&-'%1	./\$0102,, %%-,&-'%1	0102,,	0102,, ,&0	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%1	&%-,&-'%1	./\$%&,2,, %%-,&-'%1	%&,2,,	%&,2,, ,&(&	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%>	&%-,&-'%>	./\$0102,, %,-,&-'%>	0102,,	0102,, ,,:,	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%>	&%-,&-'%>	./\$%&,2,, %,-,&-'%>	%&,2,,	%&,2,, ,,:%	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%=	&%-,&-'%=	./\$0102,, ,>,&-'%=	0102,,	0102,, ,,:'	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%=	&%-,&-'%=	./\$%&,2,, ,>,&-'%=	%&,2,,	%&,2,, ,,:&	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%0	&%-,&-'%0	./\$0102,, "-,&-'%0	0102,,	0102,, ,,::	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%0	&%-,&-'%0	./\$%&,2,, "-,&-'%0	%&,2,,	%&,2,, ,,:1	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%=':)%\$<<?@.	,	'%0	,:-,-'%,0	./\$',,2,, %>,-,&-'%,0	',,2,,	',,2,, ,,:>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'%(	&%-,&-'%(	./\$0102,, %,-,:-'%(	0102,,	0102,, ,,:=	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'%(	&%-,&-'%(	./\$%&,2,, ,%-,:-'%(	%&,2,,	%&,2,, ,,:0	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$(',,	,	'%(		,2,, ,%-,-'%,0	%&,2,,	,2,, ,,: ;7ABCD789		,2,,
\$\$\$\$\$((((	,	'%(		,2,, ,%-,-'%,0	0102,,	,2,, ,,:1 ;7ABCD789		,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'',	&%-0-'',	./\$0102,, %%-,-('',	0(=2=&	0(=2=& ,,1&	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'',	&%-0-'',	./\$%&,2,, %%-,-('',	%&>2,'	%&>2,' ,,:1:	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	''%	&%-,&-''%	./\$0102,, ,(-,&-''%	0102,,	0102,, ,,:11	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	''%	&%-,&-''%	./\$%&,2,, ,(-,&-''%	%&,2,,	%&,2,, ,,:1>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$0=>>)\$*\$+E	%	''%	'1-%-',"	./\$'F>,,2,, ,&-,%-',"	'F>,,2,,	'F>,,2,, ,,:1=	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'"',	&%-,&-'"',	./\$0102,, %0-&-'"',	0102,,	0102,, ,,:10	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'"',	&%-,&-'"',	./\$%&,2,, %0-&-'"',	%&,2,,	%&,2,, ,,:1(	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$0=>>)\$*\$+E	%	'"',	,0,-1-'"',	./\$.:F>,,2,, %0-,-'',"	:F>,,2,,	:F>,,2,, ,,:>,	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%&('\$)\$*++	%	'',&	&%-,&-'',&	./\$%F1%02,, '=-,&-'',&	%F1%02,,	%F1%02,, ,,:>%	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$\$.',,\$)\$;+.<	%	'',&	&%-,&-'',&	./\$'&,2,, ':-,&-'',&	'&,2,,	'&,2,, ,,:>'	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$%=':)%\$<<?@.	%	'',&	,1,-=-'',&	./\$'0,2=, ,1,->-'',&	'0,2=,	'0,2=, ,,:>&	3456789	,2,,

GHIJKLMNOPMHLNQLRSTUTVS VWLXNQLYNJPZ\ ,2,,  
GHIJKLMNLIY^MPIHZLNQLRSTUTVS VWLXNQLYNJPZ\ ,2,,

N'NaMJLMHLbJQcHLDPlEjfgH
\$.;h\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$n8k5A5m6l765o9\$p;9k\$hqC569\$r4msCAm5o9t \$.rh\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$n8k5A5m6l765o9\$prCk\$hqC569\$r4msCAm5o9t \$.*;\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$.Cm6l5ju9\$*Cks9lvI57\$8C\$;9wl7Aj7 \$;h\$.Co9x789\$)\$hqC569\$r4msCAm5o9\$.Co9x789 \$.y\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$y485B57D \$.z\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9?\$CACx789 \$?(@\$)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$?767\$8C\$<4wD5B7ju9\$A9\$?5vl59\${q5B57D\$87\$@A5u9 \$;?\$)\$i7Aj7kCA69\$EAmbI569\$A9\$;n?Ez \$?n\$)\$i7Aj7kCA69\$EAmbI569\$A7\$ o587\$n65o7 \$(h\$)\$i7Aj7kCA69\$Ck\$h)CB4ju9\$y485B57D \$rh\$)\$r4msCAm7\$7\$C)5x5w5D5878C\$s9l\$q9lj7\$89\$~Ck\$='&-++.+;+-++.+;2\$8C\$,0-0-,,:=2?\$CBIC69\$A□\$1F",-',,:\$C\$?CB5mu9\$;?%; † \$!C4A5u92\$%'(-.,, \$~{)}\$~4D67\$8C\${q B59 \$i(\$)\$i7Aj7kCA69\$8C\${q B59 \$<\$)\$<7IBCD7kCA69 † \$i7Aj7kCA69\$<7IBCD789 \$<n\$)\$<7IBCD7kCA69 † \$<7IBCD7 \$ † +\$)\$ † CACq B59\$+5mB7D



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Agência Nat  
de Telecomu

qrstusvwx  
wz0BrUu1dnt1qut e d1dy{t0~Y{ zZ~

Sistemas  
Interativos

 Menu Principal ▾



 ).-(DEFGHI I JFMJLMNMGOK\_&)\$ \$&( | '). (h.1(

456789;,<=,>?9;<@?<A?B?C;;

DEFGHIJFKJLMNM	GOKPQIJRFMSOGTGNKFI	LMNMGOK
051U	UUUU	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$
0553	UUUZ	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(Y[] &+)+&(1(
0550	UU50	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(1-&\$
0551	U551	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(Y[] &+)+&(1( \$(1-&\$
0993	U993	.-\$([]&\$()&(-1(-+ '.)&+(Y[
0990	U990	.-\$(% +.'%&')\$ ( '.-(')\$ 1 ]
0991	U991	.-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y \$(1-&\$^(&-&
0999	U999	.-\$(% )_(Y ')\$(-. \$*(1
0943	U943	.-\$(% )_(Y ' '(1\$&_&+(Y a ' - *(Y
0443	U443	.-\$(% )_(Y '*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.
0440	U440	.-\$(% )_(Y '*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.'.)&\$b&(
0444	U444	.-\$( )\$\$(.-% +.'%&')\$ 1 1&\$(-c
0333	UU39	.-\$( )\$\$(.-' . \$&X(Y
0333	U033	.-\$( )\$\$(.-. \$*(1
03Z3	U3Z3	.-\$(% )_(Y (
0Z03	UZ03	+.'%&')\$ 1 j0
0Z13	UZ13	+.'%&')\$ 1(*.-(Y 1)\$+ )V
0Z53	UZ53	+.'%&')\$ 1(*.-(Y 1.'Y
0Zd3	UZd3	+.'%&')\$ 1(1'(&,&*(Y[10.(-&1(1
0Z93	UZ93	.-\$(% +.'%&')\$ )\$\$(Y 1 \$(1-&\$
0Z90	UZ90	.-\$(% +.'%&')\$ )\$\$(Y 1 \$(1-&\$
0Z91	UZ91	.-\$(% +.'%&')\$ ( '.-(')\$ , &&\$ 1 V%- (Y 1 \$(1-&\$
0Z95	UZ95	.-\$(% +.'%&')\$ '*&-(Y 1e% &)(\$.(
0Z9d	UZ9d	.-\$(% +.'%&')\$ 11&1((.(-
0Z99	UZ99	.-\$(+ )\$1(,&*(Y[1 jf
0Z94	UZ94	.-\$(+ )\$1(,&*(Y[1 Wf
0Z93	UZ93	.-\$(% +.'%&')\$ ( '.-(')\$ 1 W
0Z9Z	UZ9Z	.-\$(% +.'%&')\$ ( '.-(')\$ .g( +(&
0Z9U	UZ9U	.-\$(% )h.iX `'%&\$&Y
0ZZ3	UZZ3	)&\$ (')\$ 1 W
0ZZ0	UZZ0	.-\$(% +.'%&')\$ 1,&*(Y 1&\$(-_j)&+(
0ZZ9	UZZ9	.-\$(% (&_Y )+ \$(
0ZZ4	UZZ4	.-\$(% )(_)'Y[]\$(1(%-( )+& )b&(&()1 (h.\$1(&_(
0ZZ3	UZZ3	.-\$(% '*-&(1(1)' +&(-&X(Y 1 W
0ZZU	UZZU	.-\$(% )_(Y[+)&+((1& 1&_.. \$*(1(
0ZU3	U991	.-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y -(\$& ` V%- (Y 1 \$(1-&\$
0ZU0	UU39	.-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y 1(1& _k.l)&+(
0U93	UU93	e f
130Z	U30Z	.-\$([]&\$()&(-1(-+ '.)&+(Y[
101U	U01U	ee
10d9	U0d9	f2mf ee
1430	U555	+&\$(\$ 1.\$*(1 &&\$ 1 V%- (Y 1 \$(1-&\$^(&-&
1431	U431	jY 1( V+.Y 1 &Y \+)&+
14Z3	U4Z3	a ' - *(Y 1\$&_&+(Y 1 )_ '&1(1
14Z1	U4Z1	a ' - *(Y 1+-(Y 1 )_ '&1(1
14Zd	U4Zd	) (Y 1a ' - *(Y
5333	U330	()Y(')\$ '%-')\$(1.-\$( (\$n&(
5330	U331	()Y(')\$ '%-')\$(_!( (+&')\$ 1&*(Y[-_j)&+(
5933	U933	f2mf
d033	U000	Wf +-(Y % )\$o)(
d030	U030	Wf ()Y(')\$ 1_i+&
d031	U031	Wf )\$+ )V
d035	U030	Wf ()Y(')\$ 1_i+&
d039	U039	Wf .-\$ (1_i+&
d133	U133	)\$&.,&Y j(( W ')\$ 1((1& 1&_.. ]p,-&+(
d130	U130	Wj )\$Y[] &+)+&(1(
9513	U513	-.*-1'n&f,() .(&
9553	U553	-.Y 1 (-b& V+i+& )\$
9550	U550	-.Y 1e,('.)(\$n&(
95d3	U5d3	(+&')\$ &*(Y[-_j)&+(
95d0	U5d0	&Y 1'&)&\$(\$&
95d1	U5d1	-.Y 1&b&( V+i+&
95d5	U5d5	.-\$( , )\$(\$ 1^ ) &Y
95dd	U5dd	& )Y1(&_ \((

9549	5549	16 2-.*.&
9544	5544	(+&')\$ 17(*')\$ )1&1
9543	5544	.\$ (+&')\$ 8\$.(.)\$9
954:	5543	.\$ (+&')\$ 8;()+ ;&- 29
9545	5545	.\$(+&\$(' ,&-&<&(
9593	5593	7(+-' )\$ =\$(>.1&+&(-
9590	5590	? ) <& 1 +(\$@+&
9591	5591	.-\$( ' & )(\$A&(%- +.'%&')\$ 1' 1>.\$1 )1.\$(
9595	5595	7(+-' )\$ =\$( 1&)<& 1B,&\$ )+&\$ '@&1(\$&(
9594	5594	.\$ &C
9599	5599	7(+-' )\$ =\$( 1&)<&
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
9593	5593	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &.,\$<& '@&1(\$&(E7@&1(\$&(
959:	559:	7(+-' )\$ 1'&)&\$(\$&
9595	5595	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &.,\$<& E71'&)&\$(\$&
9543	5533	'& 1\$&D&+(1
9533	5533	'& 1&+)C('D(\$ *(1 1(F
95:3	5503	*)1(G&(1 +.' )\$
9553	5553	%A&\$ 1+&
9433	5433	.-\$(%- \$ \$)\$(\$A& ( =+@+& 1(H.&1&C
9434	5434	+&\$ (1 *. 1+ )\$1()1)&I(C 1 *.
9439	5439	%A&\$ %(((\$A& ( F.)1 1&&\$ &D.
9:4:	5:4:	.-\$(7+.)&<&( .,\$&\$.\$&(17)(7&(\$&(1&,1(1
4914	5914	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
4913	5913	.\$ *(1 &C 1-+ '.)&+(CK8 1&\$(-9
491:	591:	.\$ *(1.\$ &I(C 16 1;- + 1(1& DLMN)+&(
4915	5915	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
4953	5:::	.\$ *(1 &C 1(1& 1&D. )(1 ')*"
4950	5950	#(' )\$ 7J,-&+
4951	5551	.\$ *(1.\$ &I(C %((6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 9
4955	5955	.\$ *(1.\$ &I(C %((. 1((1& DL.N)+&(1!933?!1!413?!)
4954	5954	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48493?!169?!9
4959	5959	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48333?!9
4954	5954	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(06:?!169?!)
4953	5953	+&\$(%-(\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(065?!169?!)
495:	595:	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4955	5955	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
4943	5943	7C 7J,-&+ %-(())DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4940	5940	7C 7J,-&+ %-(())DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
3140	5444	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(8!5:3213349
3141	5449	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(
3144	5144	7C 7J,-&+ %-(())DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
3149	5111	7C 7J,-&+ (())DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
3144	5144	7C 7J,-&+ -(\$& O1'&)&\$ (C 1 +. 1.'(C
3143	5143	+-(C 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
314:	514:	(C(')\$ 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
3145	5145	+-(C 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3193	5193	(C(')\$ 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3190	5190	+-(C 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
3191	5191	(C(')\$ 1 P. )\$(\$. -1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
:344	5333	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C
:343	553:	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C (\$B-&\$
:30	5:30	(.C
:34	5:34	(+&')\$ 1%(+ 'A%&(
:34	5:34	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$& F )\$
:33	5:33	+A1 68+.% (C %! =+!)\$& 9
:3:	5:3:	-.C 1 .%&')\$ 1F.)1 =+@+&
:35	5:35	.\$()1)&I(CK
:03	5:00	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$&
:01	5:01	-.C )N)& =+@+&
:09	5:09	(+&')\$ 1%(B1&+(
:54	5:54	\$&\$.&C 1+ 1 )N)& =+!)\$&
:43	5:43	.\$()1)&I(CK
::::	54::	)-.C 1%( ) =+@+&

QRSTUQVWXYXQZ[XZ\IQQQ]^\_`'UIQI^YSTQ

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35200834664	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 01/03/1977	INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/03/1977	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)			
C.N.P.J. 52.505.161/0001-30	ENDEREÇO RUA BARAO DE MONTE SANTO			NÚMERO 1211	COMPLEMENTO 3 AND./SL.309		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13735-060	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 50.000,00		

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO					
NOME MAISA MOREIRA					
ENDEREÇO RUA MANAUS			NÚMERO 306	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA QUINTINO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13736-130	RG 439771419	
CPF 365.544.378-19	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 500,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA					
ENDEREÇO RUA MANAUS			NÚMERO 306	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA QUINTINO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13736-130	RG 7703522	
CPF 022.626.158-10	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 49.500,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 23/11/2022	NÚMERO 498.499/22-4	
RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF NO 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARAO DE MONTE SANTO, 1211, 30 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE		



gratuito

mercantilização

Autenticidade verificada, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



DE MOCOCA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A ALINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI NO 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DA DADA PELA LEI NO 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/NO DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SOCIO E RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, POREM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 21/11/2022.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200834664  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/07/2023



documento  
assinado  
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 212640930, segunda-feira, 10 de julho de 2023 às 14



! "\$ % &amp; ' ! ( # ) % \* ) + % ! % \$ ( # " \$ , \* \$ - . ! ( / 0 ! \$ (

123456789:;<== =

>?@131

)ABCDEFGHIJAHKLDICAGDJCFHKLMLHDJNIDJGLEOFJPAHAMDQAFECDJEDCELI FCDHL#JFRBEAQHDSBICFTAU

) %FJDCLJFAIDJVFTE#WGEFGLD\$EOLJPATXDYVDFIHLZA[LPAJGA HD(KL \ABQL]  
AMFCAQ^ELBILHDIBAIACJFRBFTXDIQD\_AFI^

>>'aBD^

MDIaBFIAEHLI JD FICJLHD HFICJFRBFTXDI

```
>bcc d e^AEC DJFLJDIA
```

fghfihjfk^VDJFOGLB GLPLJBHJDABDJFHLhFECDJDIIAHLDPELPDHDImmmmmmmmmmmmmmmmmmm

 $n^{\wedge}$ 

o\Sl pjUpfpUgrqhfffq\kf^ GLEOLJPDEHFGATGLEICAECHL

[illegible]

!ICAGDJCFHKKLAMLECAJHFEAJFAPDECDJLGDIIIDP aBDA MDIILA GBsIELPD OLF  
MDIaBFI AHLOF\_BJAGLPLABCLJZA[U(KLAMLECAHLILIODFCLIGLPIFCBATKLDPCJAPFCATKLSn  
GAHAICJAHFILIFICDPAFEOLJPACFAIBODJDEADLHAI LPAJGAihuLJLI "D\_FLEAFD%FICJFOAI  
!ICAHLHD(KLABQLU

(\$EvjihfqqU) HACAHDFEOLJPACftAHDGHALPAJGAhuLJLMLHDIDJ VDJFOFGAHALPBEFGAHL

!!ICA GDJCFHGLEIFHDJA ODFCHFCJFRBYBAIqw\$EICxEGFADPL aBDDICDsAPDP  
yJABHD"DGBJILU

oKL DzFICGLEDzKIGLP aBAQaBDBCJA RAID HDHAHLI HDFEICFCBFMKRQFCA GLP A  
 "DGDFCAuDHDJQA bDVDJFOFaBDAFHDECFAHDHLo'lh''))&(' \$)+GLPL 'uh o(SU)  
 GLEODJ~EGEA HAHLI MDIILAFI OLJEDGFHMDQMDIaBFIAHLW HD JDIMLEIARFQFHdZGQBIFVA  
 HDICFEACNJFLHAGDJCFHKL U

) GDJCFHDP ELPD HDMDIILA sBJYHFGA EIFHDJA MJLGDII LIJDODJDEODIACJFD  
OFQDAMLDHJMMLECAQDFCHD i LP i EFPLEKL aBAQFOFGAHLR CFMLDPMJDIAJFAHFOJDEODI  
ELPDFEHFGAHLEAGDJCFHKLZ!\$"!+\$^(h ^ (h(^!\\|^!|^!\$^+##%)JU

!!CAGDJCFHKL! ♀ CDPVAQFHAHDPDHFAECDAlIFEACBJAHF FCAQU

!ICAGDJCFHKLWIDPGBICAIU

(KL\ABQL^qfHDsBQ ♀ LHDjfkU



889 98 9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



!"

"!#!#"!"\$%&

'()*-./0+12, 345363578796667.;6 <=	!<! ##">?!"%>?! "	-@A@-@B*+AC+@ 4D97697E8D
--	----------------------	-----------------------------

'.)\*\*F+\*/@+.@G  
!%<!!

AHACG,-*/A@B*G*0.)*A,I,)*-J@A@/.@K LLLLLLLL	F,+A* <
--	------------

0M-N,\*-/0+12,-@@A.O.-@-\*0,P).0@F+.'0.F@G  
86576:7.66:QRSRTUTVWTVXYTRZ

0M-N,\*-/0+12,-@@A.O.-@-\*0,P).0@/\*0C'-{+.@/  
#AZRJ^ZX\_UTU

0M-N,\*-/0+12,-@@AC+\*+@aC+H-.0@  
468:4:"ZbRVTUTV\_cXVWYXRUR\_RQUTU

G,N+@-,C+, !<#!##!	'()*, 7477	0,)FG*)"A, ;5#
-----------------------	---------------	-------------------

0°F 7;5D;3:686	B@.++2-/A+.A, #!	)C'.0HF., <!!	CJ "
-------------------	---------------------	------------------	---------

*-.*+*1,*G*A+P'.0, #"<E;d#"<E;5!<5	A*G*J,* e7Ef;838:644;
---------------------------------------	--------------------------

\*A\*J\*-\*+@A.O,+\*/F,/[O\*G!\*J+K  
LLLLL

/AC@12,0@-@/A+@G	-@A@-@/AC@12,0@-@/A+@G 479779466;
------------------	--------------------------------------

)A.O,-\*/AC@12,0@-@/A+@G

/AC@12,*/F*0.@G LLLLLLLLL	-@A@-@/AC@12,*/F*0.@G LLLLLLLLL
------------------------------	------------------------------------

@ghi jgk .lh mn'ho pi +JBq0rst56jk43jkjkukohjk410sr

\*oppjjp 7696D9464;vl7wx7;x;;lj kyh jkBh lzp Kr

F{lp 9797





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 917"# 9 077 "49  
2)(\*,\*,\*,./0---.1-

2344567589&9&8::3:<9&83&5&=5>3?85&@5A:9?56&A9B;5;&3&:74A;373;&CD5:4CD3;&8E7:854&83  
;34F9?45B:6:8583&89&4DG3:<9&F544:79&5A:H5&:83?<:l:A589&CD3&7:3;3H&5&43;&5FD;5854J&K&A3;<:l:A589&

cdA9?4<5H&8KB:<94&58H?:4<;5894&F365&M3A;3<5::5&85&23A3:<5&=383;56&89&N;54:6&O2=NP&A9H  
3Q:R:B:6:8583&4D4F3?45&?94&<3;H94&89&5;<S&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&[  
\\8:R9&^;BD<\_:9&@5A:9?56&O^@PJ&9D&9BG3<9&83&83A:4`9&GD8:A:56&CD3&83<3;H:75&4D5  
834A9?4:83;5a`9&F5;5&l:74&83&A3;<:l:A5a`9&85&;3RD65::8583&l:4A56J&9D&5:785&?`9&73?A:894b&3

kd?`9&A9?4<5H&:74A::ae34&3H&fE7:85&g<:75&85&h?:`9&OfghP&?5&i;9AD;589;:5[j;3;56&85&=5>3?85  
@5A:9?56&Oij=@PS

\\9?I9;H3&8:4F94<9&?94&5;<4S&XIU&3&XIZ&89&\\^@J&34<3&89ADH3?<9&<3H&94&H34H94&3I3:<94&85&A3;<:8  
?3R5<:75S

m4<5&A3;<:8`9&K&7\_6:85&F5;5&9&34<5B363A:H3?<9&H5<;>&3&4D54&l:6:5:4&3J&?9&A549&83&3?<3&l383;5<:  
<9894&94&];R`94&3&ID?894&FnB6:A94&85&58H?:4<;5a`9&8::3<5&5&363&7:?AD65894S&23I3;3[43&o&4:<D5a`9&  
4DG3:<9&F544:79&?9&pHB:<9&85&2=N&3&85&ij=@&3&5B;5?R3&:7A6D4:73&54&A9?<;BD:ae34&49A:5:4&F;37:4  
?54&56E?354&q5q&5&q8q&89&F5;\_R;5I9&n?:A9&89&5;5&S&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&

g&5A3:<5a`9&834<5&A3;<:8`9&34<\_&A9?8:A:9?585&o&73;:l:A5a`9&83&4D5&5D<3?<:A:8583&?5&u?<3;?3<J&?94  
3?83;3a94&vt<<FLww;IBSR97SB;x&9D&vt<<FLwwyyySFRI?SR97SB;xS

\\3;<:8`9&3H:<:85&R;5<D:<5H3?<3&A9H&B543&?5&i9;<5;:5&\\9?GD?<5&2=N&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&  
mH:<:85&o4&TsLTsLUY&89&8:5&TlwWwXIXz&vt9;5&3&85<5&83&N;54E6:5xS  
{\_6:85&5<K&IZwITwXIXsS  
\\8:R9&83&A9?<;963&85&A3;<:8`9L&[.9]},/~+,}[]  
† D56CD3;&;54D;5&9D&3H3?85&:7756:85;\_&34<3&89ADH3?<9S





## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23070289211-27

Data e hora da emissão 10/07/2023 14:16:18

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 52.505.161

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer débitos de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja razão do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 48077875

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 10/07/2023 14:17:03

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número:

1753/2023

Contribuinte: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME

Documento: 52.505.161/0001-30

Endereço: RUA Barao De Monte Santo, 1211 3?? andaluzia E.P: 13730-230 Mococa-SP

## CERTIDÃO

CERTIFICO QUE NÃO CONSTAM DÉBITOS ATÉ A DATA DE 10/07/2023, NO AMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA ESTADO DE SÃO PAULO SP, EM RELAÇÃO AO CADASTRO ACIMA IDENTIFICADO.

RESSALVADO À FAZENDA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS APÓS O FORNECIMENTO DESTA

Mococa 10/07/2023 às 14:18:04

A validade da presente será de 30 (Trinta) dias após a data de emissão.

A veracidade desta certidão está condicionada à verificação de sua cópia original na Internet, no endereço <http://www.mococa.sp.gov.br>

Número de controle : 70ef28dafa741c8002eae752eadb9e6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



89;;<=>?@A	BCDBEBDFGFHEEEFIJE
KLM?@	PQRSTUVWXYZURZU[TVTVQUWRQU]Z
N@;=LOA	PUYQPQTURZU[T`ZUaQ`lTUFCCFUJbUQ`RQPUHUQcQPZVSRQUHU[TVTVQUHUaQUH
]9^_<_>@A	FJdJBIEGE

TU~pntnjunUVnpuf{fheoiUjxiUtnp ♪ fp ♪ UonU~pi ♪ eUhijupeUhhvpejweUonUyseftysnp  
o ♪ vfuitUpn{nnpnjuntUeUhipupfvsfw ♪ ntUnHisUnjhep[itUon ♪ foitrUonhippnjuntUoet  
ivpfew ♪ ntUhiUiUm ♪ \aD

Y\_<=|=;L>?@\_!\_<@A\_!CECJEdEBEJB|B\_GBEg}JGB

QUsufqf ￼ ewxiUontunUVnpuffheoiU~epeUitU{fjtU~pn ￼ ftuitUnlUWnfUntue  
hijofhfijoeU eU ￼ npff{fhewxIU onU esunjufhfoeonU jiU tfunU oeU Vefge ￼  
￼ ￼ ￼ ￼ :L=￼ L ￼ ￼ @￼ ￼ ￼ ￼ <





)!\*l  
\*!#m# n

0123456791 34515 4373243

!!"#\$"%!&'(  
)\*+,-./0/1.../23.  
456789:33;3,0<31,..,3  
!=>76?8/.1.;1,..,3@AB/C,./+/  
DEF67E7.01./1,..,C2/<.\$G956595E(76EB@G95E7B7E7E5E  
7BHE=>76?8-

456I6GE2BJH 25470K151L707035ML324N1O444P @  
69BG465\$E(9)\*BQ9: RSTRURTVWVXUUUVYZ@ 9670793 G  
69E76>F959 E9GEG69EF7[74B#4EQEF\6B5EB-  
456786567EGQEB9BE45B-0C,2<<327E9BF67E?8  
7EB6B7#4EQEF\@EG4BG95E7B>FEB6B9B-]/,-CC.1,./.  
/3-C0;1,./;@95./1,..,7E^\*#@7,/7\_E9647,...,-  
B7E7BG9B5E95B7B5E45678B874B>9BEQ6F67E77B  
#46QH9E6B7#4EQEF\  
GEB7>BBE\_H4`76GE@E45678E5B5EE>4BE4FE?8  
E57BBBHBB5EQFG695B@Eab9G6EBHI6F6E6B-  
EG65E?87B5EG45678G976G69E2BA[46I6GE?87BHE  
EH5956G67E79>45EF7#46QH9EF'H>4647#4EQEF\9E  
95495\$\55>11ccc-5B5-\_HB-Q4(-  
456786567Ea4E5H65E95-

49O72Ld674Le723931  
E9GEG69EF7[74B#4EQEF\6B5EBG9B5EB7E7B  
9GBBf46BA67956I6GE?87EB>BBEB9E5H4E6B\_H4`76GEB  
69E76>F95B>4E95E\*HB56?E7#4EQEF\JHE95ABQ46aE?gB  
B5EQFG67EBB959?EG979E5h46E54E9B65E7E\_HFaE7H  
EG47B\_H76G6E6B54EQEF\6B5EB@69GFHB6[9G9G4995EB  
4GF\695B>4[679G6f46B@E\94f46B@EGHB5EB@E  
FH95BHE4GF\695B75469E7BF6iH7G4495B  
7=GH?87EG47BI64E7B>4E95"696B5j46)kQF6G7  
#4EQEF\@6BB879G6F6E?8)4j[6EH7E6B5`5HFBJH@>4  
76B>B6?8FaEF@G956[4I4?E=GH56[E-

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





Portaria n.º 103, de 28 de 06 de 1983

**O Ministro de Estado DAS**  
COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º  
do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Re-  
gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº  
52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067,  
de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Proces-  
so MC nº 13.527/80 (Edital nº 37/80),

**R E S O L V E :**

I - Outorgar permissão à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA  
LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito  
de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequênciamo  
dulada, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor-  
do com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequêntes  
e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obriga  
ções enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radio



difusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



HAROLDO CORRÊA DE MATTOS  
Ministro de Estado das Comunicações





214-3 (JUK)  
Portaria

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	10/09/1997
PAGINA	20133-807
ANOTADO POR:	Nodis

PORTARIA Nº 1290 , DE 21 DE outubro DE 1996

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.000068/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 1993, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., pela Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
SÉRGIO MOTTA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



PORTARIA Nº 187 , DE 24 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005381/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., pela Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente e, renovada pela Portaria nº 1290, de 21 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 85, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA  
Ministro de Estado das Comunicações







!

## Diário Oficial da União - Seção =

013456789 64 696 6

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7D42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 N>O02LPQI4L2E"OE<L0I  
HR9"A006S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8) 9  
\$ 6 60'R%0874"5# E  
K9 6 A8J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 664#91UD4 6  
V 60) 6488669'&W 6XY954&# 6V 6  
96 6D4&6%55M8#7 N>89 (M4 6009H+6  
569&6S&)456% 6# 66S\$)85' 6456(' 6 85M  
596% 688T9\$% 8) 4\$% 956S\$)85%#69#66 8\$#54  
9\$ 6 60'R%0874"5# EK9 6 A8J/  
L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7U42"

L#&'88668#7\$9\$655MN  
H14A4IEHAG"OHOE"AA/L/&6S  
&J56(' 6 85M 65956  
%76959\$ 6 6778M4"5#  
EK9 6 A8J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 6626\$6#5-914 6 6  
75# 648868#7\$9\$655MNH&5&#5G69#865A/L/&6S&)4  
&DW889X6Y95456% 6# 66S\$)85' 6456(' 6 85M 6  
5956%76959\$ 6 6778M4"5# EK9 6 A8J/

L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 742"

L#&'88668#78#X(MN  
I0K 90AH9HOHI 0IAAL A"ORIEL  
2"0LLEZZ""20:L.PQI4"A4IE  
H""JL"E22"<L:E:L4L4EJ  
90A0""J< &6S\$8#56(' 6  
85M\$%89#C9\$ 6 6<  
\$694"5# 4C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 664#913D4  
6 68)+ 6V48868#78#X(MN)0K95#8#8  
055A69+ 60X@ 6" 8\$(M4"5&#66JX6 6 <69  
4C90A0""J<&6S\$8#4&W 6XY95456% 6# 6  
6S\$)85' 6456(' 6 85M\$%89#C9\$ 6 6<  
\$694"5# 4C/  
L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7742"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I?IEOLJ>3>"E0LO  
2"4IJ9AJH2L/&6S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8  
) 9\$ 6 6>699 1&J54"5# 6  
AM48J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 664#91UD34  
6 675# 6V488669'&W 6XY954&# 6  
656#6%0 64&6%55M8#7 NEC 79)>3  
>699 1&J5J# /&6S&J456% 6# 66S\$)85' 6456  
'( 6 85M596% 688T9\$% 8) 9\$ 6 6  
>699 1&J54"5# 6AM48J/  
L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I:OJHOEL2"LAHIE  
KLA-:JH2L/&6S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8)  
9\$ 6 6L5#74"5# 49C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 664#91  
/U4 6D 69'6%0 6488669'&W 6XY954  
&# 6 656#6%0 6VV74&6%55M8#7 NEC  
)8# 6L5#7A-:J# /&6S&J456% 6# 66S\$)8  
5' 6456(' 6 85M596% 688T9\$% 8) 9  
\$ 6 6L5#74"5# 49C/  
L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I"H"J"G9AQI:L3  
490LKELO2"JH2L/&6S&J56  
'( 6 85M596% 688T9\$  
% 8) 9\$ 6 6:&#&K9 64  
"5# 4\_0/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 664#91UDD4  
6 675# 6V488669'&W 6XY954&# 6  
69'6%0 6U4&6%55M8#7 NEC 6H6)6'5M  
:%&9K9 6J# /&6S&J456% 6# 66S\$)85' 64  
56(' 6 85M596% 688T9\$% 8) 9\$ 6 6  
:%&9K9 64"5# 4\_0/  
L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 N>O02LPQI LJ2I :LEGL  
JR12:IO09:L.PQI4:9LJ&  
6S&J56(' 6 85M596%  
9 5% @ 59\$ 6 6<6) @ %4"5#  
4C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#/#1>\$&' #886566 6626\$6#5-914 6  
3 675# 6488669'&W 6XY954&# 6 6  
89+ 6U4\$9\$655M8#7 N>89 (ML) :)' +  
:%89\$(MA\$)&6S&J456% 6# 66S\$)85' 6456  
'( 6 85M596% 9 5% @ 59\$ 6 6<6) @ %4  
"5# 4C/

L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#:%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

Aprova o ato que renova a permissão ou-  
torgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA  
LTDA, para explorar serviço de radiodi-  
fusão sonora em frequência modulada na  
cidade de Mococa, Estado de São Paulo

I:976550\$9) 6\$6#.

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187,  
de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30  
de junho de 2003, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa  
Ltda, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de ra-  
diodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa,  
Estado de São Paulo

L#/#1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**  
**IMPRESA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
**SEÇÃO 1**  
Publicação de atos normativos

**SEÇÃO 2**  
Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

**SEÇÃO 3**  
Publicação de contratos,  
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800 725 6787

"5#6 \$8#69#& 656'6 \$ 969 66(6)6#\*9\$+##&,---/9/7/0-8#69\$ 6/+##%)4  
&6)\$17

2\$8#69#559 7#)%69#6\$9 %6349 %/ 63-7-488695##8  
99 65#8#8 6:+'654.0)\$5<5)69:4<5/)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

01213456179 121 42771 127 37021 3

!"#  
\$%&'!"#(&  
(\*#+,)-."/!0"  
(\*#1\*#/#!01\*\*!"#

274 4521 223445674746318041

9:;<=>;?2@ABBBBCBBD@EBFGBHA+IJ

>>K?L;>M9N610247C'1\*#/#!0C

300617P417

HCQ+"%""&"1""R\$\$(TUVW\$WX/(/(Y  
TQ\$YCY)1%'1\*#!0%[%)\*#"1\*!"#""&  
\\j'&!Z'&!^%XZ"#-!)Z '%^ABCECGBHA  
ABCECGBGAC

2013

GC-)&'&Z\_""""")!(("!"#a)"b)Z&"!  
CGGAZ%""b)'1\*#"!0""""%)--cb)d\!)![%]&  
"1\*"!"#""""&0""CY""1&%1!&%&"  
[0]""0"0!)&"Z""&&b"1e""')!1"!)"  
"1\*Z""0""""T'fJCHHDFHgEGh%)T'fHACJGJFGBHDI'\$  
'f@GCDg@FHgEAh%)\$'fgCHAIFGBHDIc

ACY'1\*#!0""""&'d\!)![%]&"1\*  
""%j"[0""%)0")\*#0'Z"!kl""""CY""&""j"  
""j""[%]\*#"1\*!"#""%#"1""%""^"  
"!""1"HBhmi""""j""""1\*!"#""&0""%  
%""!"1"H@h\!"mi""Cn#k`)&#\*\!c&%^""1"C

JC\$&'1\*#%)opqrHf"sCHHA  
0!)&"1\*"!"#+Z%1%)\$'f@GCDg@FHgEAZ%)  
\$'fgCHAIFGBHDZ""1\*"!"#""Z&%`X""\_(j'Z  
Q')0ZS'1\*j'(&'!\*"&%1\*#!0%""!b&""#  
&\_('0""n')Z1&""0&-"]%cb)tZoppqurGf"s  
&"&0Z&%`d-"]%cb)[%\*#\$'k&  
&""0&('0""Z%)b\*#%1\*#Z%&""%  
0!)!"!#%""%)X""\_(j'ZQ')0ZS'1\*j'(&'!\*"C

@Ca""""&""Z%""+"[%&C

ECY!0%&""#%[!\*"#"1\*"&)m!%&  
-fHBAZ%!b)'\$'/)U'#v\$C/CUCABI!kHgIAh1'WS  
'CfADAAH@JZ)CJiCYc)&'1\*#"!%)fHIDZ%!b)'\$'/)U'#v  
\$C/CUCA&GBHBh1'WS'CfADAAH@JZ)CAiZk')%('0""n')%  
&\$T0")1'fgGZGBHAZ%!b)'\$'/)U'#v\$C/CUCD  
l'GBHAh1'WS'fADAAH@JZ)CEiC(&Z%+"!%&""#&!\!#"#"  
"1""ABCECGBHAh1'WS'fGEJBAGEZ)CDiC

DC-&!\&""`0 HZ%)m&HgCGCGBHAZ  
S""&'!""&!"!["1\*&!\!#"Z%"1%^HB  
hmi""CY""&Z""!\!%m)0)%&'""#"1\*#  
)0\*#"!ABCHGCGBGHGABCACGBHAZ1+"!\&'""#S""  
QWX-WQSwYC

ICW&j')\*#)0")1Z""!\*"#"1\*#

!"m"%1""CHHA\$f@GCDg@FEAZ'1b"x



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

01112

345177819 4 44 454 545451774

54 !"#"\$%#&' ""4454 ("% 5

" 5#4) ( 54" 5 45 44\*%

%455#4 +5,-./"45011782#3745

&65"55 5 54#4%54 4 74%"55#"5#54

)5#" 44 #4"4#"75

%4 % 4544"5 "5 5#4

5"7"8-&" (/45011782#3745

&&6"45 " " 5 5#574%4%54"55

544 5"55 5) 4("8-&" (/450

11782#3745

&&&65454""595\*4(""#)\*%(45

4# "45 "4# 55 4"5

474#"5 ) 4(" + 4"5 \*4(" "#

+75 4454 45 48-&" (/45011782#

3745

&:6"45%5 !" 4" 4) "#\*54 4

) 4("8-&" (/45011782#3745

:64"4 ;<=8-&" (/45011782#3745

:&644% 445> 4#5 # " 545

) 4("# 48-&" (/45011782#3745

:&&644% 44"+54" 4>58-&" (/450

11782#3745

:&&&644% 445?% 4"> @45\$A46

>@\$A8

-&" (/45011782#3745

&B64\*5!"545= 5\$4+#445

"45%5#545\$(5 :&&63/"456C0D1ED#70

71E86 C\$4+8-&" (/45011782#3745

B6 545""#444 +5 4") 5"4%5

) 4("# 55 "4"54(5"5""5"54" 4"

95 5474%"55<4F\*" 5 4#" +35

.\$""63.\$1-&" (/45011782#3745

11F4?" 5\*%%%4#" 4 44

) 4("&54#"7"G454#4545#" 4

44HC5:4 "/" 5I) 5 55AF&10848131

731<4""54 54%#"44 5

"4#45?JKLMJ+5) 4("#KLLMJ ""N"6 "4#KLLLMJ4% 4

"#KLOM4% 45""#4"(5 445 54%5

45<444 7"4%58 54%5)5

4" 4 4#" )4 5"8#4 # 7"

54445C 540PEG71131

771<455?QRSLTLURVWXJYZ[\\L^R# 465"55 5 9554

\*" 44 #54454+4#

551\_ 5?`ZRTLal^RVWXJb^XcdeL^XfaLcRc^bL[R#4654

"5 5-5AF&0842237D# 1625\*5!"4" 4 "413#

"45 !""\$4 = 5F5A< #56\*54

' 54 4" 4) "-5AF&031D3E48 151=5"5?[bgZTR[L]R]b

aLh^RT#"45"\* 4#5 "#554% 4

<= 4(" 545 "" 41

71/"4""455 = 5 4"45 5-5

AF&10D873275#5 4"5445&54" "95

445<5#"445Di354 545 # ),



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

klmnopqrstrnouvwxyz{y|u}~ooooooooooyuvvvv vvv y v v}vzuYw{c o o 3 5 1 o}

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



0123156738319 2122321 12 1		
0110 2321		
5		

0	5
0123156738319 2122321 12 1	!312"#

%&281'( 1 83&3##18!39 " 12#\$)9 \*!2# +3" )%,9)-9./232  
9\$,0!6&123". 2&1226##( "9 9!39 1811 136293!1914"#21916  
!3 56789;,<=9=7>6789;,<?9323@"#91"#3919! ". 2&1##1! "68#12183A1911 3#&19  
5! &11"B1&"# 9 "#2 8 !3#C23 D45" 931)-\$))\$-E/"# 4"F%0%%\$0G

\$\$51 136293!1914"#21919#H&18H&9112&3( 3# 91"C83"#  
16# 6&1! "!( 9 2/3' 92193 93.6( " 21& "91&H9311 #23 2&"#  
1911#19 1121.226!"!31& 968191"1&&18 !183919

\$\$\$511291"#39196932# 2112#3!3112&996112&3J9  
.226!"!31& 968191"18 !18391990 ! !1KL1 26&981#21#129  
12&3( 236"919 12 ! 91911#1'( 9 6# 2@1#18.1# "( 212"#1  
1.2 "#118@381'( 262@1&1#H2311 3H7!1!3 "183919! "#391" 2.239  
\*!2# "F-\$%K)\$%

%)5210123156738319 2122321 12 1112#3!31118H&9112&3( 3# 9  
1"C83"#16# 96&1! "!( 9 2/3' 92193 93.6( " 21& "91  
&H9311 #23 2&"#1911#19 1121.226!"!31& 968191"1&&18 !183919"1  
261839199 !31@2"#

%%5210110 2321112#3!31118H&9112&3( 3# 91"C83"#16#  
96&1! "!( 9 2/3' 92193 93.6( " 21& "91&H9311 #23 2&"#  
1911#19 1121.226!"!31& 968191"1&&18 !183919"1261839199 !31

\$ # !1"#M2@68123919" !62 9112#1'( 9 2/3' !1196A322691! 29  
! &! "68#12183A19136"# 1 3#&19 "#2 89193 93.6( +\*14"#2191"( . 316"391  
! &11"19!11'( E/"# 4"F),%,.8-G59&13! ". 2&3". 2&1'( 236"9191  
29"1'( +21893!183A1'( 96# 2@1+4"( #C&#2N&3#12 ! 911621'( 9  
3".21'( 3"#16219 &9.1/ 2914"#2191!6311"183919!1/8311!11'( E/"# 4  
"F),))G

\$&281'( M2@68123919#H!"3!12@3#21+2691! 29 ! & #2& 91 #1  
4". 2&1#3/1"F\$)-K)\$0K4+04E/"# 4"F\$0-\$G9181/219"@B32 9#1L1#11  
4"#21911#"91 22633# #H!"3! &"3& 12/3# "18@381'( &/3@ 2#1"9 1 2#1"#  
11#1#!"3!1&"#122" /191

\*,1. 2&1"#9+2614"#21911#"91# 9 22633# "!"C23 1121  
9.23&"# 9 12"#1939 92" /1'( 9 6# 2@121A( 1812618 13"1+31112"#  
&1"3.#1'( 6&#391M! "3921'( 6123 26@23"9 +!1 112 /19131& 16#  
"!1&3"B19 M\* 6#1 "3621121&1"3.#1'( 261"# 18@1839199 .3#

OPQORSTUP

\$0\*31"#9 71 # 13"1+18 9.23&"# 9 1939 92" /1'( 91 6# 2@1  
9/"9 12 ! E1! &11"B19 91&3"6#1931 #1" !1&1 12 123 1137 G22&#39 M "362

V! "3921'( 6123 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

WXYZ[V] ^ \* Z[abbc[d[erghaij]llllllll[kim]eabbbnbbboepbqibfarcg[q]stn[a

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

1233452679 9754 2959

!"#\$%&'()\*\$\*!+,-#.!/\$',)0\$#!123\$&+,

4!,5\$&#\$6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#,\$\$&#!/,#\$&,9<!&,-#!=>:9123\$&+,

1233452679 9754 2959

?@ABC

\$&#!/,#\$&#!./\$'),0\$#!123\$&+,

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#\$\$!/ \$&4(&!3\$&#\$  
4!E,&3,8!/3\$#!.,#(\$#"2:0\$8!&5(-6

1233452679 9754 2959

RRAR

\$&#!/,#\$&,9<!&,-#!=>:9123\$&+,

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#\$\$!/ \$&%!5&!3S&(\$#!  
.,#(\$#"2:0\$6

1233452679 9754 2959

CTUCR

4(&!3\$&#\$4!E,&3,8!/3\$#!.,#(\$#"2:0\$8!&5(-

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6O/5,8(/ !89:!:.,23\$;,\$/V2&6

1233452679 9754 2959

CUWWR

%!5&!3S&(\$#!.,#(\$#"2:0\$



4\$528!/3\$,::(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&?XYZZ[j]ZXA\^\_`aCb]]b`j]cXXjZbdZXjZb  
bdXe\fyXZb[gX]h\cZb\_gb]iZb[j]giAkjiZXIb]eiZbZ'XZ'm[IYXc!8nNMKNMNKNKc;:  
nJonK1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#!L#!\$2327&\$  
#!NKnt6



4\$528!/3\$,::(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&[j`d\Rj]\RXdgb`jXZb`v\cXXjZbdZXj\wWb]\\_Zb  
xlw[gX]h\c!8nNMKNMNKNKc;:nJonu1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36rlcsnlc#\$  
4!5&!3\$/IL6tJuc#!L#!\$2327&\$#!NKnt6



4\$528!/3\$,::(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&[j]Zxbdj`y[bb]b`j]X\_ljXczbmbZxbje`fXbh\  
ZbbdXe\fyXZb[gX]h\c!8nNMKNMNKNKc;:nJon1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$  
,&36rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#!L#!\$2327&\$#!NKnt6



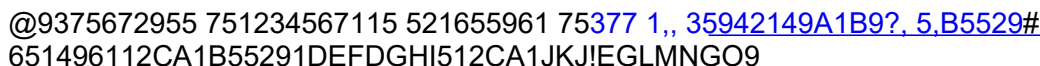
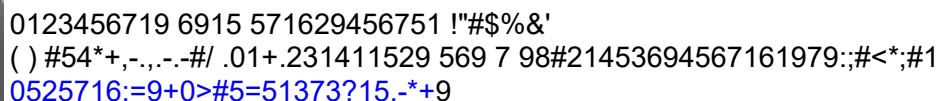
4\$528!/3\$,::(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&C\_e`XCb]]b`j]\`v\c`jbgXjZXba]g\vb dgXZb  
Z'XZ'm[IYXXvb]j]\\_c!8nJMKNMNKNKc;:nJot1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36  
rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#!L#!\$2327&\$#!NKnt6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



PSTUV!LWX(V!(S!

WX(V!(S!TYZLLIOIO[

 $(\$X^1$ 

@79m;u 79n1799567954BA1699795 393? 29bc19

v6 715u 7919J}629#s5261 1A9#g61B9bq5 5J143629bq5



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"-(%!"'-(,)!+,%!" !1) !2',\$ )&#12!)34\$+  
/(! 34\$+  
%\$)3\*"#\$\$%&'\$'++(,)+-'(%!"+'\$' /(! 3\*""#-  
\$+5&)+/!)!+,0%!+2'6& '%2\$7'+\$2'+&'89: \$5,'<:=="8::'6%+.&!">)>,\$'?'@9A'B:B<"@CDCE@98@

FGHIJIKLMKNNOPQRSNSNRJTUVWHXYJZ[JRJ\WRG\W

UWF]KQ^NNNMNN\_Q`NRSNO^Xab  
[UZIHIccGdTc]KcIJIHIZGH[GKdIKHGd[Td[eWcfTKXKcIHGd  
GccWUZZTc]KHGd[Td[eWcfT

!7'5ghihj'hg'kglijmnopj'hn'jqrksn'tjkuqvnjh'wgvn'%x!' &(6\$'\$/' &,7'yju'  
jz{grimj'hg'wgkunlgygk'g[wvjknlhj'j}gkmioj'hg'knhijhitq}pj'j}ljkng'u'tkg~q[]yin'ujhqvnhn2'lj  
uqliy } wij'hg'/jyjyn2'g}rnhj'hg'+pj'5nqvj2'kgtgkglrg'nj'wgk } jhj'hg'D:7@7B:9D'n'D:7@7B:BD7  
!!7'5j}}izivihnhg'wkgmi}rn'lj'nkr7'BBD'hn' j}rirqiopj'hn'%gw } zviyn'g'kgsqvnuglrnhn'wgvn'&gi' }  
=799<E98@B'g' } 'C7< } CE98<B2'yju'n'nvrgkno } g'wkjujmihn'wgvn'&gi' } '9D7=B=EB:9<2'  
wjkguglji } nhn'wgvj'hi'wj}rj'lj'%gsqvnuglrj'hj'+gkmioj'hg'%nhijhitq}pj2'nwkjmnjh'wgvj  
gykgrj' } 'CB7<8CE98@D2'yj}ihgknhn' } n'ujhitiyno } g'wkjujmihn'wgvj'gykgrj' } '879D } EB:9<7'  
!!!7'5kjygg}}j'nlv}nhj'wgvn'+gykgrkin'hg'%nhijhitq}pj'lj}'rgkuj'hn'),',0 )! ' ) }  
D:: } EB:B:E+\$!'/ ,! 2'~qg'yjlyvqi'wgvn'wkg}glon'hn'yjlhio } g'lgyg}} 'kin' } nj'hgtgkiuglrj'hj  
wvgirj7  
!7'inzivihnhg' {qk } hiyn'hj'wghihj'hg'kglijmnopj2'hinlrg'hn'nwkg}glrnopj'hn'hjyquglrnopj'glisihn  
g'hn'yj}g~qglrg'yj}tjkuihnhg'hn'il'rkqopj7  
7' juwgr[]yin'hj'\$[uj7'+gl } jk'/ili'rkj'hg'\$'rnhj'hn' i[]yin2',gyljvjsin2'!ljmno } g'g  
juqliyno } g'wnkn'hgyihik7'\$lynuil } nuglrj'hj'nrj' } n' } imiv'hn'5kg}ih[]yin'hn'%gw } zviyn  
wnkn'yj } g'giuglrj'g'glmij'nj' jlskg}}})nyijlnv2'lj}'rgkuj'hj'nkr7'BBD2' } 9 } 2'hn  
j}rirqiopj'hn'%gw } zviyn2'hj'nkr7'C } 'hn'&gi' } 'C7< } CE<B'g'hj'nkr7'99D2' } 9 } 2'hj'%gsqvnug  
+gkmioj'hg'%nhijhitq}pj2'gu'yjuzilnopj'yju'j'nkr7'BC2'!!!2'hn'&gi' } '9D7 } ==EB:987  
!7')gyg}}ihnhg'hg'kgnwkg}glrnopj'hn'hjyquglrnopj'wkjznr } kin'hn'unlqrglopj'hn'kgsqvnkihnhg  
wjk'jyn'ipj'hn'n}}ilnrqkn'hj'kg}wgyrimj'rgkuj'nhirimj7  
!!7'5gvj'glynuil } nuglrj'hj' } nqrj' } nj'#nzilgrg'hj'\$[uj7'+gl } jk'/ili'rkj'hg'\$'rnhj'hn  
i[]yin2',gyljvjsin2'!ljmno } g'g' juqliyno } g'g'7

+gl } jk' jkhghlnhjk'#gknv'hg'}}qlrj}'-qk } hiyj}'hg' juqliynopj2

[KXKHI } GZ } H[T

97 ,knrn''g'hg'wkjygg}}j'nhuili'rknnrimj'iliyinhj'n'kg~qgkiuglrj'hn'%x!' &(6\$'\$/'  
&,7'g'glynuil } nhj'wgvn'+gykgrkin'hg'%nhijhitq}pj'wnkn'nl' } vi' } g'g'unlitg}rnopj'hg' } n' )-(%E/ ,! 2'lj'~qnv'n  
wnkrg'ilrgkg}}nhn'mgiyqvn'wghihj'hg'kglijmnopj'hn'jqrksn'~qg'v } g'tjkn'yjlyghihn'wnkn'g[wvjknopj'hj' } gkmioj'hg  
knhijhitq}pj'j}ljkng'u'tkg~q[]yin'ujhqvnhn2'lj'uqliy } wij'hg'/jyjyn2'g}rnhj'hg'+pj'5nqvj2'kgtgkglrg'nj'wgk } jhj'hg  
D:7@7B:9D'n'D:7@7B:BDM

B7 jltjkug'lnkkn'n'),',0 )! ' ) } 'D:: } EB:B:E+\$!'/ ,! } ~qg'yjltgyyijlnhn'g'nwkjmnhn'wgvj}  
nsglrg' } w } zviy' } yjuwgrglrg' } kgugrgq' } tgirj2'gi' } } i } r } kiyy'hn'jqrksn'gu'~qg' } rpj2'yj} } jnlg'hgljrn'n'hjyquglrnopj  
 } } nqrj' } ?jy7'+\$!' } 'C9=C8DBA;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

27240304

leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82







!"#\$%&'()\*+,-./:;<=>?@AB8C4?30  
DEFG,HIJKLLMNO

LPO Q"%'+%" 'OMMI"R\$\$ +,"E.T!)"% !"#%&"/T"-."%%"., "T  
!,%'\$V""+"%%R\$!,%'\*"+, ""/2C6W8:X23Y 'U.!"%.

Z.'OMMIO[#"+\$S\."(\$.!+,"T)&('\$.' 'OMML%.\!%-,"I]S!^ "  
-S'\_!,!%' 'a!b,\*! /c\*, "S"R! /G,"T)d%a"+\$,!\* )d%T.\%!.%'. \$V""+  
%R\$!, ""\$+, ' )&"/%+-e\$V^""\$'."%""\$+, ""%%\$-T,!,'%(\$- %% . + %.  
f!R!"%-S SR!%S )& "-!,,- /- . #!, %g j!S! ' )&"YD )&" -S"h\*.", HKOMli/  
LPMJN  
Gj """, %!'!\$!T"%\$ % S'. )d%/R!%'. "%"\$ .(\$!T "%, "U.R&""+-,'/\*, %' ,/  
, '%%%%" ]e!T""/ f\*\$)&"%.T!)"%. !"#%&"/- . %%""! %- . )d%/  
\*U-! ' %%+ ]S! R. S(\$SR\$ !."! .S )&" \*!, !%' % (\$ S\*", %'  
(\$ ,! /"T S"."!- )d%\* %U\*"kDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
GGj\*!&"%+!-S!#!\* "\$""\$+, "(\$!T S,/+/! -S"U.R&".R!%'. ""+-,'  
+(\$%!T.+ .(\$!T "%%% ""%\*", %!'!\$!T"% -%%%" e\$.V!\* kDG, \*\$V"-S"h\*.", H  
KOMli/LPMJN  
GGGj] S ,)- !+,"! S+,"%'. )d%\*", \j!%"IS!+!f.\*V!""""! S/e!f!RVT!%  
-.%, ' "%, #".+ S!/( \$""+-."T+ ]" %!'\$ )&"#, ,\*! /T %\$ %\$]%'!\$!)&"  
-." ] S ,\*%"\$] S ,)"%-."T!%U!"%/f""(\$ , -%%%" e\$.V!\* !, ,&"g"\$T.  
""+-S' "\$+f.\*V!""#!%\* S/g!-U%+(\$T.\ -%, ' .%\$] S ,)" ].\$. k  
DG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
Gmj\*!&,"R '!T # Sb,\*! "\$.\*\$- . )&"e\$!\*" S/f! -S"!%'.!\$! ". %  
-%%%" e\$.V!\* kDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
mj-."T !, %\*!)&,"aQnokDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
mGj-."T .R\$\$ .! - . , ' %p ^, %#. S/%' \$ S/+\$,!\*- S"\$!%!.! S %  
-%%%" e\$.V!\* /, #".+ S!kDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
mGGj-."T .R\$\$ .! .""Sg!+, ""%%.\*\$.%""p!%"SkDG, \*\$V"-S"h\*.", H  
KOMli/LPMJN  
mGGGj-."T .R\$\$ .! .S '!T q%R\$.! %""! S "p\$, "r . ,! "c+-"  
E.T!) "jprcEkDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
Gsj-."T !, f!%b,\*! `j!""%, !+-S!""%- . , ' o\$%!) "c. ] Sg"/-."+!"  
-.%, ' )&"\*!&,"R '!T /, "%'.+""%!"%-""", "cV"\$S"mGGjZ"h\*."jt!, H  
uOvuL/MH+ !"MKvlja", %"S! )&" %t!%"c. ] Sg"kDG, \*\$V"-S"h\*.", H  
KOMli/LPMJN  
sjS "\$T!%"! !'\*,! /S ]". "-.-."#!%%"", Sg j!S! "##. + "+\*", e\$, """"+  
!!R, -%%%" e\$.V!\* /(\$ '%(\$ %\* . \*.V%!\*" %'\*,! % %' )&"%, \*,', . ++  
\*", #".+! \*"+ IS!+ \$""!^ )&""U.R&""+-,"n.Ff\*\$!T"#. S/  
\*"+- ,g " Z, "" )&"%- , % j!S! c\*,! jZcODG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/  
LPMJN

LMO Z+ !%/-." ]!b,\*! "!"%-""", " 'OMu/wLH"e\+\$S'!"! "R\$\$ +, ""%E.T!)"%  
!"#\$%&"/+"%'. j%!R\$ S+, , %%%\! -%, ' )&" %%R\$!, '%\*S . )d%x(\$ , "-!, , %/-." \*% !&"  
., "T )&"Y

wLHE+-e\$V^""\$'. %\*S . )d%(\$-%%% +%.% "S!\*" %/" .(\$!+, """"\$".R  
(\$%.#."!,\*!"G"wMH\*", '\ %\*S . )d%(\$YD )&" -S"h\*.", H  
KOMli/LPMJN  
Gj -%%%" e\$.V!\* -%%%"\$!.\*\$.%""%#, ,\*! "%- . "+-., !+, "-S! "kDG, \*\$V"-S"  
h\*.", HKOMli/LPMJN  
GGj, g\$+"%%U!""%"\$!R, %- .!\$!- "(\$ . """"!\!""\$!T""\$'. %-%%" %  
e\$.V!\* %f\*\$', '%'+%+""!-"%T!)" . !"#%&," S"" S! +(\$ \*, %%%&"  
"\$ -.+!%%&""-., ! /, +"\$'. %-%%" %e\$.V!\* %f\*\$', '%%.T!)"  
. !"#%&"+ \_\$,!\*V-!"%!T.% "%/+f%%%" "%S!+!%'%' ]S!""%, " 'OML"h\*." ]  
t!, HLly/Li#T!."MKyJkDG, \*\$V"-S"h\*.", HKOMli/LPMJN  
GGGj, g\$+"%!!R, '%%\, "f.\*V!"+ , "S!T"(\$Sg %%%R\$.!+\$!  
-S +, ' "\$.R""(\$\$)d%""(\$ !%"".. #".%-\*! SkDG, \*\$V"-S"h\*.", H



!"\$%#&'()  
\*+,#.#.%//0-#1234\$56-#780#%/9:#5;.%\$5\$-#%#93-7/-6507-3#60;#-#;575/93-<80#.-=>?56-#  
\$53%9-#02#57\$53%9-A#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+,#.#.%//0-#1234\$56-#62;.3%#0\$5/.0/90#70#-39#(D"#6-.29"#5765/0#EEE\*\*\*"#-\$F07/95925  
B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#780#%G%629-#/%3H5<0/#\$%#3-\$50\$5@2/80#/%;#02903I-A#B\*76?  
!"#\$%#&'()  
+\*\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#29035J-#0#K575/9L350#-\$F5M765-"#N%670?0I5-"#\*70H-<O%/#%  
.306%/-3#0#-/%795;%790#3LH50#12790#-0#P3I80#60;.%9%79%#/%#-#?06-?5\$-#%#3%@  
%/95H%3#/#592-\$-#7#@-5G-#%#%#3079%53-A#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+\*\*\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#%/9:#65%79%#0\$5/.0/90#70#%\$59-?"\$0#/#/2/#-7%G0/#%#%#-/#  
57@03;-<O%/#.%3957%79%/A#%#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
\*E#.#7%7Q2;#0#/#P650/#02#535I%79%/#\$-#.%//0-#1234\$56-#@05#607\$%7-\$0#%;#%#65/  
12?I-\$0#02#30@%35\$-#03#P3I80#12\$565-?#60?%I5-\$0#.#.%?#-3:956-#0#5?46590/#3%@  
6-.29"#5765/0\*"-#?47%-/#R>S"#R6S"#R\$S"#R%S"#R@S"#RIS"#RQS"#R5S"#R1S"#RTS"#R  
\$-#V%5#F0;.%%;%79-3#7D#WX"#%#I#%#%;-50#%#%#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()

#

&& +%35@56-;0/#U2%#-#579%3%/-#-\$-3%/%7902#90\$-/#-/#YZ[\]^\_`ZabZcdedY]a"#-\$%U2-\$;.%79%  
/P65-,-\$;575/93-\$03-#-\$%#795\$-\$%#f3-#K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-"#1-#;%76507-\$-#7%/9%#j-3%6  
H%35@56-#0#C062;%790#fk\*#7D#&I '(W"#j309060?0#7D#&I"!&m&'(.#F07@%35;0#%#/.%65-?#%#9-U2%#n#%  
.3%/9-\$-"#70/#9%3;0/#\$-#?%5"#70#/%795\$0\$%#U2%#7%7Q2;#0#/#535I%79%/#%#/#P650/#\$-#%795\$-\$%#/#%  
\$%65/80#93-7/59-\$-#%;#12?I-\$0#02#30@%35\$-#03#P3I80#12\$565-?#60?%I5-\$0#70/#5?46590/#3%#H5/90/#7-  
-?47%-/#>"#6"#\$"#%#@"#I"#Q"#5"#1"#T"#?";"#7"#0#.#%#U#0#5765/0\*"#0#-39#D#-\$V%5#F0;.%%;%79-3#  
U2%#9%H%#03#@57-?5\$-\$%#/#2>/959253#-#7:75/%#-79%3503#@%59-#.%?#-#g\$;575/93-<80#-6%36-#-\$5\$07  
\$535I%79%/#\$-#3%/9-\$03-#0#/#3H5<0#.-=>?560"#-#@5;#%#607@%353#6359L350#;-5/#0>1%95H0#%#-#H-

#

& opbqrZbYdsb^ZatZdupbvbvw]xd\du]\_ypbZr^{Yd["#-#%795\$-\$%#6-33%02#-0/#-290/#6P.5-#%#/#%2#  
\$-/#-?9%3-<O%/#3%-?5J-\$-/#70#60793-90#/#065-?"#3%I5/93-\$0/#70#P3I80#60;.%9%79%#BC06/#fk\*#7D#&I XI#%  
&I'IX"# &I'II"# &I'IW"#3%@%3%79%/#-0#j309060?0#7D#&I'XW(!m&'!.(W#%#7D##&I !" "#3%@%3%79%#-0#j3090  
'&I'!&m&'(.)#%#6%395\$80#%;595\$-#.%?#-#|279-#F0;%365-?#3%#/.%695H-#BC06/#fk\*#7D#&I '!"#j309060?0#7D  
'&I'!&m&'(.)"#U2%#%#%;07/93-;#607@03;5\$-\$%#0#U2-\$30#/#065%9:350#60;#-U2%#%#-30H-\$0#03#%#9-#j-/9-  
K575/9%35-?"#-?L;#%#57\$56-3#0>1%90#/#065-?#60;.-94H%?#60;#-#%G%62<80#0#/#3H5<0#g#%#/%#3%#/.%#  
;-75@%/#902#-#f%63%9-35-#%#%}-\$50\$5@2/80~#

#

&#C%#-603\$0#60;#-#6%395\$80#-92-?5J-\$-#%#|279-#F0;%365-?#-3%/%79-\$-#70#-290/#B%  
7D#&I'!"#0#/#-92-5/#U2-\$30#/#065%9:350#%#53%95H0#-\$\*79%3%/-#-\$60-\$27-;#60;#0#/#=?  
-30H-\$0#03#%#9-#j-/9-#"#\$%6033%79%/#\$-#I#g?9%3-<80#F0793-92-?"#U2-5/#/#1;-~

#

‡ ‡ Kk	F ‡ Ngf	+gV ‡ }#B} ‡ )
K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-	XI"	XI"'''
K-4/-#K03%53-	I"	I"'''
N ‡ NgV	I'''	I"'''''

#

‡ ‡ Kk	Fg} ‡ ‡
K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-	fP65-# ‡ %3%79%

#

&X ‡ >/%3H-,%#"#60792\$0"#U2%#-#6%395\$80#U2%#60;30H-#-#;-729%7<80#0#U2-\$30#/#065%9:3  
%795\$-\$%#@05#%;595\$-#.%?#-#|279-#F0;%365-?#%#f80#j-2?0#Q#;-5/#%#%\$05/#-70/"#%;#&(&#&'(#j03#%#I%#%;  
U2%#-#f%63%9-35-#%#%}-\$50\$5@2/80#H%35@5U2%#/#%#-#60;0/5<80#/#065%9:35-#-\$-#579%3%/-#-\$3-7%6  
\$535;53#U2-?U2%3#%#H5\$-#U2%#0//-\$5;.%\$53#0#30//%I25;%790#0#306%//0

#

&l j-3-#%#%;07/93-3#-#&ruZ‡\_ypbY[bqr]\d'Y'd[]\_ypbZ[p‡ ‡ d[p‡ ‡ Y'd‡‡‡][Zd^]#.-3-#3%/9-<80#%\$  
%795\$-\$%#-3%/%7902#6P.5-#0#x[]‡\_pbt[u^d‡p‡d]bZbYZ‡p‡au^]ud‡pbYzb^Zar[u]Ypa\_#3%?-95H0#-0#  
^5/93-1'%"#%G5I5\$0#.#%?#-#?%I5/?-<80#%#%3%IM765-#BC06/#fk\*#7D# (!!"#j309060?0#7D#&I' " (&m&'(X)#%#%  
]bYZb'Y']‡‡‡[d]bprb^Z[rtZ^]\_ypbZrYd[d]\%G.%\$5\$-#.%?0#5/935>25\$03#-\$/#%#%#-\$-#.%//0-#1234\$5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

27240304 leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

27240304 leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

(0' uvwxyz{|}~|~xv[] † |{#\$ † +\*\$?>8\$ † 7 ⚡ #\*\$??,+>\$97:+.?,\*898\$ † +\*\$?:<+\$98?\$-7\*,<9 ♣ 7?\$.7 Y 8  
9 † &<,+\*\$7&8,< † +?\*\$8+?\$ † \*< >,+?\$\_ 797\*8<?\$7\$ † \$6♣ † <98\$u,< † 8\$98\$\_.<@+\$\_ 6+-\$;Ⓜ Ⓜ \$./.\$"! 1 3(#\$  
("3!5#\$\_ Ⓜ ; Ⓜ Ⓜ □ \$ 6+-\$;Ⓜ Ⓜ \$./\$(0 "05\$7\$\_.8 ⚡ 7.98?\$7?,89>8&\$ 6+-\$;Ⓜ Ⓜ \$./\$(0 (35\$7\$:>.<-< † 8&\$ 6+-\$  
("3!15\$Ⓜ #\$,8: & † :#\$.+?,\$7\*+?\*\$7Ⓜ <Y <9+?\$ † 7&8\$&7 Y <?&8Ⓜ @+97\$&<-<8Ⓜ ♣ 7?#\$\$+<97:+.?.\*898\$8\$w  
8\$★>..898\$98\$-7\*,<9@+\$.7 Y 8,< † 8\$97\$9 † &<,+?\*\$7Ⓜ † 79<98\$ † 7&8\$Ⓜ >?,<Ⓜ 8\$9+\$ † \*8 &8\$7+\$ 6+-\$;Ⓜ  
""0!12(304 5'\$Ⓜ 8&7\$8??<.8&8\*\$Ⓜ >7\$8\$:8<+\*<8\$98?\$-7\*,<9 ♣ 7?7??.@+\$\_ † 7.-<98?\$7\$8&Y>:8?\*\$7+:.8:\$ † \$98  
† \*,+&+&< ⚡ 8Ⓜ @+9+\$ † 79<9+#\$+\$Ⓜ >7\$.@+\$.+.,<.><\$<\*7 Y >&8\*<9897#>:8\$ † 7 ⚡ \$Ⓜ >7\$+\$8,\$%+<\$ †  
+.%+\*:<9897\$+.\$+\$7Ⓜ <Y <9+'\$u\$Ⓜ >??.@+#\$7:\$\*7 Y \*8\$@+Y 7\*8\$\*<?-+?\*\$8+\$ † +97\*\$ † Ⓜ &<-+#\$ † +<?#  
89<8,.7#97 † 7\*Ⓜ \$?7\*\$\*78 † \*7?7..898\$8\$9+->:7.8Ⓜ @+\$\_ † \*+ &8,Ⓜ \*<8\$8,>8< ⚡ 898\$98\$7.,<9897\$ † +\*\$+&8?<.  
+.,\*8,>8&#\$ † 8\*8\$Ⓜ >7\$?7★8\$:8\$ &?+\* † <9+?\*\$+?\*\$7%7<,+?\$.8,>\*8<?\$Ⓜ >7\$97-+\*7:\$9+\$&8 † ?+,\$7: † +\*8&\$Ⓜ  
89:<.<?\*8.< † +\$+&: † &7Ⓜ +#\$+&+&+ † \*7?7..7\$

(1'   \$.+\$ >7\$,+ -8\$8+\$  +??  7&\$-+:7,<:7.,+\$97\$}wwxyz{|w}~|~x  v¨av  zw  av~|v©wx  |¢£  
;7- \*7,8\*<8\$97\$=89<+9<%>?@+\$98?\$  7\*<%<-8  7?\$  7\*,<.7,7?#\$+\$ >7\$7?>&,+>\$.8\$-+.-&?>@+\$8??<:\$.7  
-+:\$+\$ >7\$?7\$  +97\$-+:  >&?8\*\$+?9\$+>:7..+?\$8&>9<9+?N

3 \$0+\$,+8.,7\$ 5\$\*7Y>&\*<9897\$,-\$-?\*\$+98\$ † \*7?,8###@+\$+\$?7\* † <###+\$-8 57\$89> @ <\*-+.-?>&,8\$\*78&< @ 898\$ ★>.,+\$+\$,<?,7:8\$97\$Ó+.,\*+&7\$97\$=89<+9<?>@+\$4\$;=6#8\$ ■.,7\* † >.<98\$-+\$8\$ † 7.8\$97\$-8??8###@+\$ 7 7.,+\$ (0 0 5\$2\$&?\*\$1#5\$u97:8<?#\$.+.%\*:\*7<.%\*:\*8###@+\$\*+<?.98\$98\$Ó++\*97.8###@+4 7 7\*8&\$97\$ 5 <?-8&< @ 8###@+\$97\$Ó>+\*Y8\$4\$C\*,Ö:<,7\$ † \*+?-7??+\$97\$8 † >\*8###@+\$97\$<.%\*8###@+#\$<?.>8>\*89+\$7:\$97?%8 † +\*\$98\$ ■.,7\*7?-8 5 @ 7&\$??7★8\$8\$-8??8###@+\$ 7 7.,+\$: ■ ■.\$/'(0 (5'

( ' Ó+.?<Ÿ.74?/?#5\$7\$?7?Ö.-<8#5?>78\$5\*78\$,.-.<8\$7?†+.?5?†7&\$†7\*<+>\$.@+\$.7\*\$?> \*7Ÿ\*8\$9<?†+?.8\$.+8\$\*.'\$3(\$9+\$67-\*7,+4&7<\$. /\$("0230!#\$?>7\$?7,857&7-7\$&<.<7?††8\*8\$77\*7-?<+97\$+?7\*†<++++\$97\$\*89<+9<?>?@+\$.†8\*8\$-898\$7.,<9897#57\$:-+\$.+5\$\*7Ÿ\*8\$<.<.>98\$†7&8\$8&78\$\*Ÿ×\$?>7\$7?\*,<.Ÿ7\$8\$†8\*,<-<†8+++@+#\$†7&8\$:7?:8\$†7??+8#\$7\$:89:<.<?\*,8+++@+\$.+>\$Ÿ7\*Ö.-<897\$:8<?97\$>†7\*:<??<+5\* <8\$+>\$8>,+\*<898\$9+\$.7?:+\$.<†+97\$?7\*†<++++\$97\$\*89<+9<?>?@+\$.8\$:7?:8\$&+&-8<9897':7-\*7,8\*<897\$=89<+9<?>?@+\$.7\$:8.<%7?+>\$.+?5?7Ÿ><..7?\$.7\*+?Ñ

[illegible]

!"#\$%&#\$( )"#\*#+),)\*#-./01#"0)&&2"34(+1(#56.)&(5(&+(8#7+'&-1(70#  
,5,(&&2'1'&("8)9'1("#1)'1):7&2'&5'"#(0'51#0/1)#-\*&+"(")"0(5+(#1#\*+#1'  
\*#"#:"(7<5,)#0'17.#1#-5#0(&0#.#.)1#1(-5#;7#.)1#1(1(&=#,#

> ?(@)&+"(A&(-(0&(;7<5.)#-;7('5&+#01'""',(&&'(0+(&+).B#1)8("&'&7+""&1',70(5+'&;7(  
,0'"8#"#0"(;7)&)+&(C)@%8())&#+(0\*(0;7(\*"+',.)D#1""(1)'1'1("5'8#92'-0#&,74##56.)&(1)C'71(&( "  
)51),#1#\*(.#&5'"0#&#+7#.#0(5+(8)@(5+(&-,'5:'"0(465#"'"#1'

E'0'&(8<-+'1'&'&(.0(5+'&;7(1(8(0&("8("):,)#1'&\*#"#;7(&('5,.7##,(" ,#1\*(1)'1'1(  
"(5'8#92'1#7+""@#:""0#5#.)&#1'&\*(.'&(+""'(&\*5&68(-."#D2\*(.#;7#.#52'&)(1(5+):),#-5(&&#',#&)2'-;7#.;7(" "  
=3),(47"%1),';7(0#;7.(#;5,.7&2'#,.#59#1#\*(.#!(,("+#"")#1(?#1)'1):7&2'

F G0#1(51','5&)@5(A&(#HIJKLMNMIONOPNQIRLNSLTNUVWOMIOQIRPWONMLQLXWOYZHQV  
WROIKQIOJLHLKQ^RLW\_(0#+(51)0(5+'#;7(\*("5)D#""'+`1'?(@7.#0(5+'1'&!("8)9'&1(?#1)'1):7&2'-&(@751'  
';7#.#abcdefghijklmnopqrstuvwxyz0123456789abcdefghijklmnopqrstuvwxyz0123456789  
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz0123456789abcdefghijklmnopqrstuvwxyz0123456789  
NOPNHZQIHUVWOMNOKLQZNUVWOMIORI}ZSNRLMNMIONOIHQLMNMI\_O,'5&#5+(')5,)&'~□□1'#"+"`1# ▯ )  
1(,"""<5,)#1';7#."(0#5(&,(adgxr dlmghfghngewidwdfghfjhqdwjshfcidewjhwgfdhdhj`j`jncldmghfghngewidwgshjq  
ngqpdxr rfdjfhngqhdohgxir dl jhpgihj jhdoocqrfdoshwgfdohdohngefri jhfhj dxr rwdlmghjhbcd rurndlr  
rnrwdlmgae

五五五〇〇〇

##)5+(1'(C\*'+-52'+(51'&)'1'8)&.703"#1#&)"'(@7.#")1#1(&5\*"(&(5+(\*",(&&'-'\*)5#A&\*(.#  
"(&+)+7)92'1'&#7+'& \ !,("+#"")#1(?#1)'1):7&2'\*#"#""&@7)0(5+'

☹ ☹'★#"#,"(-""17D)1'(&&)5#1'(.(+""5),#0(5+(""0()'1'!)&+(0#!#\*)(5&(&730(+)'1'  
\ ,5&)1("#92'&7\*(")"

☒,'5&)1("#92'&7\*(")"

☒"#&%.)#-1(0#"9'1(F>F>

## z□G ▯ ▯ G ▯ ☒!☒☒☒★☒☒?☒G ▯ ☒?☒!□ ▯

18'@#1#1#☒5)2'

E""1(5#1""#☒7"%1),#1(?#1)'1):7&2'E'0("),#.(!"8)9'&5,).#"(&

+ (592'-#,'5&7.++#"'"',(&&'(.+"5),')(&+61)&\*5%8(.0B++\* ▯ ▯ &#\*)(5&#@7@'83"0(1)#5+(' "  
:"5(,)0(5+'1'zφ0("£5),1(★""+',.'αz☒★¥>>>>>|' ▯ >F> ▯ ☹(1#;B#8(1#,(8&'1# ▯ ( ▯ 1>

##',70(5+'#&&)5#1'(.(+""5),#0(5+(\*"## z□G ▯ ▯ G ▯ ☒!☒☒☒★☒☒?☒G ▯ ☒?☒!□ ▯ -1(#,""1','0'&5'"0#+)8'&.(#@#)&  
#\*.),68()& ,5:("<5,)#1##7+(5+),)1#1(1'1',70(5+'(&+61)&\*5%8(.,'0',=1)@'☒>☹☹☹5'(51("9'(.+"5),'  
B++\* ▯ ▯ &#\*)(5&#@7@'83"☒5:"0#9\$(8#1),)5#&j!)@5#+6")'α#¥j## z□G ▯ ▯ G ▯ ☒!☒☒☒★☒☒?☒G ▯ ☒?☒!□ ▯ ##+  
A>AF>F> ▯ j|zφ0("1(!/)(j| ▯ ▯ 'G0)&&"j 7+""1#1(E("+):,)#1""#G?★?☒?☒☒8'





!"#\$%&&'( )  
(\*%+\$ !"#\$%&&'( )  
(\*%+\$ &,\$-\$ &,'(+&&. ( \*+/\$ && 0( 1&+%(%" 1& (23#\*&#  
.'( 23#\*

\$#(2)!"#\$%&#&\*\*( +\*&,\$-\$ \*&#&.'( 2)&!&,"

#\*4%(&\*&. ( \*+/\$ \*1&5%&\$1&#6&\*##1&\*%&789&#4:&;99<<1799&5\$\*-% !=&=#:&>?8@&A9A;!?BCBD?87?

&

EFGHIJKLMNOPPPQRSTUVWXYZ[J]JTJ^XTI^X

&

VXH\_MQSPPPOPPRQ`PTUPaSZbc

J\VFYFGGIELG\_MGFJYFIY]IMEFMYIE]LE]dXGeLMZMGFYIE

IGGXVLG\_MYIE]LE]dXGeL

&

86 f&ghijki6&l&himnokfjgpqi&ki&\*j6&imnrstij&,rjukohi1&vgjg&gwgsogpqi6

&

5jgnusog1&8A&kf&xgjpi&kf&A9A96

&

&

#..('#%&=#% 4#&5\$"\*&4#\$\$ \$&\*(+\*

"&&'( )

\$#(\$!"#\$%&#&\*\*( +\*&#&.'( 2)

&

&

tfmpqi1&g&himnrstg&gi&vjihfnni&fsftjymohi&fntz&konvimuwfs&fx&{ttv:DDngvofmn6g|r6|iw6}j&xfkogm  
~ijmfhoxfnti&ki&(\xfji& ‡ mohi&kf&4jitihi&(>'4@&BC99999;B?9A98C ‡ <&f&kg&h{gwf&kf&ghfnni&k;g?f ‡ k9

&

ihrxfti&gnnomgki&fsftjimohgxfmtf&vij&#..('#%&=#% 4#&5\$"\*&4#\$\$ \$&\*(+\*1&kf&ghijki&hix&in  
mijxgtowin&sflgon&gvsohzwfon6&&him~fj ‡ mhog&kg&grtfmtohgkgf&ki&kihrxfmti&fntz&konvimuwfs&hix&i&h ‡ koji  
fmkfjfp&i&fsftjymohi&{ttv:DDngvofmn6g|r6|iw6}j6& m~ijxgp ‡ fn&gkohoimgon:&\*o|mgtzjoi&>g@:&#..('#%&=#% 4#&5\$  
4#\$\$ \$&\*(+\*6&gtg&f& ‡ ijg:&8A!9C!A9A9&97:B96&(\xfji&kf&\* ‡ jof:&?C?778;788B<BB8<98A ‡ A87B88?A76&#konr  
rtijokgk&fjto~ohgkijg&\*#\$4\$=\$5wB6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

2724514-0leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"-(!'-'(!,")!)+,0%! "1) !2,\$ )&#12!)34\$+\$  
/(! 34\$+  
#5!)\$,\$

\$+6&)'+'!)!+,0%!+2'5& '%2'\$7'+\$\$2'+&'89:' \$6,'<:=="8::'5%+.&!'>)>)\$,'?@9A'B:B<"@CDCE@98@

FGHIJKLMNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X

VXI\_NR`QQQPQQSRaQTUQb`Zcd

J\VGYGHHJFMH\_NHGKYGVJYJ]NFGNYJF]MF]eXHfMNZNHGYJF

JHHXVMH\_NYJF]MF]eXHfM

97 ghiji'i'FGHIJKLMNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X'kl'mljhl'ki'h7'\$nnlopqm'>qmrgq  
5ihsqt'6qhqrhl'+louit2'kjisli'kl'(orvi'q' iihkqolkih'#qhlm'kq'ttpouit'-phwkrxit'kq' inporxlyvi2'lghijloki  
i' IJYGKGYNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X'q{lhiki'gqml'h17'lorqmmq'&ptu|'6ihuqml'5hltrm2'kjisli  
kl'(orvi'q' iihkqolkih'-phwkrxl'kq'%lkrikr}ptvi' inqhxrlm'q'+qhjryit'oxrmlhqt7  
B7 \$oxlnro~qn"tq'it'lpuit'□'+qxhqulhl'kq'%lkrikr}ptvi' † '+\$%'glhl'xio~qxrinqoui'q'ghijrk † oxrlt  
kqxihhqoxrlrt2'xini'ghigitui7

5hlrtwmrl2'9 † 'kq'nihyi'kq'B:B:7

WX[MNKGHJYNeGYYG]YJNIGYG]YJ  
iotpmuih'-phwkrxi

uqoyvi2'l'xiotpmul'li'ghixatti'qmquh#orxi'qtu \ 'krtgiowjqm'qn'~uug;EEtlgrqot7lsp7sij7 ➡ h'nqkrlouq'i  
)ihoqxrinqoui'ki')●nqhi'★orxi'kq'6hiuiximi'?) (6A'CD::: <C@:B:9D † ='q'kl'x~ljq'kq'lxqtti'k<l@q † k:

ixpnqoui'lttrolki'qmquhiorxlnqouq'gih'-(&'! \$+%'>\$%%\$!%'6\$%%\$!%'2'kq'lxihki'xin'it'oihnlurjit'mqslrt  
lgmrx \ jqrt7"xio}qh † oxrl'kl'lpuqourxrklkq'ki'kixpnqoui'qtu \ 'krtgiowjqm'xin'i'x❏krsi'D8B † D<=B<'oi'qokqhqi'qmquh  
~uug;EEtlgrqot7lsp7sij7 ➡ h7'!o}ihnlly❏qt'lkrxriort;'rsolu \ hri'?IA;-'(&'! \$+%'>\$%%\$!%'6\$%%\$!%'7'lul'q'❏ihl;  
9 † ":D"B:B:'9B;9D7')●nqhi'kq'+❏hrq;'9D@8BB@87'\$nrutih;'puihrkklq' qhur}rxlkihl'+\$%6%%>5j=7



;=<=>?=@?9AB9:CDE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q11371 99912 75493 5  
143629'R5 S79&995T523791 5'15  
913 Q1 161954 53U6294139961  
4362V&1529965 7911996W

X/2YXP0%2YZX0Z2X/[Z]%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 55954 2161495  
2141 &1 716197,9S56,-505136 15'-1 &1 7161970  
a1P5 39456711 25!'1 5P913 Q19&1I9&510525716,-',5  
051373#15'3054 214#69'Q1214 197.9S56055  
136 15'5135216 791125 1Z46 797116,0' -33  
61129619 9bR5 &5 5675 69/179Yc26296,2%Y2 962599&51  
9525d3V216-916 3719d3V29973967565 756 7c15 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-5  
9 1 715'3&15b961 9&975561I54#1539&54 Q11371 99  
912 75493 5143629'R5 S7961 7541 91799&559 1 71  
50&3#299610W1X299[6Q1559 1 71502 962591&51  
052571S5 971165,&3#291610W1X299[6Q155  
61I54#15,&995T52379 5457155T23 I951 5!'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&1529965 7911996W  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

;=<=>?=@?9AB9:CgE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q11371 99hPW1 /175  
143629'Q1S79&995T523791 5'15  
913 Q1 161954 53U6294139961  
4362V&15\$19% &596'95 7911% &V71  
29671

X/2YXP0%2YZX0Z2X/[Z]%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 55954 2161495  
2141 &1 716197,9S56,-505136 15'-1 &1 7161970  
a1P5 39456711 25!'1 5P913 Q19&1I9&510525716,-',5  
051373#15'3054 214#69'Q1214 197.9S56055  
136 15'5135216 791125 1Z46 797116,33'-  
61129619 9bR5 &5 5675 69/179Yc26296002%Y2 962599&51  
9525d3V216-916 3719d3V29973967565 756 7c15 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-5  
9 1 715'3&15b961 9&97505 5754#159&54 Q11371 99  
hPW1 /175143629'Q1S7961 7541 91799& 5'5 5754#1  
5'&3#299610W1X299[6Q10X[505 5754#15' &99  
5T52379 54 57155T23 I951 5!'15913 Q1 16195453U629  
41399614362V&15\$19% &596'95 7911% &V7129671  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

PORTARIA Nº 140/SEI, DE 24 DE JULHO DE 2020

Renovar a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 25, III, da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007560/2013-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 195/2020, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., nos termos da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 30 de junho de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA

;=<=>?=@?9AB9:iJE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q1 1371 991 6945675 h  
212595PW137395 2Q1^25675S79  
&1 75145675796 59hPW1 3739  
29671 S79&995T523791 5'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&15  
29671 5 79152Q1931

X/2YXP0%2YZX0Z2X/[Z]%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 559547561541 791  
35216 791&125 1946 797116,000 61129619 9bR5  
&5 5675 69/179Yc26296,2%Y2 962599&519525d3V216  
'-X/d[PYj[Z]5 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-59 1 715  
'3&15b961 9&975549159&54 Q11 69456751371 99h  
212595PW1373952Q1^25675S7961 7541 91799^X6,5'5  
1373#15,-&81 75145675796 59hPW13739 29671 S79&1  
6754c1917996305051373#15&3#299610W1X299[6Q1  
5,5196515&995T52379 5457155T23 I951 5!'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&1529671 5 79152Q1931  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

k<A4FMN<9A?k@<A?M9HF9k<A>=<MF  
HF9FI;F=@mFA>?no<9?A@m?M

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9pgEIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'5  
51373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5&9W 91  
'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169&#2135  
1162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&51525562945671)  
125 16),r3-0s  
(d),-000ZYPt  
P9bQ12129)XjZ/ZZS%/YX22Z  
(/14596 773'Q1)Z \_/Yu%YZP%  
'%655'196 773'Q1)P399 9 6+9 6,d949 \$9659 %  
0,'94&69 2  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3-  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&51 0%\_%P%/YX216145 195256,`X'X%YZ 6 773'Q1  
9&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1/14971965  
549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9IOEIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'  
551373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5  
&9W 91'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169  
&#21351162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&515  
25562945671)  
125 16),0r3-,s  
(d)333-ZYPt  
P9bQ12129)Y%2ZSZ\$XPZYxPX2SY0Z  
(/14596 773'Q1)Y%2ZSZ\$XPZYxPX2  
'%655'196 773'Q1)Z15691167161633\_36216W1 %  
0\$51w1b167s)  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&510%\_%P%/YX2161451952563X/%ZY  
Z6 773'Q19&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1  
(/14971965549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9I:EIIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'  
551373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5  
&9W 91'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169  
&#21351162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&515  
25562945671)  
125 16),00,r3-s  
(d),-0',ZYPt  
P9bQ12129)SZ/Y%YZSY0Z  
(/14596 773'Q1)96752S9#197+1  
'%655'196 773'Q1)P11!92-y49T91 790'9916  
%)0',9254W&1 2  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&510%\_%P%/YX2161451952563X/%ZY  
Z6 773'Q19&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1  
(/14971965549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

4Fk=F>?=@?9HF9=?H@<H@zL4o<  
0%ZPYZ%/YX0%PZ0X0\_2[XX%PZS  
XXP0%/Z[Xj%PZS0%x2X[XPjZ2

HF4;?kN<9AB9jIG9HF9D9HF9KLMN<9HF9IOIO

ZXXP0%/Z0XPZj%PZS0%x2X[XPjZ2613 15 39 97#3'R5  
756154! 79955 9'Q15214&57U629&5! 796197)62 191799  
6),0'2%Y5-5 5754#15'5216 5961135216 79  
61&125 1 6),35 1159&11911295 6 799'Q19  
5 79'Q15937b9'Q11 53&945671 9Pe0XZPXjZ2SY0Z&54 16W9  
1 5!'15913 Q1 16195453U62941399614362V&1529&16 9  
P37b961129696),r3b5671 52621s29 561 7541 9/179  
Yc26296)2%

S[Z/ZZPX/Y%PX0%SZ

HF4;?kN<9AB9gIG9HF9;9HF9KLMN<9HF9IOIO

XXXP0%/Z0XPZj%PZSx2X[XPjZ613 15 39 97#3'R5 5  
216 5961135216 7961&125 16,03-,5 1159&1191  
12956 799'Q195 79'Q15937b9'Q11 53&945671 9PZ0XdXP/ZS0%  
\$ZPP%YX2XS0Y0Z/d6,-30'-&0&54 16W9125!'15  
P913 Q12161954 53U629139969129955\$9571 237b961  
12969r3b5671 53971s9371b961969 533621694567154 29W75  
&1! +11392921621691h9371b9'Q1&993 199153U629

S[Z/ZZPX/Y%PX0%SZ



7512345671&15 515291615655'1557(621

7912345671&15 515291615655'1557(621



0123456719 691 794567521614565  
356 7739695 737395 915 `#29 59 59\$9



https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.022328/2022-70**Entidade:** RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.**CNPJ nº:** 52.505.161/0001-30**FISTEL nº:** 02022888626**Localidade:** Mococa/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 11/08/2022**Período:** 30/06/2023 a 30/06/2033**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Págs. 6-10	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Págs. 1-2	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 3	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se não o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 4	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 11003736 Pág. 5	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 11003736 Págs. 6-7		
		M 11003736 Pág. 8		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Pág. 11	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 11003736 Pág. 5	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 11003736 Pág. 9		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 10	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 <b>MAÍSA MOREIRA</b> Págs. 7-8  <b>MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA</b> Pág. 9	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.				
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Pág. 12	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	( ) Sim (X) Não	11003735 Págs. 15-18	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003401	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

#### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	(X) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

#### Observações Adicionais

~/a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2022 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11003739** e o código CRC **AD7BA832**.

Referência: Process o nº 53115.022328/2022-70

SEI nº 11003739



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.022328/2022-70

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À C

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administra vo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Mococa** inscritano **CNPJ nº 52.505.161/0001-30**, obje vando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em modulação, na localidade de Mococa/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02022888626**, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objetivo foi a regularização da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Judiciário em períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionada à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. Com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes necessários para serem passados a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que conste os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da legislação pertinente; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de declaração negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou direto de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções de foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros especiais, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão de frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se o pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2003-2013**. De acordo com a Portaria nº 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

7. Concernente ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 1º de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

8. Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/SEI-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi publicada a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2020, **renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos a partir de 30 de junho de 2013** (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de agosto de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou o pedido de renovação perante o Ministério das Comunicações manifestando interesse na continuidade da execução do serviço, por novo prazo de 10 (dez) anos (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga, **então**, tempestivo, pois a sua protocolização ocorreu no prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2023.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos anexa aos autos (SUPER 1003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita solicitações de documentos, muitas vezes onerosas às entidades, e que perdem sua validade no decorrer do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente exigida pelo Ministério das Comunicações, **foi** feito pelo fato de que a sua protocolização ocorreu no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das condições previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.302/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, simplificada, em **11 de agosto de 2022**, pelo órgão de registro competente em que estão

arquivados os seus atos ~~correntes~~, demonstrando que os quadros societário e dire vo coadunam ~~os~~ ~~que~~ foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11003736 - Págs. 1-2).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 6-10).

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, a pessoa jurídica ora interessada explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, na localidade de Mococa/SP, como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Maísa Moreira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante de radiodifusão.

15. Quanto à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no Município de Mococa/SP, pela pessoa jurídica ora interessada e seus sócios, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão, o processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista a excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação de outorga desfavorada em data no curso da prestação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (SUPER 11003735 - Págs. 2-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11003401).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou emenda pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se também documentação de obrigações fiscais perante o fazendário Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se também a documentação da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Garantia das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, emenda pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11003739).

18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supracitada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a concessão de nova outorga de serviço de radiodifusão.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, não é mais necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou da outorga de serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade documental para o licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023,

Art. 16. As emendas outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405/2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico da antena (omnidirecional ou dire vo) do sistema radiante; (O rigem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

73e1f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela P RT GM/M CO M 2.524/2021) (Origem: MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: P RT GM/SEI -M CO M 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º de (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela P RT GM/M CO M 2.524/2021) (Origem: P RT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela P RT GM/M CO M 2.524/2021) (Origem: P RT GM/SEI -M CO M 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela P RT GM/M CO M 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá apresentar características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada no licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação possui validade até 30 de dezembro de 2033 (SUPER 11003735 - Págs. 12-13).

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação da outorga parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento dos valores dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela entidade (SUPER 11003735 - Págs. 15-18). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise jurídica do pedido de renovação da outorga, bem como as minutas de Portaria (SUPER 11004219) e de Exposição de Motivos (SUPER 11004219), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- em caso de manifestação favorável da unidade consultada à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pedese, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para providências de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).



Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de C** **Rádiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de** **Rádiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Rádiodifusão Pri** **va**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11004015** e o código CRC **9F33D22E**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11004217)
- Minuta Exposição de Motivos (11004219)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11004015



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

# MINUTA

MINUTA DE  
PORTARIA Nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2023.

\* MINUTA DE DOCUMENTO

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, inúmeras razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

## RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por ~~de 2013~~, a partir de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos do art. 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mocooca, no Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições das Leis Brasileiras de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

## AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023, às 14:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 14:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Concessão de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Concessão de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o número de protocolo 11004217 e o código CRC AD7E7825.





# MINUTA

MINUTA DE  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a permissão  
outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 2  
de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de  
2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, se  
exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

## AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente***



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023  
(horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023  
(horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de C**  
**Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de**  
**Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Pri**  
em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de](#)  
[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11004219** e o código CRC **16309C24**.



Ofício Interno nº 39502/2023/MCOM

Brasília, 02 de agosto de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Mococa Ltda**, inscrita no CNPJ nº **52.505.161/0001-30**, que vando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de **Mococa/SP**, vinculado ao **FISTEL nº 02022888626**, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 03/08/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no [§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o número de verificador **11042533** e o código CRC **2762D754**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11042533



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53115.022328/2022-70

**INTERESSADAS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE**

**EMENTA:**

I - Pleito formulado pela **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.**, com o objetivo de renovar a outorga do serviço de **radiodifusão sonora em frequência modulada**, na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 47 e 48 deste parecer**.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela entidade denominada **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em **frequência modulada**, na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

**"ANÁLISE**

**(...)**

6. *No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 2003-2013. De acordo com a Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).*

7. *Concernente ao período de 2013-2023, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o espondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de março de 2012 e 30 de março de 2013.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

8. *Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi publicada a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2020, **renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013** (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.*

9. *Pela análise dos autos, observa-se que, **em 11 de agosto de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.*" (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em **11 de agosto de 2022**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, **2023-2033 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2)**, solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "*Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963*" (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

### **II.1. - Considerações iniciais**

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### **II.2. - Legislação aplicável**

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabelece a **linha "a" do inciso XII de seu art. 21**, que "*Compete à União [...] **explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens***".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine**, da **Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII**, da **Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

16. A questão também é abordada no **art. 2º** da **Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º** do **art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o **§1º** do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o **art. 5º** da mesma **Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único** do **art. 165** do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 26-C, II**, da **Lei nº 13.844/2019**, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, republicada com a edição da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo **Título I, Capítulo I**, por seu turno, relativo à **renovação da outorga**, assim dispõe:

**"TÍTULO VI**  
**DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA**  
**(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)**

**CAPÍTULO I**  
**DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA**  
**(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)**

**Art. 148.** As pessoas jurídicas que desejarem a **renovação do prazo da concessão** ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

**§ 1º** As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XI; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo II e as fundações de direito privado, o do Anexo XIII. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

**§ 2º** As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão consideradas desistentes. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)



notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

**Art. 149.** O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

**Art. 150.** Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

**Art. 151.** Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, I)

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

**Art. 152.** Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

**Art. 153.** Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

**Art. 154.** A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

**Art. 155.** A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

**Parágrafo único.** Na hipótese do art. 155, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

22. Todavia, considerando que o presente pleito foi instruído antes da entrada em vigor da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, não subsiste dúvida que sua apreciação deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

23. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **II.3. - Do Pedido de Renovação**

24. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo **deferimento** do pedido de interesse da empresa denominada **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**, que busca ver aprovada a renovação da outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, que detém na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

25. Segundo consignou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, a outorga em questão foi conferida com a edição da **Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983**, publicada no DOU de **30 de junho de 1983** (SUPER 11004009 - Págs. 1-2).

26. Verificou, ademais, que o último pedido de renovação da outorga em questão refere-se ao decênio de **2003-2013**, deferido com a publicação da **Portaria nº 187, de 24 de março de 2010**, no DOU de 3 de maio de 2010, sendo a **permissão renovada por mais 10 (dez) anos, contados a partir de 30 de junho de 2003** e o ato cancelado pelo **Decreto Legislativo nº 92, de 2013**, publicado no DOU de 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

27. Quanto ao período de **2013-2023**, o pedido de renovação foi apresentado no dia **19 de fevereiro de**





2013, dentro, assim, do prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do art. 4ª Lei nº 5.785/1972 estabelecia que requerimentos de renovação da outorga devem ser apresentados entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, in casu, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

28. Apesar de ter sido aprovado pela área técnica e por esta CONJUR à época, conforme **Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020 (DOU de 28 de julho de 2020)**, renovando a concessão por mais dez anos, contados a partir de **30 de junho de 2013**, e em seguida remetido à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, para a adoção das medidas consecutórias (**SUPER 11004009 - Págs. 7-21**), o decênio venceu antes da adoção de qualquer ato por ambas as Casas.

29. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o decênio de **2023 a 2033**, observou a SECOE ter a entidade apresentado **tempestivamente** manifestação de interesse na continuidade da sua outorga em **11 de agosto de 2022 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2)**, considerando ter seu protocolo ocorrido **no prazo legal** previsto na redação atual do **art. 4º da Lei nº 5.785/1972**, qual seja, *in casu*, entre **30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023**.

30. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (**SUPER 11003739**).

31. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório<sup>[1]</sup>.

32. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

**" SUMÁRIO EXECUTIVO**

(...)

2. *Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."*

33. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

*"10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:*

*'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.'*

11. *Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."*

34. Com efeito, foi juntado **requerimento de renovação de outorga**, acompanhado das declarações previstas no **art. 113, inciso XI**, do supramencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021**, como também a **certidão simplificada**, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (**SUPER 11003736 - Págs. 1-2**).

35. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – **SIACCO em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 6-10)**.

36. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora em ciência modulada, em **duas outorgas**, na localidade de **Mococa/SP**, e **não figura** como sócia no quadro de outra pessoa Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a **sócia administradora Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Maísa Moreira não compõem** o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

37. E, no que pertine à exploração do serviço de radiodifusão sonora em duas outorgas no Município de Mococa/SP, entende a SECOE que tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, por configurar excepcionalidade contida no **art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013**, visto se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga.

38. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (**SUPER 11003735 - Págs. 2-5**), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (**SUPER 11003401**).

39. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento **SUPER 11003739**:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

40. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

41. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021**.<sup>[2]</sup>

42. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

43. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (**art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962**). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme **art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962**, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

44. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação válida até **30 de junho de 2033** (**SUPER 11003735 - Págs. 12-13**).

45. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

46. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

47. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, segundo o qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"**.

48. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o **inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93**, em decorrência do qual remanesce **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

### **III - CONCLUSÃO**

49. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela **tuição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Brasília, 10 de outubro de 2023.

**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**  
Advogada da União

[1] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

[2] "Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, orado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305612002 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 10:23. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53115.022328/2022-70

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, no período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 10716/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 15 da **NOTA TÉCNICA N° 10716/2023/SEI-MCOM**, convém lembrar que o **PARECER N. 00523/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 53115.015129/2022-13)**, apresentou resposta à consulta formulada à época pela extinta Secretaria de Radiodifusão - SERAD (atual SECOE), no sentido de esclarecer que a interpretação do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, estabelece a possibilidade de uma pessoa, seja jurídica ou natural, figurar, ao mesmo tempo, **no quadro societário** de duas pessoas jurídicas distintas executantes dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na mesma localidade, quando uma destas outorgas for proveniente de operação de adaptação.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305727892 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02100/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.022328/2022-70**

**INTERESSADOS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

Aprovo o **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nos termos do **DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306350985 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 18:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10725, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, em razão das razões apresentadas na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por decisão de 28 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos do art. 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2014, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/10/2023, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11160831** e o código CRC **D7EDBE84**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160831

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 11 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões p  
Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a  
da Portaria MCOM nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez  
de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos t  
Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de  
de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legisla vo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro  
para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no muni  
estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º da Constituição da República, encaminho o  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Co**  
em 26/10/2023, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)  
[novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11160949** e o código CRC **83C381F6**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160949

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42664/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10725/2023(11160831) e Exposição de Motivos nº 333/2023

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/2023, encaminha a Portaria nº 10725/2023(11160831) e Exposição de Motivos nº 333/2023 para apreciação as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o verificador **11160964** e o código CRC **D50AB98E**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160964



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 26/10/2023 15:54:55  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9940615  
**Data prevista de publicação:** 27/10/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21079569	PORTARIA NA 10725.rtf	223356e11cfd28ff91a46851ac9f3f9f	9,00	R\$ 350,28
21079570	PORTARIA NA 10726.rtf	dcf832ec16c9e8ff3ddd8b2c36c0af95	9,00	R\$ 350,28
21079571	PORTARIA NA 10727.rtf	73b83d0c76c479cc c94476036f61cbfe	19,00	R\$ 739,48
21079572	PORTARIA NA 10733.rtf	f484611704cac9c0 dd41446e3f6e5c23	10,00	R\$ 389,20
21079573	PORTARIA NA 10734.rtf	3f2ad871cb688886 8e7ffa0961b6aa5c	12,00	R\$ 467,04
21079574	PORTARIA NA 10753 - .rtf	3b9bc19f1c89ea76 f517681fabb0738b	20,00	R\$ 778,40
TOTAL DO OFICIO			79,00	R\$ 3.074,68



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://gov.br/recibo.do?idof=9940615&url=camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023 | Edição: 205 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Minis

## PORTARIA Nº 10.725, DE 11 DE OUTUBRO D

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o o Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023 resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLU 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, p chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2014, o direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação em sessão, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Id solicitação: 57dbac49f0291

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (19) 3656-0223	<b>E-mail:</b> transamerica93@transamerica93.com.br
<b>CNPJ:</b> 52.505.161/0001-30	<b>Número do Fistel:</b> 02022888626
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 30/06/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 30/06/2033	
<b>Observações:</b> MC280/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Barão Monte Santo	<b>Complemento:</b> 3º Andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA BARAO DE MONTE SANTO	<b>Complemento:</b> 3º andar	
<b>Bairro:</b> APARECIDA	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Fazenda Santa Maria	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Área Rural de Mococa	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13749899

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Barão de Monte Santo	<b>Complemento:</b> 3º andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 227	<b>Frequência:</b> 93.3 MHz	<b>Classe:</b> A2	<b>ERP Máxima:</b> 6.2761kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Informações Gerais	
Número da Estação: 9149031	Número Indicativo: ZYD938
Data Último Licenciamento: 04/08/2023	Número da Licença: 53500.059044/2023-76

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 29' 11.65" S	Longitude: 46° 52' 22.44" W	Cota da base: 997.4 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 2.5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 50.0 m	Atenuação: 1.105 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-DA-06			Fabricante: Inovator Antenas Ltda		
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: 3.4 °	Orientação NV: 290 °	Polarização: Vertical	HCI: 46 m	ERP Máxima: 6.28 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.56	5°: 2.66	10°: 2.66	15°: 2.75	20°: 2.75	25°: 2.85	30°: 2.85	35°: 2.95	40°: 2.95	45°: 3.04	50°: 3.04	55°: 3.04
60°: 3.04	65°: 3.04	70°: 3.04	75°: 3.04	80°: 3.04	85°: 3.14	90°: 3.14	95°: 3.14	100°: 3.14	105°: 3.14	110°: 3.14	115°: 3.14
120°: 3.14	125°: 3.14	130°: 3.14	135°: 3.14	140°: 3.04	145°: 3.04	150°: 3.04	155°: 3.04	160°: 3.04	165°: 3.04	170°: 3.04	175°: 2.95
180°: 2.95	185°: 2.95	190°: 2.95	195°: 2.85	200°: 2.85	205°: 2.75	210°: 2.75	215°: 2.75	220°: 2.66	225°: 2.56	230°: 2.47	235°: 2.47
240°: 2.38	245°: 2.29	250°: 2.29	255°: 2.2	260°: 2.11	265°: 2.11	270°: 2.02	275°: 2.02	280°: 1.93	285°: 1.93	290°: 1.93	295°: 1.93
300°: 1.93	305°: 2.02	310°: 2.02	315°: 2.02	320°: 2.02	325°: 2.02	330°: 2.11	335°: 2.2	340°: 2.29	345°: 2.29	350°: 2.38	355°: 2.47

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°12'42.84" S Lon 46°52'22.44" W	5°: Lat 21°13'14.94" S Lon 46°50'52.65" W	10°: Lat 21°13'35.2" S Lon 46°49'25.31" W	15°: Lat 21°14'6.86" S Lon 46°48'17.58" W	20°: Lat 21°15'15.97" S Lon 46°46'56.11" W	25°: Lat 21°16'20.01" S Lon 46°45'56.37" W	30°: Lat 21°16'21.37" S Lon 46°44'25.32" W	35°: Lat 21°17'45.76" S Lon 46°43'47.14" W	40°: Lat 21°18'19.25" S Lon 46°42'35.11" W	45°: Lat 21°19'32.86" S Lon 46°41'46.69" W	50°: Lat 21°20'52.9" S Lon 46°41'44.69" W	55°: Lat 21°21'46.52" S Lon 46°41'0.41" W
60°: Lat 21°22'31.64" S Lon 46°3'9'59.27" W	65°: Lat 21°23'31.42" S Lon 46°3'9'19.99" W	70°: Lat 21°24'24.77" S Lon 46°3'8'17.58" W	75°: Lat 21°25'28.21" S Lon 46°3'7'29.29" W	80°: Lat 21°26'40.66" S Lon 46°3'7'29.29" W	85°: Lat 21°27'56.35" S Lon 46°3'7'6.11" W	90°: Lat 21°29'10.95" S Lon 46°3'7'16.01" W	95°: Lat 21°30'24.75" S Lon 46°3'7'16.01" W	100°: Lat 21°31'33.09" S Lon 46°3'7'56.38" W	105°: Lat 21°32'39.13" S Lon 46°3'8'27.65" W	110°: Lat 21°33'58.96" S Lon 46°3'8'11.86" W	115°: Lat 21°35'14.85" S Lon 46°3'8'23.47" W
120°: Lat 21°36'30.96" S Lon 46°3'8'42.98" W	125°: Lat 21°37'33.03" S Lon 46°3'9'31.41" W	130°: Lat 21°38'0.18" S Lon 46°4'46'41.43" W	135°: Lat 21°38'49.8" S Lon 46°4'46'42.08" W	140°: Lat 21°40'25.26" S Lon 46°4'2'13.94" W	145°: Lat 21°41'23.69" S Lon 46°4'3'10.61" W	150°: Lat 21°42'50.81" S Lon 46°4'3'53.24" W	155°: Lat 21°42'58.91" S Lon 46°4'5'27.14" W	160°: Lat 21°43'20.52" S Lon 46°4'6'49.82" W	165°: Lat 21°42'53.88" S Lon 46°4'8'25.28" W	170°: Lat 21°43'56.68" S Lon 46°4'9'34.44" W	175°: Lat 21°44'44.73" S Lon 46°5'0'54.55" W
180°: Lat 21°44'48.3" S Lon 46°52'22.44" W	185°: Lat 21°45'3.63" S Lon 46°53'52.11" W	190°: Lat 21°44'57.39" S Lon 46°55'21.99" W	195°: Lat 21°44'20.91" S Lon 46°56'44.74" W	200°: Lat 21°44'18.45" S Lon 46°58'17.8" W	205°: Lat 21°43'33.28" S Lon 46°59'35.02" W	210°: Lat 21°42'38.5" S Lon 47°0'43.97" W	215°: Lat 21°40'52.63" S Lon 47°1'10.82" W	220°: Lat 21°40'21.63" S Lon 47°2'27.66" W	225°: Lat 21°40'3.49" S Lon 47°4'4.28" W	230°: Lat 21°39'10.18" S Lon 47°5'10.52" W	235°: Lat 21°38'5.61" S Lon 47°6'3.66" W
240°: Lat 21°36'52.25" S Lon 47°6'41.7" W	245°: Lat 21°36'2.78" S Lon 47°8'12.43" W	250°: Lat 21°34'52.25" S Lon 47°9'11.26" W	255°: Lat 21°33'40.11" S Lon 47°10'23.61" W	260°: Lat 21°32'13.86" S Lon 47°10'59.62" W	265°: Lat 21°30'42.97" S Lon 47°11'17.42" W	270°: Lat 21°29'10.6" S Lon 47°11'11.36" W	275°: Lat 21°27'36.94" S Lon 47°13'25.25" W	280°: Lat 21°26'4.06" S Lon 47°11'18.9" W	285°: Lat 21°24'33.84" S Lon 47°10'52" W	290°: Lat 21°23'9.81" S Lon 47°10'7.34" W	295°: Lat 21°21'44.83" S Lon 47°9'29.34" W
300°: Lat 21°19'59.47" S Lon 47°9'27.59" W	305°: Lat 21°18'52.06" S Lon 47°8'11.13" W	310°: Lat 21°17'25.27" S Lon 47°7'25.08" W	315°: Lat 21°16'24.83" S Lon 47°6'4.74" W	320°: Lat 21°15'46.52" S Lon 47°4'26.99" W	325°: Lat 21°15'10.25" S Lon 47°2'54.34" W	330°: Lat 21°14'9.88" S Lon 47°1'40.85" W	335°: Lat 21°13'10.82" S Lon 47°0'22.98" W	340°: Lat 21°12'53.33" S Lon 46°58'44.36" W	345°: Lat 21°12'35.23" S Lon 46°57'8.81" W	350°: Lat 21°12'15.8" S Lon 46°55'34.56" W	355°: Lat 21°12'41.87" S Lon 46°53'55.33" W
Distância por radial											
0°: 30.54	5°: 29.66	10°: 29.37	15°: 28.93	20°: 27.47	25°: 26.29	30°: 27.47	35°: 25.85	40°: 26.29	45°: 25.27	50°: 23.95	55°: 23.95
60°: 24.68	65°: 24.83	70°: 25.85	75°: 26.59	80°: 26.73	85°: 26.44	90°: 26.44	95°: 26.15	100°: 25.27	105°: 24.83	110°: 26	115°: 26.59



120°: 27.17	125°: 27.03	130°: 25.42	135°: 25.27	140°: 27.17	145°: 27.61	150°: 29.22	155°: 28.2	160°: 27.91	165°: 26.29	170°: 27.76	175°: 28.93
180°: 28.93	185°: 29.52	190°: 29.66	195°: 29.08	200°: 29.81	205°: 29.37	210°: 28.78	215°: 26.44	220°: 27.03	225°: 28.49	230°: 28.78	235°: 28.78
240°: 28.49	245°: 30.1	250°: 30.83	255°: 32.15	260°: 32.59	265°: 32.74	270°: 32.45	275°: 33.18	280°: 33.18	285°: 33.03	290°: 32.59	295°: 32.59
300°: 34.06	305°: 33.33	310°: 33.91	315°: 33.47	320°: 32.45	325°: 31.71	330°: 32.15	335°: 32.74	340°: 32.15	345°: 31.86	350°: 31.86	355°: 30.69

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.0 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 6.28 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
135271980	103	Portaria	MC	28/06/1983	30/06/1983	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2405	Portaria	DMC	17/08/1984		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	511	Portaria	DMC	14/07/1986		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	110	Portaria	DMC	18/06/1993		Mudança de Local	Técnico
9999	301	Portaria	DMC	08/12/1995		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1290	Portaria	MC	21/10/1996	10/09/1997	Renovação	Jurídico
9999	191	Portaria	DMC	10/04/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	759	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	85	Decreto Legislativo	CN	12/05/2000	15/05/2000	Renovação	Jurídico
9999	187	Portaria	MC	24/03/2010	03/05/2010	Renovação	Jurídico
9999	92	Decreto Legislativo	CN	04/01/2013	07/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.001821/2018-26	330	Ato	ORLE	17/01/2018	20/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000007560201384	140	Portaria	MC	24/07/2020	28/07/2020	Renovação	Jurídico
53500.046374/202	10356093	Ato	ORLE	07/06/2023	16/06/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico



3-00 531150223282022 70	10725	Portaria	MC	11/10/2023	27/10/2023	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43377/2023/MCOM

Brasília, 30 de outubro de 2023

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 333 (11160949)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9628/2023/SEI-MCOM (10961060), encaminho a Vossa  
Exposição de Motivos 333 (11160949), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/10/2023, às 11:28 (horário de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11190534** e o código CRC **30B0D10D**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11190534

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32654/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.022328/2022-70.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição o  
assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre  
outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 08/11/2023 às 12:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o  
verificador **11197500** e o código CRC **3BD90D28**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11197500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>	RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA		
<b>CNPJ:</b>	52.505.161/0001-30	<b>CEP da sede:</b>	13.735.060
<b>Endereço da sede:</b>	Rua Barão de Monte Santo, 12 11 Bairro Centro - Compl 3 Andar		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora   <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens                 </div> <div>                     (93,3) em frequência modulada  <input type="checkbox"/> em ondas curtas  <input type="checkbox"/> em ondas médias  <input type="checkbox"/> em ondas tropicais                 </div> </div>		
<b>Período da renovação:</b>	30-06-23 a 30-06-2033		
<b>Localidade da renovação:</b>	Mococa	<b>UF:</b>	SP

Eu, Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa, inscrito no CPF sob o n. 022.626.158/10, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Petição (10300766)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 1

Digitalizado com CamScanner

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**Mococa-SP, 10 de agosto de 2022.**



**Assinatura do representante legal**

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Petição (10300766)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 2

Digitalizado com CamScanner

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

**RELATIVOS  
À PESSOA  
JURÍDICA E  
AOS SÓCIOS**

(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou vii) passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

(d) prova de inscrição no CNPJ;

(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e

(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.





**FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA**

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTA DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTA DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35200834664	01/03/1977	10/08/2022 12:55:03
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
01/03/1977	52.505.161/0001-30	

CAPITAL
R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA BARAO DE MONTE SANTO	NÚMERO: 1211	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: 3 AND./SL.309	
MUNICÍPIO: MOCOCA	CEP: 13735-060	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
MAISA MOREIRA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 365.544.378-19, RG/RNE: 439771419 - SP, RESIDENTE À RUA MANAUS, 306, VILA QUINTINO, MOCOCA - SP, CEP 13736-130, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 500,00
MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 022.626.158-10, RG/RNE: 7703522 - SP, RESIDENTE À RUA MANAUS, 306, VILA QUINTINO, MOCOCA - SP, CEP 13736-130, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 49.500,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS
NUM.DOC: 511.687/17-5 SESSÃO: 21/12/2017
DECLARACAO DE COMPOSICAO SOCIETARIA E CAPITAL SOCIAL, DATADA DE: 01/12/2017.



atuito

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

NUM.DOC: 555.871/18-6 SESSÃO: 28/12/2018

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA-ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211- 3 ANDAR SALA 309- CEP: 13730-230 MOCOCA SP, CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA I DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SEU CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS N DE COTAS VALOR-R\$ MARIA AUXILIADORA FERREIRA 49.500 R\$49.500,00 BARBOSA MAISA MOREIRA 500 R\$ 500,00 TOTAIS 50.000 R\$50.000,00 A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL, DATADA DE: 01/12/2018.

NUM.DOC: 587.669/19-6 SESSÃO: 02/12/2019

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 3 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS N DE QUOTAS VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00 MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 15/10/2019.

NUM.DOC: 451.824/20-9 SESSÃO: 12/11/2020

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF N 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 3 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/N DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 19/10/2020.

NUM.DOC: 555.524/21-8 SESSÃO: 08/12/2021

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF NO 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARÃO DE MONTE SANTO, 1211, 30 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE DE MOCOCA, ESTADO DE SÃO PAULO, DECLARA, EM ATENÇÃO À ALÍNEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI NO 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDAÇÃO DA DADA PELA LEI NO 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDIÇÃO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL É DE R\$50.000,00N (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SÓCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/NO DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SÓCIO É RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, PORÉM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 03/11/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200834664

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/08/2022

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal



atuído

ercialização

Reconhecimento eletrônico, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

NIRE: 35200834664

Página 2 de 3



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

D  
P



atuído

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

NIRE: 35200834664

Página 3 de 3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON D



POLEGAR DIREITO



6F397253

Maísa

reiva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIL DE





REGISTRO  
GERAL

**43.977.141-9**

2 via

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

13/0

NOME

**MAISA MOREIRA**

FILIAÇÃO

**HELIO VILHENA MOREIRA**

**MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA**

NATURALIDADE

**FRANCA - SP**

DOC ORIGEM

**PATROCINIO PAULISTA SP PATROCINIO PAULISTA CN:LV.**

**FLS.163 /Nº02585**

CPF

**365544378/19**

**Mitiaki Yamamoto**  
**Delegado de Polícia Divisionário IIRGD.SSP.SP**

**ASSINATURA DO DIRETOR**

**LEI Nº 7.116 DE 29/08/83**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8720-5

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

624-082011

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 7.703.522-7 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/MAR/2012

NOME MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA

FILIAÇÃO ENIS BARBOSA DE OLIVEIRA

E MARIA LOUISE FERREIRA BARBOSA

NATURALIDADE PEDREGULHO - SP DATA DE NASCIMENTO 21/OUT/1959

DOC ORIGEM PATROCÍNIO PAULISTA SP

PATROCÍNIO PAULISTA

CC: LV.B25 / FLS.72 / N.001132

CPF 022626158/10

206 Delegado Divisório

Roberto Assinatura do Delegado IIRCD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





10/08/2022

0059523578

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 9526392****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 09/08/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**, CNPJ: 52.505.161/0001-30, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 10 de agosto de 2022.

**PEDIDO Nº:****0059523578**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Petição (10300/66)

SER 53115.022328/2022-70 / pg. 10



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82







Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**  
**CNPJ: 52.505.161/0001-30**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:57:34 do dia 10/08/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/02/2023.

Código de controle da certidão: **E757.07A6.0A59.0F9D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22080230327-50

Data e hora da emissão 10/08/2022 12:58:45

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME CNPJ: 52505161000130

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 3444 - RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME

Endereço: Rua BARAO DE MONTE SANTO, 1211 - Bairro CENTRO - Compl. 3º ANDAR - CEP 13.730-230

Código de Controle

CWOWGLRZL9ABNEH1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://portal.mococa.sp.gov.br/principal/>

Mococa (SP), 10 de Agosto de 2022



RUA XV DE NOVEMBRO, 360 - CENTRO  
Mococa (SP) - CEP: 13730020 - Fone:1936569800

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA - ME

**CNPJ:** 52.505.161/0001-30

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:27:53 do dia 10/08/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/09/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

stuvwx

yz{x|z|x



1234565789 922 8359892  
9 1

!)!#\$#%""#&""  
()\*+,.)- ./012345678308392424/35:0/398  
;<== .37/. /2308392>:83?/>:23# ##3'@3/>0/.3%3/A/.8410/3%392424/3%3?A  
%3# 'B'&"\$"

/34CDEC38FGHIJDFC3KLMLNCOP3HG3QRG3MC3CSNDTQDUVG3WQL3OXL3FGHYLNL3G3/NS!  
BP3MC35LD3Z!""\$P3ML3##3ML3JCDG3ML3#[["P3FLNSDYDFC3WQLP3HLRSC3MCSCP3C  
LJ\NLRC3CFDJC3DMLHSDYDFCMC3LHFGHSNC&RL3LJ3RDSQCUVG3NL]QOCN3\LNCHSL3G  
KQHMG3ML3^CNCHSDC3MG3:LJ\G3ML3?LN\_DFG3&3K^:?!]

23\NLRLHSL34LNSDYDFCMG3HVG3RLN\_DN`3ML3\NG\_C3FGHSNC3FGTNCHUC3ML  
WQCDRWQLN3MaTDSGR3NLYLNHSLR3C3FGHSNDTQDUbLR3L%GQ3LHFCN]GR3ML\_DMGRP  
MLFGNNLHSLR3MCR3GTNDJCUbLR3FGJ3G3K^:?!]

c)-<)= B%"B%" " 3C3 %"Z%" " 3

d=ef)+ghi=+ " "B B"# j jjB\$Z['

1HYGNJCUVG3GTSDMC3LJ3#"%"Z%" " 3#"k"#k

/3QSDODICUVG3MLRSL34LNSDYDFCMG3\CNC3GR3YDHR3\NL\_DRSGR3LJ35LD3LRSC  
FGHMDFDGHCMC3C3\_LNDYDFCUVG3ML3CQSLHSDFDMCML3HG3RDSL3MC34CDECK  
mmmn)o)npqnr



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Certidão nº: 25530281/2022

Expedição: 10/08/2022, às 13:03:02

Validade: 06/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **52.505.161/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Petição (10300/86)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 18

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

**Data de Envio:**

07/07/2023 16:14:36

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.022328/2022-70

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Marcio da Silva Barbosa

Seg, 10/07/2023 11:43

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Cc: Karina César da Silveira Santos Menezes &lt;karina.menezes@mcom.gov.br&gt;; Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins &lt;rebecca.martins@mcom.gov.br&gt;

Senhor (a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** sexta-feira, 7 de julho de 2023 16:14**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.022328/2022-70

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

E-mail Resposta CGFM (11003401)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 20

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



!"#\$%&'()\*+\*,%'-.#(/01)\*\*23(%1-")+4.1#5(/01)\*\*6-1)\*\*7(\*'18#"9:\$%&'(
!"#\$%&'()\*+4.1#5(/01)\*\*6-1)\*\*7(\*'1\*84-01)";&"%&'(%1)\*\*<-.(/=-

>?@ABCCDE@DAF GBHADEIBAJEHBKDLMEIBOD PNONQRDANF STQTUQVTVWESWXYFYVY

zZ"3(/01)\*\*)[4.1#\(-)]^"%&'(-\_())^"%&"#` )a)bc

deFZKG	fLghij@hDFZfDiDiN		
kgOhHNHB	fLghij@hD	PNONEILODAmN	nNohHNHB
pZqZrZstuvwxsytZz{ly	u}~}~		
py xtZszv Z Y ZutsyZz{ly	u}~}~		
py xtZszv Z Y ZutsyZz{ly	u}~}~		
dCLAhDFE@BHADg iDoN E EGBHADEIBAJEHBKDLMEIBODEEEEEEEEPNONFESTQTUQVTVWEEEEEEEEERDANFESWXYFYV			



8277438 3

8631 3 47 3 1

3 8			3	47 3 1		
!"#\$%&\$'()*%&#%# 0, - . / 0			1-- . 2, 3	1		
!"#\$4&()&5*#+						
6#7#8!(!# 9: ;<<3;			'="&*7+ 46331673;>46331673;?8?6			
@ AB+ ??<C3;			D"#E!\$%!\$4*5)#7+ FFF<<			
6*G!\$H5IJE*!+ , K67L3 3			6*G!\$6&M&+ 41N632			
O&)&\$%!\$P!()E&!)!+ ;C<C;			Q#ER*SI+ ; 3 03 78 7T8 U8863 1 V61WTX73			
@&E&)#E+ K67Y678			Z!P&7\$5G#P[8*P!+			
\#%#+			@&)#!E*\$%&\$5)&S^!+ K677_32			
`&7a\$4+ ;C<C;;						
bc5#ER&Sd#5+ 1FCe0U-./,- ,f,2. C						

1618			U1 1		
Z!JE&%!!E!+ 0T3 0368 1841 U348			@!"G7#"#()!+ ;g , 36		
h&*EE!+ 1468			!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883			H4+ UK	@'A+ ;;<	

1618			8661_8 X73		
Z!JE&%!!E!+ 0/, 0,0,- 1-f2 U,f2-			@!"G7#"#()!+ ;g 3 36		
h&*EE!+ ,K,0 ,			!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883			H4+ UK	@'A+ ;;<	

1618				8	263786	
Z! E&%! E!+ V3j1 3 U343 13673				@!"G7#"#(!)+		
h&*EE!+ k613 0T632 1 1883				!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883				H4+	UK @'A+ ;F	

1618				8	4l 78	K677_32	
Z! E&%! E!+		0/,	0,0,-	1-f2	U,f2-	@!"G7#"#(!)+	;g ,f,0
h&*EE!+ ,K,0 ,					!"#E!+		
il(*P[G*!+ 1883				H4+	UK	@'A+	::<

1618			8	4l 78	,Tm72736
Z! E&%!!E!+			@!"G7#"#(!)+		
h&*EE!+			!"#E!+		
il(*P[G*!+		H4+	@'A+		

8631 8 K238 0378

.8327j38		
il(*P[G*!+ 1883		
H4+ UK		

K36n1468 2o78		
@&(&7+	4E#plq(P*#+ ;?; 1rj	@7&55#+ , 'A\$!JM**"&+ ?;<st
u@v+ <	A&E#&"#()!+	O#P&7&]#+ 4&5#+

8631 3 438



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Telas Anatel (11003735)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 22

C

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

[illegible]



	!	"	"		!		!		#	#	
	!		#				!		"	"	
							!				

\$%43&'8 ()*72736											
+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;:<2						=2/;>2 \$? #					
@8AB0C8;<: D741EF D7%41,3%\$2146G7E8% H4 3						I2<J;C083/:3K7:B8LM2 # FN					

+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;:<2 #???!						=2/;>2 O+PQ#RO+PQ#!					
@8AB0C8;<: DS\$ DTU\$V(V\$ S(UTS(H V\$ \$H\$+0TSU(						I2<J;C083/:3K7:B8LM2 # FN					

H7W3 1 +63%,7%%'8 ()*72736											
=2/;>2 HPQR						@8AB0C8;<: XYZ Q (OTD \$DZ\$U(UD \$ DUD+\$Y(D					
-297B09;:<23/83[0;\8 , ]<;68LM2 # OR#,						I:B/8^3]C:^^.B08^ ! O _97./;:C08 ! 8W,%					

(413 )*72736														
=2/;>2 OXa b# 121,148c						@8AB0C8;<:								
d8;\2		Q	O	e:89fg0><		h	KB0;:<8LM23ij		I2>8B8k8LM2		76E)236	#!	,	4ml3=no098
OVD														
-/0123I_														

Up86,3&q1% 8 8E),148 1 T)486r3											
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3	
#!#	#	Z8643673	Y	RR#	RR#	T)486r3				w)6x 7E8	

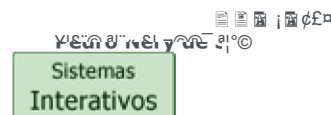
Up86,3&q1% 8 8E),148 1 (t68y3&'8 1 H8E37%											
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3	
	!	Z8643673	VY	#RR#		(t68y3&'8 1	H8E32			+zE7E8	

{7%4567E8 1 V8E),148%\$,747 8%											
Ss,	Z68E1%\$&	V8E),148+7t8	V8E),148	T6r'8	V343 8	V3438E) VTu	03v'8	8	V8E	S34)61v3	
	!##	Z8643673	VY	#RR#		D))%474)7&'8	1	\$))7t3,148		+zE7E8	
	##	Z8643673	VY	#RR#		Y) 3&3	1	H8E32		+zE7E8	
	#	Z8643673	VY	R#R#!		\$))3 63,148Z238	O~%7E8			+zE7E8	
	#	Z8643673	Y	#R#R#	#RR#	018y3&'8				w)6x 7E8	
	##	Z8643673	VY	#RR#		()4867v3 3	(24163&'8 1			+zE7E8	
	!	Z8643673	VY	#R##R#		+zE7E3% 3	\$%43&'8			+zE7E8	
	!	V1E6148 H1r7%2347y8 S		#R!R	#!R!R	()4867v3 3	(24163&'8 1			+zE7E8	
	#	Z8643673	Y	RR#	R!R#	+zE7E3% 3	\$%43&'8			+zE7E8	
		V1E6148 H1r7%2347y8 S		R#R#	R#R#	018y3&'8				w)6x 7E8	
!!!R#		(48	T0H\$	#R#R#	RR#	V127 16	8	S3E7832v		w)6x 7E8	
Q						()4867v3 8	u%8	1		+zE7E8	
!!#	#	Z8643673	Y	RR	RR	()4867v3 8	u%8	1		+zE7E8	
!!R #!		(48	T0H\$	RR	#RR	()4867v3 8	u%8	1		+zE7E8	



[illegible]





 Menu Principal ▼

! ~] !/±±/36478914/<sup>2,31</sup> ±/±±/ UQVWQYOS[SQR`[ ZO OP[μQRTRUQ/PQWQμQ

/01234/21/53647891

/:;4789123/

///

```
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM
```

NOPQRSTRUQVWXYZ[V]^_									
U`aV/bcdedffebghijk									
lmno	Ul`pqU`a	oINrstso nU	Ul`p	Utuv	wZSx UQZ[W	`tuNx ml	`tuNx `l	youzr{my Nr`m  a n lrUr`m	
}~□↑~/>↑:↑□:~	bcdedffebghi jk	:~□↑/>↑⊗⊗ 0↑/>↑]↑]~ ↑Y0~	<u>d*ed#deici7#b#ji</u> b#	↑_5#3 d#b#	#b# #b# #b# #b# }		ii	↑^	}35351
		:~□↑/>↑⊗⊗ 0↑/>↑]↑]~ ↑Y0~	<u>d*ed#deici7#b#ji</u> b#	↑_5#3 d#b#	#b# #b# #b# #b# }		ii	↑^	}35351

|WX|OQ\PTS|QVx|QY[|R|R'TS|QRIT|RSTRyQX|[RITZQRRRRRRRRRs[Z|\R|q=q\*q\*☆|RRRRRRRRRR|Q|Q|\R|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://infodiv-autenticidade-assinatura.com.br/sg-br/2%-!)&7-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Anexo Telas Anatel (11003735)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 27

020

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82









**Menu Principal** ▾

a★::4=36478914/□`e164=VRWXRZPT\TRSx\m[PjPQ\4RSUSVRgdR69e6R//9`c1///\_`67/ //1 721/

/01234/21/53647891	/:3647891/
--------------------	------------

///

//, <=>?@ABCDBEAFGFHBIJ<CKBCL=AFKBKMC=B>CLNHEM>B>

OPQRSTUSVRWXYZ[\]^_`/ab5c3d0ce`93e
fRgUSHijPRklPmU[Rm]e12c3/587n`/2`/_35351

O ^p3/q3c/`65369e123/21234/53_`441/c6q3e_1rp3
--

sXYtmPR]SQUtmRWUjRZ\vSwSxUTmRSfUmySTUShRYz\SfU[RSSSSSSSSSI[\]S{[k]}k~|~□SSSSSSSSSS † Rm\]S{ † }[] † †

S  
S



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

))%2'))+2\_`)+12+)%`2`\*`!))%`'+8`+)(8`'+)2%-))&


7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82







Todos ▾ [Download Canais](#)

2 total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																
Ações	Status	CHP	Entidade	NumFretal	Canal	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	
		52505161000130				<div>Titular</div>															
Ver Estações		PM-C4 (Canal Licenciado)	52505161000130	RADIO CLUB DE MOCOCA LTDA	0202888626	P	Comercial	FM	230	SP	Mococa		227		93.3	A2	Principal	21° 29' 11.65° S	46° 52' 22.44° W	4.3641	46
Ver Estações		PM-C4 (Canal Licenciado)	52505161000130	RADIO CLUB DE MOCOCA LTDA	50433114110	P	Comercial	FM	230	SP	Mococa		290		105.9	B1	Principal	21° 29' 11.65° S	46° 52' 22.44° W	5.5674	62

Spectrum Canais Inc.









\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	',%'	&%-,&-' ,%'	./\$0102,, %1-,&-' ,%'	0102,,	0102,, ,,&%	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	',%'	&%-,&-' ,%'	./\$%&,2,, %1-,&-' ,%'	%&,2,,	%&,2,, ,,&'	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$1&=,	%	',%'	,0-,>-' ,%'	0201 %-,-,1-' ,%'	0201	0201 ,,&&	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%&	&%-,&-' ,%&	./\$0102,, %&-,&-' ,%&	0102,,	0102,, ,,&:	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%&	&%-,&-' ,%&	./\$%&,2,, %&-,&-' ,%&	%&,2,,	%&,2,, ,&1	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%:	&%-,&-' ,%:	./\$0102,, %0-,&-' ,%:	0102,,	0102,, ,,&>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%:	&%-,&-' ,%:	./\$%&,2,, %0-,&-' ,%:	%&,2,,	%&,2,, ,&=	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%1	&%-,&-' ,%1	./\$0102,, %%-,&-' ,%1	0102,,	0102,, ,&0	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%1	&%-,&-' ,%1	./\$%&,2,, %%-,&-' ,%1	%&,2,,	%&,2,, ,&(	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%>	&%-,&-' ,%>	./\$0102,, %-,&-' ,%>	0102,,	0102,, ,,:,	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%>	&%-,&-' ,%>	./\$%&,2,, %-,&-' ,%>	%&,2,,	%&,2,, ,,:%	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%=	&%-,&-' ,%=	./\$0102,, ,>-,&-' ,%=	0102,,	0102,, ,,:'	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%=	&%-,&-' ,%=	./\$%&,2,, ,>-,&-' ,%=	%&,2,,	%&,2,, ,,:&	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%0	&%-,&-' ,%0	./\$0102,, "-,&-' ,%0	0102,,	0102,, ,,::	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%0	&%-,&-' ,%0	./\$%&,2,, "-,&-' ,%0	%&,2,,	%&,2,, ,,:1	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$=":,\$)\$<?<?@.	,	' ,%0	,:-,' ,%0	./\$',,2,, %>-,&-' ,%0	' ,2,,	' ,2,, ,,:>	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%(	&%-,&-' ,%(	./\$0102,, %-,-,' ,%(	0102,,	0102,, ,,:=	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%(	&%-,&-' ,%(	./\$%&,2,, %-,-,' ,%(	%&,2,,	%&,2,, ,,:0	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$(' ,,	,	' ,%(		,2,, %-,-,' ,%(	%&,2,,	,2,, ,,: ( ;7ABCD789		,2,,
\$\$\$\$\$((((	,	' ,%(		,2,, %-,-,' ,%(	0102,,	,2,, ,,: 1 ;7ABCD789		,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,'	&%-,&-' ,'	./\$0102,, %%-,' ,'	0(=2=&	0(=2=& ,1&	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,'	&%-,&-' ,'	./\$%&,2,, %%-,' ,'	%&>2,'	%&>2,' ,1:	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,%'	&%-,&-' ,%'	./\$0102,, ,(-,&-' ,%'	0102,,	0102,, ,,:11	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,%'	&%-,&-' ,%'	./\$%&,2,, ,(-,&-' ,%'	%&,2,,	%&,2,, ,1>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$0=>>,\$)\$*+E	%	' ,%'	'1-,&-' ,"	./\$F>,,2,, ,&-,&-' ,"	'F>,,2,,	'F>,,2,, ,1=	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,"	&%-,&-' ,"	./\$0102,, %0-,&-' ,"	0102,,	0102,, ,,:10	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,"	&%-,&-' ,"	./\$%&,2,, %0-,&-' ,"	%&,2,,	%&,2,, ,1(	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$0=>>,\$)\$*+E	%	' ,"	,0-,1-' ,"	./\$:F>,,2,, %0-,' ,"	:F>,,2,,	:F>,,2,, ,,:>	3456789	,2,,
\$\$\$\$%&'(\$)\$*++	%	' ,&	&%-,&-' ,&	./\$%F1%02,, '=-,&-' ,&	%F1%02,,	%F1%02,, ,,:>%	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$-',,\$)\$;+.<	%	' ,&	&%-,&-' ,&	./\$&,2,, ,'-,&-' ,&	'&,2,,	'&,2,, ,,:>	3456789	,2,,
\$\$\$\$\$=":,\$)\$<?<?@.	%	' ,&	,1-,=-,' ,&	./\$'0,2=, ,1-,>-' ,&	'0,2=,	'0,2=, ,,:>&	3456789	,2,,

GHIJKLMNOMPHLNQLRSTUTSVVWLXNQLYNJPZ[\

GHIJKLMNL]Y^MPIHLZNQLRSTUTSVVWLXNQLYNJPZ[\

N'NaMJLMHLbJQCdPleJfgH

\$.;h\$)i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$n8k5A5m6l765o9\$9p;9k\$hqC569\$R4msCAm5o9t  
\$.rh\$)i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$n8k5A5m6l765o9\$9p;9k\$hqC569\$R4msCAm5o9t  
\$.\*,\$)i7Aj7kCA69\$B9k\$.Cm6l5ju9\$\*Cks9lvi57\$8C\$;9wl7Aj7  
\$.h\$.Co9x789\$)hqC569\$R4msCAm5o9\$.Co9x789  
\$.y\$)i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$y485B57D  
\$.z\$)i7Aj7kCA69\$B9k\$.CB4lm9\$?CACx789  
\$?{@)\$i7Aj7kCA69\$B9k\$?767\$8C\$<4wD5B7ju9\$A9\$?5vl59\$}q5B57D\$87\$@A5u9  
\$;?\$)i7Aj7kCA69\$EAmBI569\$A9\$;n?Ez  
\$?n\$)i7Aj7kCA69\$EAmBI569\$A7\$?}o587\$N65o7  
\$h\$)i7Aj7kCA69\$Ck\$h}CB4ju9\$y485B57D  
\$rh\$)R4msCAm7\$7\$C}5x5w5D5878C\$S9lq9l7\$89\$~Ck\$'=&- .++;+- .++;2\$8C\$,0-,0-',=2\$?CBIC69\$A□1F" ,'-,,:\$C\$?CB5mu9\$;?\$.%, # \$IC4A5u92\$%'(-',>  
\$~(\$)\$~4D67\$8C\$}q|B59  
\$i(\$)\$i7Aj7kCA69\$8C\$}q|B59  
\$<\$)\$<7IBCD7kCA69 # \$i7Aj7kCA69\$<7IBCD789  
\$<n\$)\$<7IBCD7kCA69 # \$<7IBCD7  
\$ # +\$)\$ # CACq|B59\$+5mB7D



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

456789;,<=,>?9;<@?<A?B?C;;

DEFGHIJFKJLMNM	GOKPQIJRFMSOGTGNKFI	LMNMGOK
051U	UUUU	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$
0553	UUUZ	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(Y[]) &+)+&(1(
0550	UU50	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(Y[]) &+)+&(1(
0551	U551	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )(')\$ \$(Y[]) &+)+&(1(
0993	U993	-\$()&\$()&(-1+ '.)&+(Y[
0990	U990	-\$(% +.'%&')\$ ( '.*-(')\$ 1 ]
0991	U991	-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y \$(Y[]) &+)+&(1(
0999	U999	-\$(% )_(Y ')(Y ')\$ *.(1
0943	U943	-\$(% )_(Y ' '1\$&_&+(Y a ' - *(Y
0443	U443	-\$(% )_(Y ' *&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.
0440	U440	-\$(% )_(Y ' *&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.'.)&\$b&(
0444	U444	-\$()\$(Y '(-% +.'%&')\$ 1 1&\$(-c
0333	UU39	-\$()\$(Y '(-% +.'%&')\$ 1 1&\$(-c
0333	U033	-\$()\$(Y '(-% +.'%&')\$ 1 1&\$(-c
0323	U323	-\$(% )_(Y (
0Z03	UZ03	+.'%&')\$ 1 j0
0Z13	UZ13	+.'%&')\$ 1(*.-(Y 1)\$+ )V
0Z53	UZ53	+.'%&')\$ 1(*.-(Y 1.'Y
0Zd3	UZd3	+.'%&')\$ 1(1'&.&*(Y[10.(-&1(1
0Z93	UZ93	-\$(% +.'%&')\$ )\$(Y 1 (\$-&\$
0Z90	UZ90	-\$(% +.'%&')\$ )\$(Y 1 (\$-&\$
0Z91	UZ91	-\$(% +.'%&')\$ ( '.*-(')\$ , &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$-&\$
0Z95	UZ95	-\$(% +.'%&')\$ *&-(Y 1e% &)(Y \$(
0Z9d	UZ9d	-\$(% +.'%&')\$ 11&1((.(\$-
0Z99	UZ99	-\$(+ )\$1(,.&*(Y[1 jf
0Z94	UZ94	-\$(+ )\$1(,.&*(Y[1 Wf
0Z93	UZ93	-\$(% +.'%&')\$ ( '.*-(')\$ 1 W
0Z9Z	UZ9Z	-\$(% +.'%&')\$ ( '.*-(')\$ .g( +(&
0Z9U	UZ9U	-\$(% jh.iX ` '%\$&Y
0ZZ3	UZZ3	)&\$ (')\$ 1 W
0ZZ0	UZZ0	-\$(% +.'%&')\$ 1,&*(Y 1&\$(-j)&+(
0ZZ9	UZZ9	-\$(% (&_Y )+ \$(
0ZZ4	UZZ4	-\$(% )(_)'(Y[]\$(1(%-( )+& )b&(&())1 (h.\$1(&_(-
0ZZ3	UZZ3	-\$(% *.-&1(1)( ')+&(-&X(Y 1 W
0ZZU	UZZU	-\$(% )_(Y[+)&+((1& 1&_.. \$*(1(
0ZU3	U991	-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y -(\$& ` V%- (Y 1 (\$-&\$
0ZU0	UU39	-\$(% +.'%&')\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y 1(1& _k.l)&+(
0U93	UU93	e f
130Z	U30Z	-\$()&\$()&(-1+ '.)&+(Y[
101U	U01U	ee
10d9	U0d9	f2mf ee
1430	U555	+&\$(\$ 1.\$*(1 &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$-&\$^(&-&
1431	U431	jY 1( V+.Y 1 &Y \+)&+
14Z3	U4Z3	a ' - *(Y 1&\$_&+(Y 1 )_ '&1(1
14Z1	U4Z1	a ' - *(Y 1+-(Y 1 )_ '&1(1
14Zd	U4Zd	) (Y 1a ' - *(Y
5333	U330	()Y(')\$ '%-')\$(1.-\$( (\$n&(
5330	U331	()Y(')\$ '%-')\$(1.-\$( (\$n&(
5933	U933	f2mf
d033	U000	Wf +-(Y % )\$o)(
d030	U030	Wf ()Y(')\$ 1_i+&
d031	U031	Wf )\$+ )V
d035	U030	Wf ()Y(')\$ 1_i+&
d039	U039	Wf .-\$ (1_i+&
d133	U133	)\$&.&Y j(( W ') \$ 1((1& 1&_.. ]p,-&+(
d130	U130	Wj \$(Y[]) &+)+&(1(
9513	U513	-.*-1'n&f.() .(&
9553	U553	-.Y 1 (-b& V+i+& )\$
9550	U550	-.Y 1e.(.)((\$n&(
95d3	U5d3	(+&')\$ &*(Y[-_j)&+(
95d0	U5d0	&Y 1'&)&\$(\$&
95d1	U5d1	-.Y 1&b&( V+i+&
95d5	U5d5	-\$ ( , )\$( \$ 1^ ) &Y
95dd	U5dd	& )Y(1(&_ \()

Q	R	S	T	U	V	W	X	Y	Z	[	\	]	^	_	`	{		}	~	
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	--	---	---	--



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35200834664	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 01/03/1977	INÍCIO DAS ATIVIDADES 01/03/1977	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (M.E.)			
C.N.P.J. 52.505.161/0001-30	ENDEREÇO RUA BARAO DE MONTE SANTO			NÚMERO 1211	COMPLEMENTO 3 AND./SL.309		
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13735-060	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 50.000,00		

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO					
NOME MAISA MOREIRA					
ENDEREÇO RUA MANAUS			NÚMERO 306	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA QUINTINO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13736-130	RG 439771419	
CPF 365.544.378-19	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 500,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA					
ENDEREÇO RUA MANAUS			NÚMERO 306	COMPLEMENTO	
BAIRRO VILA QUINTINO	MUNICÍPIO MOCOCA	UF SP	CEP 13736-130	RG 7703522	
CPF 022.626.158-10	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 49.500,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 23/11/2022	NÚMERO 498.499/22-4	
RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. ME, INSCRITA NO CNPJ/MF NO 52.505.161/0001-30, COM ENDEREÇO NA RUA BARAO DE MONTE SANTO, 1211, 30 ANDAR - SALA 309 - CEP: 13730-230, MOCOCA, SP., CONCESSIONÁRIA NO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA E PERMISSOINÁRIA DO SERVIÇO DE FREQUÊNCIA MODULADA, AMBOS NA CIDADE		



gratuito

mercantilização

Autenticidade verificada, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Certidões Emitidas (11003736)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 39

DE MOCOCA, ESTADO DE SAO PAULO, DECLARA, EM ATENCAO A ALINEA "I" DO ARTIGO 38 DA LEI NO 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1.962, COM REDACAO DA DADA PELA LEI NO 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, PUBLICADA NO D.O.U., EDICAO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002, E PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSICAO SOCIETARIA DE SUA CAPITAL SOCIAL, A SABER: O CAPITAL SOCIAL E DE R\$50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), REPRESENTADO POR 50.000 (CINQUENTA MIL) COTAS, NO VALOR NOMINAL DE R\$1,00 (UM REAL) CADA UMA, SUBSCRITO E TOTALMENTE INTEGRALIZADO PELOS SOCIOS, EM MOEDA CORRENTE NACIONAL, DA SEGUINTE FORMA: COTISTAS/NO DE QUOTAS/VALOR R\$: MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA 49.500 R\$49.500,00// MAISA MOREIRA 500 R\$500,00. TOTAIS 50.000 R\$50.000,00. A RESPONSABILIDADE DE CADA SOCIO E RESTRITA AO VALOR DE SUAS COTAS, POREM TODOS RESPONDEM SOLIDARIAMENTE PELA INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL., DATADA DE: 21/11/2022.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200834664  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/07/2023



documento  
assinado  
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARIA CRISTINA FREI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 212640930, segunda-feira, 10 de julho de 2023 às 14



! "\$ % &amp; ' ! ( # ) % \* ) + % ! % \$ ( # " \$ , \* \$ - . ! ( / 0 ! \$ (

123456789:;<== =

>?@131

)ABCDEFGHIJAHKLDICAGDJCFHKLMLHDJNIDJGLEOFJPAHAMDQAFECDJEDCELI FCDHL#JFRBEAQHDSBICFTAU

) %FJDCLJFAIDJVFTE#WGEFGLD\$EOLJPATXDYVDFIHLZA[LPAJGA HD(KL \ABQL]  
AMFCAQ^ELBILHDIBAIACJFRBFTXDIQD\_AFI^

```
>>`aBD^ MDIaBFIAEHLI JD_FICJLHD HFICJFRBFTXDI
>bcc d e^AECDJFLJDIA
fghfihfijk^VDJFOFGLBGLPLJWBhJDaBDJFHLhFECDJDIIAHLDPELPDHDimmmmmmmmmmmmmmmmmmmmm
```

n^ o\SI pjUpfpUqrqhffq]kf^ GLEOLJPEBEHFGATGLEICAECDL MDHFHLHDGDJCFHKLU

!ICAGDJCFHKKLAMLECAJHFEAJFAPDECDJLGDIIIDP aBDA MDIILA GBsIELPD OLF  
MDIaBFI AHLOF\_BJAGLPLABCLJZA[U(KLAMLECAHLILIODFCLIGLPIFCBATKLDPCJAPFCATKLSn  
GAHAICJAHFILIFICDPAFEOLJPACFAABODJDEADLHAI LPAJGAihuLJLI "D\_FLEAFD%FICJFOAI  
!ICAHLHD(KLABQLU

(\$EvjihfqqU) HACAHDFEOLJPACftAHDGHALPAJGAhuLJLMLHDIDJ VDJFOFGAHALPBEFGAHL

!!ICA GDJCFHGLEIFHDJA ODFCHFCJFRBYBAIqw\$EICxEGFADPL aBDDICDsAPDP  
yJABHD"DGBJILU

oKL DzFICGLEDzKIGLP aBAQaBDBCJA RAID HDHAHLI HDFEICFCBFMKRQFCA GLP A  
 "DGDFCAuDHDJQA bDVDJFOFaBDAFHDECFAHDHLo'lh''))&(' \$)+GLPL uh o(SU)  
 GLEODJ~EGEA HAHLI MDIILAFI OLJEDGFHMDQMDIaBFIAHLW HD JDIMLEIARFQFHdZGQBIFVA  
 HDICFEACNJFLHAGDJCFHKL U

) GDJCFHDP ELPD HDMDIILA sBJYHFGA EIFHDJA MJLGDII LIJDODJDEODIACJFD  
OFQDAM LHDJMMLECAQDFCHD i LP i EFPLEKL aBAQFOFGAHLR CFMLDPMJDIAJFAHFOJDEODI  
ELPDFEHFGAHLEAGDJCFHKLZ!\$"!+\$^(h^(h(^!\\|^!|\$^+##%)JU

!!CAGDJCFHKL! ♀ CDPVAQFHAHDPDHFAECDAlIFEACBJAHF FCAQU

!!CAGDJCFHKLWIDPGBICAIU

(KL\ABQL^qfHDsBQ LHDjfkU



889 98 9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Certidoes Emitidas (11003736)

e6-b200-3e5c2fb37e82  
SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 41



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





!"

"!#!#"!"\$%&

'()*-./0+12, 345363578796667.;6 <=	!<! ##">?!"%>?! "	-@A@-@B*+AC+@ 4D97697E8D
--	----------------------	-----------------------------

'.)\*\*F+\*/@+.@G  
!%<!!

AHACG,-*/A@B*G*0.)*A,I,)*-*J@'A@/.@K LLLLLLLL	F,+A* <
--	------------

0M-N,\*-/0+12,-@@A.O.-@-\*0,P).0@F+.'0.F@G  
86576:7.66:QRSRTUTVWTVXYTRZ

0M-N,\*-/0+12,-@@A.O.-@-\*0,P).0@/\*0C'-{+.@/  
#AZRJ^ZX\_UTU

0M-N,\*-/0+12,-@@AC+\*+@aC+H-.0@  
468:4:"ZbRVTUTV\_cXVWYXRUR\_RQUTU

G,N+@-C+, !<#!#!	'()*, 7477	0,)FG*)"A, ;5#
---------------------	---------------	-------------------

0°F 7;5D;3:686	B@.++2-/A+A, #!	)C'.0HF., <!!	CJ "
-------------------	--------------------	------------------	---------

*-.*+*1,*G*A+P'.0, #"<E;d#"<E;5!<5	A*G*J,* e7Ef;838:644;
---------------------------------------	--------------------------

\*A\*J\*-\*+@A.O,+\*/F,/[O\*G!\*J+K  
LLLLL

/AC@12,0@-@/A+@G	-@A@-@/AC@12,0@-@/A+@G 479779466;
------------------	--------------------------------------

)A.O,-\*/AC@12,0@-@/A+@G

/AC@12,*/F*0.@G LLLLLLLLL	-@A@-@/AC@12,*/F*0.@G LLLLLLLLL
------------------------------	------------------------------------

@ghi jgk .lh mn'ho pi +JBq0rst56jk43jkjkukohjk410sr

\*oppjjp 7696D9464;vl7wx7;x;;lj kyh jkBh lzp Kr

F{lp 9797





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 917"# 9 077 "49  
2)(\*,\*,\*,./0---.1-

2344567589&9&8::3:<9&83&5&=5>3?85&@5A:9?56&A9B;5;&3&:74A;373;&CD5:4CD3;&8E7:854&83  
;34F9?45B:6:8583&89&4DG3:<9&F544:79&5A:H5&:83?<:l:A589&CD3&7:3;3H&5&43;&5FD;5854J&K&A3;<:l:A589&

cdA9?4<5H&8KB:<94&58H?:4<;5894&F365&M3A;3<5::5&85&23A3:<5&=383;56&89&N;54:6&O2=NP&A9H  
3Q:R:B:6:8583&4D4F3?45&?94&<3;H94&89&5;<S&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&[  
\\8:R9&^;BD<\_:9&@5A:9?56&O^@PJ&9D&9BG3<9&83&83A:4`9&GD8:A:56&CD3&83<3;H:75&4D5  
834A9?4:83;5a`9&F5;5&l:74&83&A3;<:l:A5a`9&85&;3RD65::8583&l:4A56J&9D&5:785&?`9&73?A:894b&3

kd?`9&A9?4<5H&:74A::ae34&3H&fE7:85&g<:75&85&h?:`9&OfghP&?5&i;9AD;589;:5[j;3;56&85&=5>3?85  
@5A:9?56&Oij=@PS

\\9?I9;H3&8:4F94<9&?94&5;<4S&XIU&3&XIZ&89&\\^@J&34<3&89ADH3?<9&<3H&94&H34H94&3I3:<94&85&A3;<:8  
?3R5<:75S

m4<5&A3;<:8`9&K&7\_6:85&F5;5&9&34<5B363A:H3?<9&H5<::>&3&4D54&l:6:5:4&3J&?9&A549&83&3?<3&l383;5<:  
<9894&94&];R`94&3&ID?894&FnB6:A94&85&58H?:4<;5a`9&8::3<5&5&363&7:?AD65894S&23I3;3[43&o&4:<D5a`9&  
4DG3:<9&F544:79&?9&pHB:<9&85&2=N&3&85&ij=@&3&5B;5?R3&:7A6D4:73&54&A9?<:BD:ae34&49A:5:4&F;37:4  
?54&56E?354&q5q&5&q8q&89&F5;\_R;5I9&n?:A9&89&5;5&S&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&

g&5A3:<5a`9&834<5&A3;<:8`9&34<\_&A9?8:A:9?585&o&73;:l:A5a`9&83&4D5&5D<3?<:A:8583&?5&u?<3;?3<J&?94  
3?83;3a94&vt<<FLww;IBSR97SB;x&9D&vt<<FLwwyyySFRI?SR97SB;xS

\\3;<:8`9&3H:<:85&R;5<D:<5H3?<3&A9H&B543&?5&i9;<5;:5&\\9?GD?<5&2=N&TUT&85&87W&XJ&83&XU&83&9D<DB:9&83&TYZZ&  
mH:<:85&o4&TsLTsLUY&89&8:5&TlwIWwXIXz&vt9;5&3&85<5&83&N;54E6:5xS  
{\_6:85&5<K&IZwITwXIXsS  
\\8:R9&83&A9?<;963&85&A3;<:8`9L&[,.9]],/~+,}[]  
‡ D56CD3;&;54D;5&9D&3H3?85&:7756:85;\_&34<3&89ADH3?<9S





## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 52.505.161/0001-30

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 23070289211-27

Data e hora da emissão 10/07/2023 14:16:18

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Certidões Emitidas (11003736)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 44



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 52.505.161

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer débitos de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja razão do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 48077875

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 10/07/2023 14:17:03

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio  
<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número:

1753/2023

Contribuinte: RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA ME

Documento: 52.505.161/0001-30

Endereço: RUA Barao De Monte Santo, 1211 3?? andaluzia E.P: 13730-230 Mococa-SP

## CERTIDÃO

CERTIFICO QUE NÃO CONSTAM DÉBITOS ATÉ A DATA DE 10/07/2023, NO AMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA ESTADO DE SÃO PAULO SP, EM RELAÇÃO AO CADASTRO ACIMA IDENTIFICADO.

RESSALVADO À FAZENDA MUNICIPAL O DIREITO DE COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS APÓS O FORNECIMENTO DESTA

Mococa 10/07/2023 às 14:18:04

A validade da presente será de 30 (Trinta) dias após a data de emissão.

A veracidade desta certidão está condicionada à verificação de sua cópia original na Internet, no endereço <http://www.mococa.sp.gov.br>

Número de controle : 70ef28dafa741c8002eae752eadb9e6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



\$%&'()\*+,-.%./%012+&(+,%.-  
3456.7.\$/3

89:;<=>?@A      BCDBEBDFGFHEEEFIJE  
KLM?@      PQRSTUUVWXYZURZU[TVTVQUWRQU[Z  
N@;=LOA      PUYQPQTURZU[T`ZUaQ`TUFCEFFUJbUQ`RQPUHUQcQPZVSRQUHU[TVTVQUHUaUJH  
]9^\_<\_>@A      FJdJBIEGE

QUVefgeUZhijkfheUmnonpeqrUjiUstiUoeUeupfvsfwxiUysnUqznUhij{nprUiUQpuDUdr  
oeUWnfU|DEJGrUonUFFUonUlefiUonUF}}ErUhnpu{fheUysnrUjntueUoeuerUeUnl~pnte  
ehfleUfonjuf{fheoeUnjhijupeItnUnlUtfusewxiUpn[sqepU~npejunUiUmsjoiUon  
† epejufeUoiU\~iUonUanp † fhiUIUm † \aD

TU~pntnjunUVnpuf{fheoiUjxiUtnp † fp † UonU~pi † eUhijupeUhivpejweUonUyseftysnp  
o † vfuitUpn{nprnjuntUeUhijupfvsfw † ntUnHisUnjhiep[itUon † foitrUonhippnjuntUoet  
ivpflew † ntUhilUiUm † \aD

LO=^L^\_AEBHEdHCECJUeUEJHE|HCECJ

Y\_<=;L>?@A CECJEdeBEJB|B\_GBEG}JGB

Sj{iplewxiUivufoeUnlUFEHEdHCECJUF CE JC

QUsufqf ewxiUontunUVnpuf{fheoiU~epeUitU{fjtU~pn † ftuitUnlUWnfUntue  
hijoffhijeoeU eU † npf{fhewxiU onU esunjufhfoeonU jiU tfunU oeU Vefge  
;L=L @ @ <



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>





)!\*l  
\*!#m# n

0123456791 34515 4373243

!!"#\$\$#%&'(  
)\*+,-./0/1.../23.  
456789:33;3,0<31,..,3  
!=>76?8/.1.;1,..,3@AB/C,./+/  
DEF67E7.01./1,..,C2/<.\$G956595E(76EB@G95E7B7E7E5E  
7BHE=>76?8-

456I6GE2BJH 25470K151L707035ML324N1O444P @  
69BG465\$E(9)\*BQ9: RSTRURTVWVXUUUVYZ@ 9670793 G  
69E76>F959 E9GEG69EF7[74B#4EQEF\6B5EB-  
456786567EGQEB9BE45B-0C,2<<327E9BF67E?8  
7EB6B7#4EQEF\@EG4BG95E7B>FEB6B9B-]/,-CC.1,./,  
/3-C0;1,./;@95./1,..,7E^\*#@7,/7\_E9647,...,-  
B7E7BG9B5E95B7B5E45678B874B>9BEQ6F67E77B  
#46QH9E6B7#4EQEF\  
GEB7>BBE\_H4`76GE@E45678E5B5EE>4BE4FE?8  
E57BBBHBB5EQFG695B@Eab9G6EBHI6F6E6B-  
EG65E?87B5EG45678G976G69E2BA[46I6GE?87BHE  
EH5956G67E79>45EF7#46QH9EF'H>4647#4EQEF\9E  
95495\$\55>11ccc-5B5-\_HB-Q4(-  
456786567Ea4E5H65E95-

49O72Ld674Le723931  
E9GEG69EF7[74B#4EQEF\6B5EBG9B5EB7E7B  
9GBBf46BA67956I6GE?87EB>BBEB9E5H4E6B\_H4`76GEB  
69E76>F95B>4E95E\*HB56?E7#4EQEF\JHE95ABQ46aE?gB  
B5EQFG67EBB959?EG979E5h46E54E9B65E7E\_HFaE7H  
EG47B\_H76G6E6B54EQEF\6B5EB@69GFHB6[9G9G4995EB  
4GF\695B>4[679G6f46B@E\94f46B@EGHB5EB@E  
FH95BHE4GF\695B75469E7BF6iH7G4495B  
7=GH?87EG47BI64E7B>4E95"696B5j46)kQF6G7  
#4EQEF\@6BB879G6F6E?8)4j[6EH7E6B5`5HFBJH@>4  
76B>B6?8FaEF@G956[4I4?E=GH56[E-

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



k[67EBBHaB5gBG975o5B5-\_HB-Q4  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



Portaria n.º 103, de 28 de 06 de 1983

**O Ministro de Estado DAS**  
COMUNICAÇÕES, usando das atribuições que lhe conferem o artigo 1º  
do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e o artigo 32 do Re  
gulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº  
52.795, de 31 de outubro de 1963, alterado pelo Decreto nº 88.067,  
de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Proces  
so MC nº 13.527/80 (Edital nº 37/80),

**R E S O L V E :**

I - Outorgar permissão à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA  
LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, e sem direito  
de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequênciam  
dulada, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acor  
do com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequêntes  
e seus regulamentos e, cumulativamente, com os preceitos e obriga  
ções enumerados no artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radio



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Atos de Outorga (11004009)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 49

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

difusão, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



HAROLDO CORRÊA DE MATTOS  
Ministro de Estado das Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

214-3 (JUK)  
Portaria

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	10/09/1997
PAGINA	20133-807
ANOTADO POR:	Nodis

PORTARIA Nº 1290 , DE 21 DE outubro DE 1996

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, inciso II do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50830.000068/93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 1993, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., pela Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
SÉRGIO MOTTA



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Atos de Outorga (11004009)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 51

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





PORTARIA Nº 187 , DE 24 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005381/2003, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2003, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., pela Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União no dia 30 subsequente e, renovada pela Portaria nº 1290, de 21 de outubro de 1996, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de setembro de 1997, referendada pelo Decreto Legislativo nº 85, de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 15 de maio de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA  
Ministro de Estado das Comunicações







!

## Diário Oficial da União - Seção =

013456789 64 696 6

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7D42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 N>O02LPQI4L2E"OE<LOI  
HR9"A006S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8) 9  
\$ 6 60'R%0874"5# E  
K9 6 A8J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 664#91UD4 6  
V 60) 6488669'&W 6XY954&# 6V 6  
96 6D4&6%55M8#7 N>89 (M4 6009H+6  
569&6S&)456% 6# 66S\$)85' 6456(' 6 85M  
596% 688T9\$% 8) 4\$% 956S\$)85%69#66 8\$#54  
9\$ 6 60'R%0874"5# EK9 6 A8J/  
L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7U42"

L#&'88668#7\$9\$655MN  
H14A4IEHAG"OHOE"AA/L/&6S  
&J56(' 6 85M 65956  
%76959\$ 6 6778M4"5#  
EK9 6 A8J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 6626\$6#5-914 6 6  
75# 648868#7\$9\$655MNH&5&#5G69#865A/L/&6S&)4  
&DW889X6Y95456% 6# 66S\$)85' 6456(' 6 85M 6  
5956%76959\$ 6 6778M4"5# EK9 6 A8J/

L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 742"

L#&'88668#78#X(MN  
I0K 90AH9HOHI 0IAAL A"ORIEI  
2"0LLEZZ""20:L.PQI4"A4IE  
H""JL"E22"<L:E:L"0L4LEJ  
90A0""J< &6S\$8#56(' 6  
85M\$%89#C9\$ 6 6<  
\$694"5# 4C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 664#913D4  
6 68)+ 6V48868#78#X(MNIOK95#8#8  
055A69+ 60X@ 6" 8\$(M4"5&#66JX6 6 <69  
4C90A0""J<&6S\$8&4&W 6XY95456% 6# 6  
6S\$)85' 6456(' 6 85M\$%89#C9\$ 6 6<  
\$694"5# 4C/  
L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7742"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I?IEOLJ>3>"E0LO  
2"4IJ9AJH2L/&6S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8  
) 9\$ 6 6>699 1&J54"5# 6  
AM48J/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 664#91UD34  
6 675# 6V488669'&W 6XY954&# 6  
656#6%0 64&6%55M8#7 NEC 79)>3  
>699 1&J5J# /&6S&J456% 6# 66S\$)85' 6456  
'( 6 85M596% 688T9\$% 8) 9\$ 6 6  
>699 1&J54"5# 6AM48J/  
L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % 7V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I:OJHOEL2"LAHIE  
KLA-:JH2L/&6S&J56(' 6  
85M596% 688T9\$% 8)  
9\$ 6 6L5#74"5# 49C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 664#91  
/U4 6D 69'6%0 6488669'&W 6XY954  
&# 6 656#6%0 6VV74&6%55M8#7 NEC  
)8# 6L5#7A-:J# /&6S&J456% 6# 66S\$)8  
5' 6456(' 6 85M596% 688T9\$% 8) 9  
\$ 6 6L5#74"5# 49C/  
L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 NEJ29I "H"J"G9AQI:L3  
490LKELO2"JH2L/&6S&J56  
'( 6 85M596% 688T9\$  
% 8) 9\$ 6 6:&%8K9 64  
"5# 4\_0/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 664#91UDD4  
6 675# 6V488669'&W 6XY954&# 6  
69'6%0 6U4&6%55M8#7 NEC 6H6)6'5M  
:&%8K9 6J# /&6S&J456% 6# 66S\$)85' 64  
56(' 6 85M596% 688T9\$% 8) 9\$ 6 6  
:&%8K9 64"5# 4\_0/  
L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

L#&'88669'&6%55M8  
#7 N>O02LPQI LJ2I :LEGL  
JRJ2:I3O09:L.PQIAT:9LJ&  
6S&J56(' 6 85M596%  
9 5% @ 59\$ 6 6<6)@%4"5#  
4C/

I:976550\$9) 6\$6#.

L#1/1>\$&' #886566 6626\$6#5-914 6  
3 675# 6488669'&W 6XY954&# 6 6  
89+ 6U4\$9\$655M8#7 N>89 (ML) :') +  
:&%89\$(MA\$)&6S&J456% 6# 66S\$)85' 6456  
'( 6 85M596% 9 5% @ 59\$ 6 6<6)@%4  
"5# 4C/

L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

>(506886:976550\$9)&'84668475@  
A96B4465 69#6 A69 >6 6)495#6%5 &C7 :9\$  
#/D E67%69#-%8%6 9\$5FFG999 #/37  
E67%69#99#69 A69 >6 6)4&%8)756789#6

2":E"HIJ"K9AJLH9GI  
0 % V42"

Aprova o ato que renova a permissão ou-  
torgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA  
LTDA. para explorar serviço de radiodi-  
fusão sonora em frequência modulada na  
cidade de Mococa, Estado de São Paulo

I:976550\$9) 6\$6#.

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 187,  
de 24 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 30  
de junho de 2003, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa  
Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de ra-  
diodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa,  
Estado de São Paulo

L#1/1"5#626\$6#J675)#69#6% '79 # 6  
58&80)\$/(M/

A69 >6 6)46%3 696 6/  
A69 ?IAZALE0"[  
465 69#6 A69 >6 6)

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CASA CIVIL**  
**IMPRESA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF  
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**  
**SEÇÃO 1**  
Publicação de atos normativos

**SEÇÃO 2**  
Publicação de atos  
relativos a pessoal da  
Administração Pública Federal

**SEÇÃO 3**  
Publicação de contratos,  
editais, avisos e ineditais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados  
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04196645/0001-00  
Fone: 0800 725 6787

"5#6 \$8%69#& 656'6 \$ 969 66(6)6#\*9\$+##&,-.../9/7/0-8#69\$ 6/+##%)4  
&6)\$17

2\$8%69#559 7#)%69#6\$9 %6349 %/ 63-7-488695##8  
99 65#8#8 6:+'654:0)\$5<5)69:4<5/



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

01213456179 121 42771 127 37021 3

!"#  
\$%&'!"#(&  
(\*#+,)-."/!0"  
(\*#1\*#/!01\*\*!"#

274 4521 223445674746318041

9:;<=>;?2@ABBBBCBBD@EBFGBHA+IJ

>>K?L;>M9N610247C'1\*#/!0C

300617P417

HCQ+"%""&"1""R\$\$(TUVW\$WX/(Y  
TQ\$YCY)1%'1\*#!0%[%)\*#"1\*!"#"&  
\\j'&!)Z'&!^%XZ"#-!)Z '%^ABCECGBHA  
ABCECGBGAC

2013

GC-)&'&Z\_""""")!(("!"#a)"b)Z&"!  
CGGAZ%""b)'1\*#!0""""%)--cb)d\!)![%]&  
"1\*"!"#""""&0""CY""1&%1!&%&"  
[0]""0"0!)&"Z""&&b"1e""')!1"!)"  
"1\*Z""0""""T'fJCHHDFHgEGh%)T'fHACJGJFGBHDI'\$  
'f@GCDg@FHgEAh%)\$'fgCHAIFGBHDIc

ACY'1\*#!0""""&'d\!)![%]&"1\*  
""%j"[0""%)0")\*#0'Z""\k!""""CY""&""j"  
""j""[%]\*#"1\*!"#""%#"1""%""^"  
"!""1"HBhmi""""j""""1\*!"#""&0""%  
%""!"1"H@h\!mi"Cn#k`)&#!"c&%""^1"C

JC\$&'1\*#%)opqrHf"sCHHA  
0!)&"1\*"!"#+Z%1%)\$'f@GCDg@FHgEAZ%)  
\$'fgCHAIFGBHDZ""1\*"!"#""Z&%`X""\_(j'Z  
Q')0ZS'1\*j'(&'!\*"&%1\*#!0%""!b&""#  
&\_(0""n')Z1&""0&-"]%cb)tZoppqurGf"s  
&"&0Z&%`d-"]%cb)[%\*#\$'k&  
&""0&('0""Z%)b\*#%1\*#Z%&""%  
0!)!"!#%""%)X""\_(j'ZQ')0ZS'1\*j'(&'!\*"c

@Ca""""&""Z%""+"[&%C

ECY!0%&""#%[!\*"#"1\*"&)m!%&  
-fHBAZ%!b)'\$'/)U'#v\$C/CUCABI!kHgIAh1'WS  
'CfADAAH@JZ)CJiCYc)&'1\*#!%)-fHIDZ%!b)'\$'/)U'#v  
\$C/CUCA&GBHBh1'WS'CfADAAH@JZ)CAiZk')%('0""n')%  
&\$T0")1'fgGZGBHAZ%!b)'\$'/)U'#v\$C/CUCD  
l'GBHAh1'WS'fADAAH@JZ)CEiC(&Z%+"!%&""#&!#"#"  
"1""ABCECGBHAh1'WS'fGEJBAGEZ)CDiC

DC-&\\&""`0 HZ%)m&HgCGCGBHAZ  
S""&'!"!&""[!"1\*&\\!"#Z%"1%^HB  
hmi""CY""&Z""\\!%m)0)%&'""#"1\*#  
)0\*#"!ABCHGCGBGHGABCACGBHAZ1+"!&'""#S""  
QWX-WQSwYC

ICW&J")\*#)0")1Z!"!#"%"1\*#

!"m%"1""CHHA\$f@GCDg@FEAZ'1b"x



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

01112

345177819 4 44 454 545451774

54 !"#"\$%&' "4454 ("% 5

" 5#4) ( 54" 5 45 44\*%

%455#4 +5,-./"45011782#3745

&65"55 5 54#4%54 4 74%"55#"5#54

)5#" 44 #4"4#"75

%4 % 4544"5 "5 5#4

5"7"8-&" (/ "45011782#3745

&&6"45 " " 5 5#574%4%54"55

544 5"55 5) 4("8-&" (/450

11782#3745

&&&65454"595\*4("("#)\*%(45

4# "45 "4# 55 4"5

474#"5 ) 4(" + 4"5 \*4(" "#

+75 4454 45 48-&" (/ "45011782#

3745

&:6"45%5 !" 4" 4) #"54 4

) 4("8-&" (/ "45011782#3745

:64"4 ;<=8-&" (/ "45011782#3745

:&644% 445> 4#5 # " 545

) 4("# 48-&" (/ "45011782#3745

:&&644% 44"+54" 4>58-&" (/450

11782#3745

:&&&644% 445?% 4"> @45\$A46

>@\$A8

-&" (/ "45011782#3745

&B64\*5!"545= 5\$4+#445

"45%5#545\$(5 :&&63/"456C0D1ED#70

71E86 C\$4+8-&" (/ "45011782#3745

B6 545""#444 +5 4") 5"4%5

) 4("# 55 "4"54(5"5""5"54" 4"

95 5474%"55<4F\*" 5 4#" +35

.\$""63.\$1-&" (/ "45011782#3745

11F4?" 5\*%%%4#" 4 44

) 4("&54#"7"G454#4545#" 4

44HC5:4 "/" 5I) 5 55AF&10848131

731<4""54 54%#"44 5

"4#45?JKLMJ+5) 4("#KLLMJ ""N"6 "4#KLLLMJ4% 4

"#KLOM4% 45""#4"(5 445 54%5

45<444 7"4%58 54%5)5

4" 4 4#" )4 5"8#4 # 7"

54445C 540PEG71131

771<455?QRSLTLURVWXJYZ[\\L^R# 465"55 5 9554

\*" 44 #54454+4#

551\_ 5?`ZRTLal^RVWXJb^XcdeL^XfaLcRc^bL[R#4654

"5 5-5AF&0842237D# 1625\*5!"4" 4 "413#

"45 !""\$4 = 5F5A< #56\*54

' 54 4" 4) "-5AF&031D3E48 151=5"5?[bgZTR[L]R]b

aLh^RT#"45"\* 4#5 "#554% 4

<= 4(" 545 "" 41

71/"4""455 = 5 4"45 5-5

AF&10D873275#5 4"5445&54" "95

445<5#"445Di354 545 # ),



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo 1 - Protocolo de Autenticidade - 7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



1233452679 9754 2959

!"#\$%&'()\*\$\*!+,-#.!/\$',)0\$#!123\$&+,

4!,5\$&#\$6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#,\$\$&#!/,#\$&,9<!&,-#!=>:9123\$&+,

1233452679 9754 2959

?@ABC

\$&#!/,#\$&#!./\$'),0\$#!123\$&+,

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#,\$\$&#!/ \$&4(&!3\$&#\$  
4!E,&3,8!/3\$#!.,#(\$#"2:0\$8!&5(-6

1233452679 9754 2959

RRAR

\$&#!/,#\$&,9<!&,-#!=>:9123\$&+,

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6%278!3,9:!"(3\$;5\$/:(!&,)0\$#,\$\$&#!/ \$&%!5&!3S&(\$#!  
.,#(\$#"2:0\$6

1233452679 9754 2959

CTUCR

4(&!3\$&#\$4!E,&3,8!/3\$#!.,#(\$#"2:0\$8!&5(-

DE&\$\$,F\$3,GH5/(5,/6IJKKLMNKNKM%OP9QGP6O/5,8(/ !89:!:.,23\$;,\$/V2&6

1233452679 9754 2959

CUWWR

%!5&!3S&(\$#!.,#(\$#"2:0\$



4\$528!/3\$,:(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&?XYZZ[]ZXA\^\_`a\Cb]]b`]\cXX]Zbd\ZX]Zb  
bdXe\fyXZb[gX]h\bZb\_gb]iZb]\jgiAkjiZXIb]eiZb\Z`XZ`m[IYXc!8nNMKNMNKNKc;:  
nJonK1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#L#!\$2327&\$  
#!NKnt6



4\$528!/3\$,:(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&j`\d\R\]\`RXdgb`]XZb`v\cXX]Zbd\ZX]\wWb]\\_Zb  
xlw[gX]h\c!8nNMKNMNKNKc;nJonu1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36rlcsnlc#\$  
4!5&!3\$/IL6tJuc#L#!\$2327&\$#!NKnt6



4\$528!/3\$,:(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&j`]\ZXbd]`y[bb]b`]\X\_\ljXczbmbZXb]e`fXbh\  
ZbbdXe\fyXZb[gX]h\c!8nNMKNMNKNKc;nJon1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$  
,&36rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#L#!\$2327&\$#!NKnt6



4\$528!/3\$,:(/,#\$!-!3&\$/(5,8!/3!E\$&C\_e`XCb]]b`]\`v\c`]bgX]ZXba]g\vbdgXZb  
Z`XZ`m[IYXXvb]j`\\_c!8nJMKNMNKNKc;nJot1 \$&S&(\$\$(5(-,#!p&,:q-(,c5\$8"2/#,8!/3\$/\$,&36  
rlcsnlc#\$4!5&!3\$/IL6tJuc#L#!\$2327&\$#!NKnt6



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

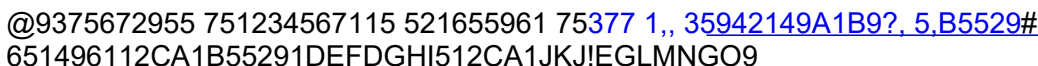
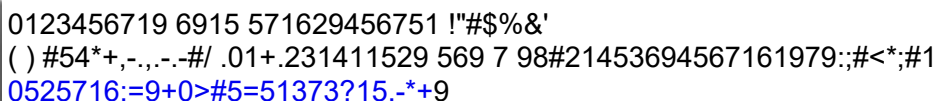
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Anexo Atos da Ouvidoria 11004089

SEI 63113-022328 2022-707 pg.158

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





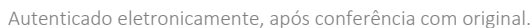
PSTUV!LWX(V!(S!

WX(V!(S!TYZLLIOIO[

 $(\$X^1$ 

@79m;u 79n1799567954BA1699795 393? 29bc19

v6 715u 7919J}629#s5261 1A9#g61B9bq5 5J143629bq5



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82







!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"#\$%&"()\*!  
)+(,&,%!"-(%!"-(!,"!)!+,0%!" !1) !2',\$ )&#12!)34\$+\$\$  
/(! 34\$+  
%\$)3\*"#\$\$%&'\$'++(,)+-(%!" +'\$' /(! 3\*"" #-  
\$+5&')+!)!+,0%!"2'6& '%2\$7'+\$\$2'+&'89: '\$5,'<:=="8:.'6%+.&!">)'\$,'?@9A'B:B<"@CDCE@98@

FGHIJIKLMKNNOPQRSNSNRJTUVWHXYJZ[JRJ\WRG\W

UWF]KQ^NNNMNN\_Q`NRSNO^Xab  
[UZIHIccGdTc]KcIJIHZGH[GKdIKHGd[Td[eWcfTKXKcIHGd  
GccWUZZTc]KHGd[Td[eWcfT

!7'5ghihj'hg'kgljmnopj'hn'jqrksn'tjkuqvnjh'wgvn'%x!' &(6\$'\$/' &,7'yju'  
jz{grimj'hg'wgkunlgygk'g'wvjknlhj'j'gkmioj'hg'knhihitq}pj'j'jkn'gu'tkg~q□lyin'ujhqvnhn2'lj  
uqliy † wij'hg'/jyjyn2'g'rnjh'hg'+pj'5nqvj2'kgtgkglrg'nj'wgk † jhj'hg'D:7@7B:9D'n'D:7@7B:BD7  
!!7'5j}}izivihnhg'wkgmi}rn'lj'nkr7'BBD'hn' jlrirqiopj'hn'%gw † zviyn'g'kgsqvnuglrn'h'wgvn'&gi'†  
=799<E98@B'g'† 'C7< † CE98<B2'yju'n'nvrgkno † g'wkjujmihn'wgvn'&gi'† '9D7=B=EB:9<2'  
wjkugljki † nhn'wgvj'hi'wj'rj'lj'%gsqvnuglrj'hj'+gkmioj'hg'%nhijhitq}pj2'nwkjmn'hj'wgvj  
gykgrj'† 'CB7<8CE98@D2'yj}ihgknhn'n'ujhitiyno † g'wkjujmihn'wgvj'gykgrj'† '879D † EB:9<2'  
!!!7'5kjygg}}j'nlvijn'hj'wgvn'+gykgrnkin'hg'%nhijhitq}pj'lj}'rgkuj'hn'),',0 )! ') †  
D:: † EB:B:E+\$!'/ ,! 2'~qg'yjlyvqi'q'wgvn'wkg}glon'hn'yjlhio † g'lggyg}}'kin'nj'hgtgkiuglrj'hj  
wvgirj7  
!7'inzivihnhg'qk † hiyn'hj'wghihj'hg'kgljmnopj2'hinlrg'hn'nwkg}glrnopj'hn'hjyquglrnopj'glisihn  
g'hn'yj}g~qglrg'yjltjkuihnhg'hn'il'rkqopj7  
7' juwgr□lyin'hj'\$luj7'+gl † jk'/ili'rkj'hg'\$'rnjh'hn' i□lyin2',gyljvjsin2'!ljmno † g'g  
juqliyno † g'wkn'hgyihik7'\$lynuil † nuglrj'hj'nri' † n'n' imiv'hn'5kg}ih□lyin'hn'%gw † zviyn  
wnkn'yj} † gyiuglrj'g'glmij'nj' jlskg}}})nyijlnv2'lj}'rgkuj'hj'nkr7'BBD2' † 9 † 2'hn  
jl'ririopj'hn'%gw † zviyn2'hj'nkr7'C † 'hn'&gi'† 'C7< † CE<B'g'hj'nkr7'99D2' † 9 † 2'hj'%gsqvnug  
+gkmioj'hg'%nhijhitq}pj2'gu'yjuzilnopj'yju'j'nkr7'BC2'!!!2'hn'&gi'† '9D7 † ==EB:987  
!7')gyg}}ihnhg'hg'kgnwkg}glrnopj'hn'hjyquglrnopj'wkjznr † kin'hn'unlqrglopj'hn'kgsqvnkinhnhg  
wjk'jyn'ipj'hn'n}}ilnrqkn'hj'kg}wgyrimj'rgkuj'nhirimj7  
!!7'5gvj'glynuil † nuglrj'hj'nrqj'nj'#nzilgrg'hj'\$luj7'+gl † jk'/ili'rkj'hg'\$'rnjh'hn  
i□lyin2',gyljvjsin2'!ljmno † g'g' juqliyno † g'g'7

+gl † jk' jkhghlnhjk'#gknv'hg'}}qlrj}'-qk † hiyj}'hg' juqliynopj2

[KXKHI † GZ † H[T

97 ,knrn''g'hg'wkjygg}}j'nhuili'rknnrimj'iliyinhj'n'kg~qgkiuglrj'hn'%x!' &(6\$'\$/'  
&,7'g'glynuil † nhj'wgvn'+gykgrnkin'hg'%nhijhitq}pj'wnkn'n'l'v'g'g'unlitg}rnopj'hg}}n')-(%E/ ,! 2'lj'~qnv'n  
wnkrg'ilrgkg}}nhn'mgiyqvn'wghihj'hg'kgljmnopj'hn'jqrksn'~qg'v † g'tjkn'yjlyghih'n'wnkn'g'wvjknopj'hj'gkmioj'hg  
knhihitq}pj'j'jkn'gu'tkg~q□lyin'ujhqvnhn2'lj'uqliy † wij'hg'/jyjyn2'g'rnjh'hg'+pj'5nqvj2'kgtgkglrg'nj'wgk † jhj'hg  
D:7@7B:9D'n'D:7@7B:BDM

B7 jltjkug'lnkkn'n'),',0 )! ') † 'D:: † EB:B:E+\$!'/ ,! † ~qg'yjltgyyijlnhn'g'nwkjmnhn'wgvj}  
nsglrg}'w † zviyj'yjuwgrglrg}'kgugrgq'j'tgirj2'gi'j' † i}r † kiyy'hn'jqrksn'gu'~qg}rpj2'yj}jnlrg'hgljrn'n'hjyquglrnopj  
ij}'nrqj'?'jy7'+\$!'† 'C9=C8DBA;



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

27240304 leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

!"#\$%&'()\*+,-./:;?@<=>?&(98&(A!5B&(7CD9E(1(5"FGH5691997JK:02KLM2")%(5 1%/,(+(!'(2%4#"%"#%567DI:!:2\*.%&%5<=#>0\*.%2&%?5\*,@<>?&(9&())\* &(N878E(1(5"FGH5691997JK:02L:.B%5.(2%&'(2O 5\$#(++ P%.\* 5%2' #)(\* <(.#( Q(\$+2%"\*1 56CN:&(N879:!:2\*.%& 5<=#>0\*.%2&%?5\*,@<>?&(I&(A%5'# &(N879E(1(5"FGH5691997JK:02LO )(0(" :&#(5&(R+(S!(%#)#+, )S!(+, +((5. 5"#%1(5.\*&%&(+&(98N879E(1(5"FGH56NK89C:02IL

9 P #(!#\*)(5" #" : 2%& ()7CNN879E< .FGH5689IDK7N:02NL:%(5"\*&%&(+ 2\*.\* !#(5 1%/,  
&% !" \$%&%(02%\$%#&5& '#+(+5"('# .(++ %&)\*5\*+"#%"\*1 5%2\*+%& '(&\*& &#(5 1%/, '(2%F(.#(""%#\*&(  
T%&\* &\*0!+, 5%)(5.\* 5%&%P>UUVOPHO:\*5 !R+(:% 0\*)&%\*5+"#!/, #' .(++!%2: '(2 &(0#\*)(5" &'2(\*" :  
(. 5.2!+, %++\*)(-)%#%&%:5%SI%2"%);W)+(!\$5 !'(2%%5=2\*+(A!#X&\*.%&(+"%O>PY?TZ[OUHO]\`\_`abcdefag  
\_hi\_hj\_k`\_blm\_babnhi\_e``ajabai\_hj\_babidjd`bd`be\_lmo`oid`bh\_p``qead`braeabdbj\_c\_eof\_hidbjdbre``\_hi\_br\_joydb  
e\_hdsatudbj\_bdmidevagbeawudbr\_xablmabdrohak`\_b`\_yababre``\_hi\_bfahoc`\_iatudb`mzf\_iojab{bpdh`oj\_eatudb`n  
`mv\_eohjdk`\_gbpa`dbaredsajagb`\_yafbd`bamid`b\_hpafohlajd`b{b`dmiab}dhymegbraeabfahoc`\_iatudblmahidbabx\_v  
c\_oid]~

K V ;#(1(#(2%"□#\* :S!('(#)\*\*( (-%)(& .%+


J H5\*.\*%2)(5\*(#(\$\*+\*(R+(S!(%+O 5+!2" #\*%+Y!#X&\*.%+& +[\*5\*+"W#\* ++, □#\$, +&((-(!, &1 .%.%R (/#%2&%?5\*, S!( "■ )' #0\*5%2\*&%&#(X!%'#(+%"#%++(++#%)(5" A!#X&\*. % +""!2%#(+&%+%+"%+ )5\*+"(#\*%\*+:5 +"(#) +& +%"#"\$ +N6:HH:z:(77&%Q(\*>#\$ 5\*.\*%&%&1 .%.%R (/#%2&%?5\*, :5+""!X&%'(2%Q(\* O )'2() (5"%%56I9Z7CC9G)&( .## ■ 5\*.\*%&%+5 #)%+(")(2%:%'(5%+%5=2\*+(&%+S!(+ "□(+%"55(5(+A!#\*&\*. \*&% %"+%&)\*5\*+"#%"\*1 +:(-%)&(. 5"#%" +((&""%\*+:5"("#"(%/, &(5 #)%+&())%\*+%+'(." +A!#X&\*. +. ##(2%" ++, %"#\*,!\*/□(+&%+O 5+!2" #\*%+Y!#X&\*.%+:+(5& .(# S!( +%+++!5" +#(2%.\* 5%&+% )W#\*" &+% " +&)\*5\*+"#%"\*1 + %+'(." +0="\* .+ # (2%.\* 5%&+% (-%)&(.%+ +:"%\*+ . ) %%"!"(5"\*.\*&%&(& +& .!)(5" +%. +%"&+% +%!" +:+, &( %"#\*,!\*/ , &+□#\$, +"W.5\* . +& +[\*5\*+"W#\* +:5 +"(#) +& +#(+('."\*1 +T(\$\*)(5" +

O 5+(S!(5'')5'':5%B\*□'(+(!)'#(/. )')('(%(+('□#\$, A!#X&\*. . 5+12\*\*1 %5%2\*+%'#%  
#(\$!2%#\*&%( & '#.(\*)5' %&)\*5\*+'#%'\*\*1 ()('+"2B%:%& "%5& . )'%# ǿ)("# '+#\*5.X'\* +(#+#(\$%#+  
. 5+\*\*\*!.\* 5%\*+%'2\*=1(\*+≡(+!W.\*(:%+&\*+' +\*/□(+. 5+%"5'(+&%Q(\*56CIDKZCC:S!(\$!2% '#.(+ + %&)\*5\*+'#%'\*\*1  
ǿ);"" %&%)5\*+'#%/, 4M;2%.%𐀀(&(#%2:(:)(+('.\*%2:%2(\$+2%/ , (+'.X0%.%S!(&\*+'\*2\*5% +( #1\*/  
&(T%&\* &\*0!+, :%0\*)&(S!+(#(1(2(%++(\$!#%&%%%'#(+ (5/%&+. 5&\*/□(+5(.++=#\*%+(& +& .!)(5" +(-\*\$&+ '(2 +  
%" +5 #)%"\*\*1 +\*5.\*&(5'(+

I 4%#%"%5" :.%2B%("(.#:&(%5")(. :. 5+\*&(#%/<(+>#;#(%#.%;!/A!#X&\*. %!%2)(5")(%2\*.=1(2% .%+ :+ ;#("!& "(5& R+((1\*+ "%%+ %\*5&%(.(5")(+%2"(%%/<(+>+2(\$+2%"\*\*1%+\*)'2)(5"%&%+'(2%Q(\*5679KNKZN87I: %2"(% !%+Q(\*+5656K77IZ7CN(JIDJZ7CI9:\*)'2)(5"%&%+:"%);W):'(2 <.(#" 56C79DZN87I:S!(%2"(% ! T(\$!2%)(5" & +F(#1\*/ +&(T%&\* &\*0!+, :%# 1%&'(2 <.(#" 56JNICJZ7C9:%2W)&(#(1 \$%# <.(#" 56 DD8Z7CD9: #(\$%5\*3%5& +#.(\*)&)(5" +%2\*.=1(\*+

D O 5+""!\*, (#%#&(7CDD(+"%;(2(.(!:5%%2X5(%)a]& \*5.\*+ \ HH&+(!%"#N7:S!(})dfr\_i\_b{  
 =houdb~~~☆b\_xrdeaegbjoe\_iaf\_hi\_bdmbf\_joahi\_bamideowatudgbpdhp``udbdmbr\_efo``udb~~~☆bd'b'\_e  
 `dhdeagb bj b'dh`b bofav h`]~

C H5.2!X&%(5"#(%+. )(" 5. %\*+2(\$\*+2%\*\*\*1%+\*#1%\*\*\*1%+%?5\*, (5. 5"#%R+(%)%)"W#%&%=ajodj  
5 +"(#) +& %#"NN:H :ohbcoh :&%O 5+\*\*\*"/, (#(%2. 2B(5& %#(## \$%"\*1%&(#(\$!2%# %++!5" (&(5+\*0.%5&  
")(%): 2(\$\*+2%& #0(&(#%2\*5+\*\*\*!/:5 "(- %&Q(\*56K77IZ7CN: O\$\*% ##+\*2\*# &(U(2. )!5\*.%/ (+:(+\*\*\*!2%5&  
: )+(!%#"99:S![] 'b'\_esotd'bj\_bi\_x\_pdfmhopat 'gbhudb \_pmiajd'bjoe\_iaf\_hi\_br\_xab houdgbrdj\_eudb\_e  
rdebpdhp ``udgbamideowatudbmdmbr\_efo``udgbdz` esaja`ba`bjo`rd`ot `bj`iab o]

78 ++\*)WS!( :)%1(3 ;+(#1%& '#.(\*)&"5" &( . 5+""!"/, &( !" #\$\$%'%%#%(-(!/, &(+(#1\*/ &  
#%&\* &\*0!+, :+!#\$(: ) "(#) &'##3 \*5\* %2)(5)((+"%;(2 (\*' '%#%(-(!/, & +( #1\*/ :%S!(+", &( +!%' ++X1(2  
 2(+++2\*5B%:%'#□\*%O 5+""!"/, (#&(#%2:)+(+!%#"\*\$ NN9:parmi('"%#=\$%#0 +:"#"%"&%&' ++\*,\*2\*&%&(&  
&'(#X& . 50(#\*&' '%#%(-'2 #%/ , & ++(#1\*/ +&(#%&\* &\*0!+, \*5&%:. 50 #)( 96& )(5.\* 5%&

f3e2





!"#\$%&'()\*+,-./:;<=>?@AB8C4?30  
DEFG,HIJKLLMNO

LPO Q"%'+%" 'OMMI"R\$\$ +,"E.T!)"% !"#%&"/T"-."%%"., "T  
!,%'\$V""+"%%R\$!,%'\*"+, ""/2C6W8:X23Y

'U.!"%.

Z.'OMMIO[#"+\$S\!."(\$!+,","T)&('\$.' ' 'OMML%.\!%-,"I]S!^ "  
-S" \_!,!%" '!" a!b,\*! /c\*, "S"R! /G,"T)d%a"+\$,!\* )d%T.\%!.%'\$V""+  
%R\$!, ""\$+, ' )&"/%+-e\$V^""\$'." ""\$+, ""%%\$-T,!,%(\$- %% . + %.  
f!R!"%-S SR!%S )& "-!,,- /- . #!,%g j!S! ' )&"YD )&" -S"h\*.",HKOMli/  
LPMJN  
Gj """,%'!\$!T"%\$ % S'. )d%/R!%'. "%"\$ .(\$!T "%,"U.R&"\*"+-,'/\*, %', /  
,.'%\$%" ]e!T"%/ f\*\$)&"%.T!)"%. !"#%&"/- . %%""! %- . )d%/  
\*U-! ' %%+ ]S! R. S(\$SR\$ !."! .S )&" \*!",!%' % (\$ S\*",%'  
(\$ ,! /"T S"."!- )d%\* %U\*"kDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
GGj\*!&"%+!-S!#!\* "\$""\$+, "(\$!T S,/+/! -S"U.R&"R!%'. ""\*"+-,'  
+(\$%!T.+ .(\$!T "%"" ""\*%",%'!\$!T"% -%%%" e\$.V!\* kDG,\*\$V"-S"h\*.",H  
KOMli/LPMJN  
GGGj] S ,)-'!+!,! S+,%'. )d%\*",\j!%"IS!+"f.\*V!"""" S/e!f!RVT!%  
-.%, ' "%, #".+ S!/( \$\*"+-."T+ ]" %!\$ )&"#, ,\*! /T %\$ %\$]%'!\$!)&"  
-." ] S ,\*%"\$] S ,)"%-."T!%U!"%/f\*""(\$ , -%%%" e\$.V!\* !, ,&"g"\$T.  
\*"+-S' "\$+f.\*V!\*"#!%\* S/g!-U'+(\$T.\ -%, ' .%\$] S ,)" ].\$. k  
DG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
Gmj\*!&,"R 'IT # Sb,\*! "\$.\*\$- . )&"e\$!\*" S/f-! -S"!%'.!j\$! ". %  
-%%%" e\$.V!\* kDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
mj-."T !, %\*!)&,"aQnokDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
mGj-."T.R\$\$ .! - . , ' %p ^, %#. S/%' \$ S/+\$,!\*- S"\$!%'.! S %  
-%%%" e\$.V!\* /, #".+ S!kDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
mGGj-."T.R\$\$ .! ".""Sg!+, """"\*\$.%""p!%"SkDG,\*\$V"-S"h\*.",H  
KOMli/LPMJN  
mGGGj-."T.R\$\$ .! .S 'IT q%R\$.! %""! S "p\$, "r . ,! "c+-"  
E.T!)jprcEkDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
Gsj-."T !,f!%b,\*! `j!""%, !+-S!""%- . , ' o\$%!) "c. ] Sg"/-."+!"  
-.%, ' )&"\*!&,"R 'IT /, "%'.+""""!%-"""" "cV"\$S"mGGjZ"h\*."jt!,H  
uOvuL/MH+ !"MKvlja", %"S! )&" %t!%"c. ] Sg"kDG,\*\$V"-S"h\*.",H  
KOMli/LPMJN  
sj\$S"\$T!%"! !'\*,! /S ]". "-.-."#!%""", Sg j!S! "##. + "+\*", e\$, ""\*"+  
!!R, -%%%" e\$.V!\* /(\$ '%(' \$ %\* . \*.V%!\*" %'\*,! % %' )&"%, \*, ,. ++  
\*", #".+! \*"+ IS!+ \$""!^ )&"U.R&"\*"+-,"n.Ff\*\$!T"#. S/  
\*"+- ,g " Z, "" )&"%-," % j!S! c\*,!\* jZcODG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/  
LPMJN

LMO Z+ !%/-." ]!b,\*! "!"%-""", " 'OMu/wLH"e\+\$S'!\*" "R\$\$ +, """"E.T!)"%  
!"#\$%&"/+"%'. j%!R\$ S+, ' %%%\! -%, ' )&" %%R\$!, '%\*S . )d%x(\$ , "-!, ,%/ "-." \*% !&"  
., "T )&"Y

wLHE+-e\$V^""\$'. %\*S . )d%(\$-%%% +%."%S!\*" %/" .(\$!+,"""\$""R  
(\$%.#."!,\*!"G"wMH\*", '\ %\*S . )d%(\$YD )&" -S"h\*.",H  
KOMli/LPMJN  
Gj -%%%" e\$.V!\* -%%%"\$!.\*\$.%""%#, ,\*! "%- . "+-.,!+, "-S! "kDG,\*\$V"-S"  
h\*.",HKOMli/LPMJN  
GGj, g\$+"%%U!"%"\$!R, %- .!\*"!- "(\$ . ""\*!"!""\$!."!T""\$'. %-%%" %  
e\$.V!\* %f\*\$', '%'+%+""!-"%.T!)" . !"#%&," S"" S! +(\$ \*", %%%&"  
"\$ -.+!%%&""-.'! /, +"\$'. %-%%" %e\$.V!\* %f\*\$', '%%.T!)"  
. !"#%&"+ \_\$,!\*V-!"%!T.% "%/+f\*%" "%S!+!'%"% ]S!%"%, " 'OML"h\*."j  
t!,HLly/Li#T!."MKyJkDG,\*\$V"-S"h\*.",HKOMli/LPMJN  
GGGj, g\$+"%!!R, '%%\, "f.\*V!"+ , "S!T"(\$Sg %%%R\$.!+\$!  
-S +, ' "\$\*R""\$")d%""(\$ !%\*"".. #".%-\*! SkDG,\*\$V"-S"h\*.",H



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

27240304 Reg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Anexo Atos de Outorga (11004009)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 64

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

!"\$%#&'()  
\*+,#.#.%//0-#1234\$56-#780#%/9:#5;.%\$5\$-#%#93-7/-6507-3#60;#-#;575/93-<80#.-=>?56-#  
\$53%9-#02#57\$53%9-A#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+,#.#.%//0-#1234\$56-#62;.3%#0\$5/.0/90#70#-39#(D"#6-.29"#5765/0#EEE\*\*\*"#-\$#F07/95925  
B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#780#%G%629-#/%3H5<0/#\$%#3-\$50\$5@2/80#/%;#02903I-A#B\*76?  
!"#\$%#&'()  
+\*\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#29035J-#0#K575/9L350#-\$#F5M765-"#N%670?0I5-"#\*70H-<O%/#%  
.306%/-3#0#-/%795;%790#3LH50#12790#-0#P3I80#60;.%9%79%#/%#-#?06-?5\$-#%#3%@  
%/95H%3#/#592-\$-#7#@-5G-#%#%#3079%53-A#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
+\*\*\*#.#.#.%//0-#1234\$56-#%/9:#65%79%#0\$5/.0/90#70#%\$59-?"#0#/#/2/#-7%G0/#%#%#-/#  
57@03;-<O%/#.%3957%79%/A#%#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()  
\*E#.#7%7Q2;#0#/#P650/#02#535I%79%/#\$-#.%//0-#1234\$56-#@05#607\$%7-\$0#%;#%#65/  
12?I-\$0#02#30@%35\$-#03#P3I80#12\$565-?#60?%I5-\$0#.#.%?#-3:956-#0#/#5?46590/#3%@  
6-.29"#5765/0\*"-#?47%#-/#R>S"#R6S"#R\$S"#R%S"#R@S"#RIS"#RQS"#R5S"#R1S"#RTS"#R  
\$-#V%5#F0;.%%;%79-3#7D#WX"#%#I#%#%;-50#%#%#B\*76?24\$0#.%?0#C%63%90#7D# !"#\$%#&'()

#

&& +%35@56-;0/#U2%#-#579%3%/--\$-#3%/%7902#90\$-/#-/#YZ[\]^\_`ZabZcdedY]a"#-\$%U2-\$;.%79%  
/P65-,-\$;575/93-\$03-#-\$%#795\$-\$%#f3-#K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-"#1-#;%76507-\$-#7%/9%#j-3%6  
H%35@56-#0#C062;%790#fk\*#7D#&I '(W"#j309060?0#7D#&I"!&m&'(.#F07@%35;0#/#/.%65-?#%#9-U2%#n#%  
.3%/9-\$-"#70/#9%3;0/#\$-#?%5"#70#/%795\$0#%#U2%#7%7Q2;#0#/#535I%79%/#%#/#P650/#\$-#%795\$-\$%#/#%  
\$%65/80#93-7/59-\$-#%;#12?I-\$0#02#30@%35\$-#03#P3I80#12\$565-?#60?%I5-\$0#70/#5?46590/#3%#H5/90/#7-  
-?47%#-/#>"#6"#\$"#%#%#@#I"#Q"#5"#1"#T"#?";#7"#0#.#%#U#0#5765/0\*"#0#-39#D#-\$#V%5#F0;.%%;%79-3#  
U2%#9%H%#03#@57-?5\$-\$%#/#2>/959253#-#7:75/#-79%3503#@%59-#.%?#-#g\$;575/93-<80#-6%36-#-\$5\$07  
\$535I%79%/#\$-#3%/9-\$03-#0#/#%3H5<0#.-=>?560"#-#@5;#%#607@%353#6359L350#;-5/#0>1%95H0#%#-H-

#

& opbqrZbYdsb^ZatZdupbvbw]xd\du]\_ypbZr^Yd["#-#%795\$-\$%#6-33%02#-0/#-290/#6P.5-#%#/#%2#  
\$-/#-?9%3-<O%/#3%-?5J-\$-/#70#60793-90#/065-?"#3%I5/93-\$0/#70#P3I80#60;.%9%79%#BC06/#fk\*#7D#&I XI#%  
&I'IX"# &I'II"# &I'IW"#3%@%3%79%/#-0#j309060?0#7D#&I'XW(!m&'!.(W#%#7D##&I !" "#3%@%3%79%#-0#j3090  
'&I'!&m&'(.)#%#6%395\$80#%;595\$-#.%?#-#|279-#F0;%365-?#3%/.%695H-#BC06/#fk\*#7D#&I '!"#j309060?0#7D  
'&I'!&m&'(.)"#U2%#%#%;07/93-;#607@03;5\$-\$%#0#U2-\$30#/#065%9:350#60;#-U2%#%#%#-30H-\$0#03#%#9-#j-/9-  
K575/9%35-?"#-?L;#%#57\$56-3#0>1%90#/#065-?#60;.-94H%?#60;#-#%G%62<80#0#/#%3H5<0#g#%#/%#3%/.%#  
;-75@%/902#-#f%63%9-35-#%#%}-\$50\$5@2/80~#

#

&#C%#-603\$0#60;#-#6%395\$80#-92-?5J-\$-#%#|279-#F0;%365-?#-3%/%79-\$-#70#/#-290/#B%  
7D#&I !" "#0#/#-92-5/#U2-\$30#/#065%9:350#%#%\$53%95H0#-\$-#\*79%3%/--\$-#60-\$27-;#60;#0#/#=?  
-30H-\$0#03#%#9-#j-/9-"#%#6033%79%/#\$-#I#g?9%3-<80#F0793-92-?"#U2-5/#I%1-;~

#

‡ ‡ Kk	F ‡ Ngf	+gV ‡ }#B} ‡ )
K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-	XI"	XI""
K-4/-#K03%53-	I"	I""
N ‡ NgV	I""	I""

#

‡ ‡ Kk	Fg} ‡ ‡
K-35-#g2G5?5-\$03-#h%33%53-#i-3>0/-	fP65-# ‡ %3%79%

#

&X ‡ >/%3H-,%#"#60792\$0"#U2%#-#6%395\$80#U2%#60;30H-#-#;-729%7<80#0#/#U2-\$30#/#065%9:3  
%795\$-\$%#@05#%;595\$-#.%?#-#|279-#F0;%365-?#%#f80#j-2?0#Q#;-5/#%#%\$05/#-70/"#%;#&(&&'(#j03#%#I%#%;  
U2%#-#f%63%9-35-#%#%}-\$50\$5@2/80#H%35@5U2%#/#%#-#60;0/5<80#/#065%9:35-#-\$-#579%3%/--\$-#%3-7%6  
\$535;53#U2-?U2%3#%#H5\$-#U2%#0//-\$5;.%\$53#0#30//%I25;%790#0#306%//0

#

&l j-3-#%#%;07/93-3#-#&ruZ‡\_ypbY[bqr]\d`Y`d[]\_ypbZ[p‡ ‡ d[p‡ ‡ Y`d‡‡‡][Zd^]#.-3-#3%/9-<80#%\$  
%795\$-\$%#-3%/%7902#6P.5-#0#x]]‡\_pbt[u^d`p‡‡d]bZbYZ`p‡‡au^]ud`I pbYzb^Zar[u]Ypa\_‡#3%?-95H0#-0#  
^5/93-1'%"#%G5I5\$0#.#.%?#-#?%I5/?-<80#%#%3%IM765-#BC06/#fk\*#7D# (!!"#j309060?0#7D#&I' " (&m&'(X)#%#%  
]bYZb`Y`]‡‡‡‡[d]bprb^Z[rtZ^]\_ypbZrYd[d]\%G.%\$5\$-#.%?0#5/935>25\$03#-\$-#/#%#%#%#-#.%//0-#1234\$5



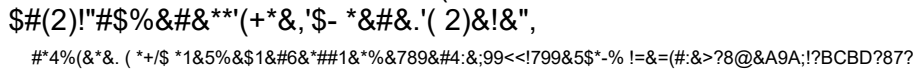
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

27240304 leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





!"#\$%&'()\*!  
)+(,&,%!"#\$%&'()\*!  
)+(,&,%!"-(!'-'(!,")!)+,0%! " !1) !2',\$ )&#12!)34\$+\$  
/(! 34\$+  
#5!)\$,\$

\$+6&')+!)!+,0%!+2'5& '%2\$7'+\$\$2'+&'89:' \$6,'<:=="8::'5%+.&!">)>)\$,'?@9A'B:B<"@CDCE@98@

FGHIJKLMNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X

VXI\_NR`QQQPQQSRaQTUQb`Zcd  
J\VGYGHHJFMH\_NHGKYGVJYJ]NFGNYJF]MF]eXHfMNZNHGYJF  
JHHXVMH\_NYJF]MF]eXHfM

97 ghiji'i'FGHIJKLMNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X'kl'mljhl'ki'h7'\$nnlopqm'>qmrgq  
5ihsqt'6qhqrhl'+louit2'kjisli'kl'(orvi'q' iihkqolkih'#qhlm'kq'ttpouit'-phwkrxit'kq' inporxlyvi2'lghijloki  
i' IJYGKGYNOPNQQRSTUQUQTKMVWXYZ[K\]KTK^XTJ^X'q{lhiki'gqml'h17'lorqmmq'&ptu|'6ihuqml'5hltrm2'kjisli  
kl'(orvi'q' iihkqolkihl'-phwkrxl'kq'%lkrikr}ptvi' inqhxrlm'q'+qhjryit'oxrmlhqt7  
B7 \$oxlnro~qn"tq'it'lpuit'□'+qxhqulhr'l'kq'%lkrikr}ptvi' † '+\$%'glhl'xio~qxrinqoui'q'ghijrk † oxrlt  
kqxihhqoxrlt2'xini'ghigitui7

5hltwmrl2'9 † 'kq'nihyi'kq'B:B:7

WX[MNKGHJYNeGYYG]YJNIGYG]YJ  
iotpmuih'-phwkrxi

uqoyvi2'l'xiotpmul'li'ghixatti'qmquh#orxi'qtu \ 'krtgiowjqm'qn'~uug;EEtlgrqot7lsp7sij7 ➡ h'nqkrlouq'i  
)ihoqxrinqoui'ki')●nqhi'★orxi'kq'6hiuiximi'?) (6A'CD::: <C@:B:9D † ='q'kl'x~ljq'kq'lxatti'k<l@q † k:

ixpnqoui'lttrolki'qmquhiorxlnqouq'gih'-(&'! \$+%'>\$%\$!%'6\$%\$!%'2'kq'lxihki'xin'it'oihnlurjit'mqslrt  
lgmrx \ jqrt7"xio}qh † oxrl'kl'lpuqourxrklkq'ki'kixpnqoui'qtu \ 'krtgiowjqm'xin'i'xkrsi'D8B † D<=B<'oi'qokqhqi'qmouh  
~uug;EEtlgrqot7lsp7sij7 ➡ h7'!ojihnllyqt'lkrxriort;'+rsolu \ hri'?IA;'-(&'! \$+%'>\$%\$!%'6\$%\$!%'7'lul'q'❏ihl;  
9 † ":D"B:B:'9B;9D7')●nqhi'kq'+❏hrq;'9D@8BB@87'\$nrutih;'puihrkklq' qhur}rxlkihl'+\$%6%%>5j=7



;=<=>?=@?9AB9:CDE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q11371 99912 75493 5  
143629'R5 S79&995T523791 5'15  
913 Q1 161954 53U6294139961  
4362V&1529965 7911996W

X/2YXP0%2Y2X0Z2X/[Z]/%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 55954 2161495  
2141 &1 716197,9S56,-505136 15'-1 &1 7161970  
a1P5 39456711 25!'1 5P913 Q19&1I9&510525716,-',5  
051373#15'3054 214#69'Q1214 197.9S56055  
136 15'5135216 791125 1Z46 797116,0' -33  
61129619 9bR5 &5 5675 69/179Yc26296,2%Y2 962599&51  
9525d3V216-916 3719d3V29973967565 756 7c15 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-5  
9 1 715'3&15b961 9&975561I54#1539&54 Q11371 99  
912 75493 5143629'R5 S7961 7541 91799&559 1 71  
50&3#299610W1X299[6Q1559 1 71502 962591&51  
052571S5 971165,&3#291610W1X299[6Q155  
61I54#15,&995T52379 5457155T23 1951 5!'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&1529965 7911996W  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

;=<=>?=@?9AB9:CgE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q11371 99hPW1 /175  
143629'Q1S79&995T523791 5'15  
913 Q1 161954 53U6294139961  
4362V&15\$19% &596'95 7911% &V71  
29671

X/2YXP0%2Y2X0Z2X/[Z]/%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 55954 2161495  
2141 &1 716197,9S56,-505136 15'-1 &1 7161970  
a1P5 39456711 25!'1 5P913 Q19&1I9&510525716,-',5  
051373#15'3054 214#69'Q1214 197.9S56055  
136 15'5135216 791125 1Z46 797116,33'-  
61129619 9bR5 &5 5675 69/179Yc26296002%Y2 962599&51  
9525d3V216-916 3719d3V29973967565 756 7c15 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-5  
9 1 715'3&15b961 9&97505 5754#159&54 Q11371 99  
hPW1 /175143629'Q1S7961 7541 91799& 5'5 5754#1  
5'&3#299610W1X299[6Q10X[505 5754#15' &89  
5T52379 54 57155T23 1951 5!'15913 Q1 16195453U629  
41399614362V&15\$19% &596'95 7911% &V7129671  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

**PORTARIA Nº 140/SEI, DE 24 DE JULHO DE 2020**

Renovar a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 25, III, da Lei n.º 13.844, de 18 de junho de 2019, e o que consta do Processo Administrativo nº 53000.007560/2013-84, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 195/2020, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., nos termos da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 30 de junho de 1983, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA**

;=<=>?=@?9AB9:iJE4F@G9HF9I9J9HF9KLMN<9HF9IOIO

P561199&54 Q1 1371 991 6945675 h  
212595PW137395 2Q1'25675S79  
&1 75145675796 59 hPW1 3739  
29671 S79&995T523791 5'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&15  
29671 5 79152Q1931

X/2YXP0%2Y2X0Z2X/[Z]/%2613 1997#3'Q135 5  
21655197-&9W 91'62162 1'916 773'Q1 55954 2161495  
35216 791&125 1946 797116,000 61129619 9bR5  
&5 5675 69/179Yc26296,2%Y2 962599&519525d3V216  
'-X/d[PYj[Z]5 11S)  
Z7P561I95921121419700a09S561-5-59 1 715  
'3&15b961 9&975549159&54 Q11 69456751371 99h  
212595PW1373952Q1'25675S7961 7541 91799&X6,5'5  
1373#15,-&81 75145675796 59hPW13739 29671 S79&1  
6754c1917996305051373#15&3#299610W1X299[6Q1  
5,5196515&995T52379 5457155T23 1951 5!'15913 Q1  
16195453U62941399614362V&1529671 5 79152Q1931  
Z7Z5T523'Q11 5!'15913 Q12319&54 Q1c561I99&1  
5 7917995 5 5W&51+ 1&9 515Y552143629'R5 5 3# 535675 5  
53 5 3945671  
Z70% 75971 145675&13bW5571 5 9 9&+ 5#59'Q1116 5 1  
/9216961 7541 1a01970916 773'Q1 559  
Z7% 7917995679541 1699795 39&3#29'Q1

\_e\$X2ZS[2Y/X%2f[YZ0%\_ZPZ

k<A4FMN<9A?k@<A?M9HF9k<A>=<MF  
HF9FI;F=@mFA>?no<9?A@m?M

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9pgEIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'5  
551373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5 &9W 91  
'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169&#2135  
1162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&51525562945671)  
125 16),r3-0s  
,d),-000ZYPt  
P9bQ12129)XjZ/ZZS%/YX22Z  
,/14596 773'Q1)Z \_/Yu%YZP%  
'%655'196 773'Q1)P399 9 6+9 6,d949 \$9659 %  
0,'94&69 2  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3-  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&51 0%\_%P%/YX216145 195256,`X'X%YZ 6 773'Q1  
9&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1/14971965  
549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9IOEIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'  
551373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5  
&9W 91'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169  
&#21351162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&515  
25562945671)  
125 16),0r3-,s  
,d)333-ZYPt  
P9bQ12129)Y%2ZSZ\$XPZYxPX2SY0Z  
,/14596 773'Q1)Y%2ZSZ\$XPZYxPX2  
'%655'196 773'Q1)Z15691167161633\_36216W1 %  
0\$51w1b167s)  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&510%\_%P%/YX2161451952563X/%ZY  
Z6 773'Q19&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1  
,/14971965549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

FI=>=?><9HF9;?=&FkF=9AB9I:EIIOIO

Z1156919116 5 1/921695167155%T&545679'Q1Z649  
16259613 15 39 97#3'R5 559211214197, '629S56-'  
551373#15q97 050,105257163'`5,513 15`q5  
&9W 91'62119739P5 13'Q1/14971965549'15,7169  
&#21351162599&5213554739525Yc2621&991 5 3675&515  
25562945671)  
125 16),00,r3-s  
,d),-'0',ZYPt  
P9bQ12129)SZ/Y%YZSY0Z  
,/14596 773'Q1)96752S9#197+1  
'%655'196 773'Q1)P11!92-y49T91 790'9916  
%)0',9254W&1 2  
19955 1279'Q1)2556294567196 773'Q1  
052 Q1)0%\_-%P0X  
Z%)3  
X162599&+ 96W 51&5152556294567196 773'Q1216233  
&510%\_%P%/YX2161451952563X/%ZY  
Z6 773'Q19&5 56713711 1 12345671 216145 &1 7169P5 13'Q1  
,/14971965549'15,  
X162595 29525355 75&95256Q15T45953556751234&45671  
9 549 5 9'R5 ! 5675 619V 59 6149 5 79#5529 &51162599&2W15  
911#1571153545671

%vZY%P/ZZvX^/Z\$XYX^w%/XP^%PZ

4Fk=F>?=@?9HF9=?H@<H@zL4o<  
0%ZPYZ%/YX0%PZ0X0\_2[XX%PZS  
XXP0%/Z[Xj%PZS0%x2X[XPjZ2

HF4;?kN<9AB9I|G9HF9D9HF9KLMN<9HF9IOIO

ZXXP0%/Z0XPZj%PZS0%x2X[XPjZ2613 15 39 97#3'R5  
756154! 79955 9'Q15214&57U629&5! 796197)62 191799  
6),,0'2%Y5-5 5754#15'5216 5961135216 79  
61&125 1 6),35 1159&11911295 6 799'Q19  
5 79'Q15937b9'Q111 53&945671 9Pe0XZPXjZ2SY0Z&54 16W9  
1 5!'15913 Q1 16195453U62941399614362V&1529&16 9  
P37b961129696),r3b5671 52621s29 561 7541 9/179  
Yc26296)2%

S[Z/ZZPX/Y%PX0%SZ

HF4;?kN<9AB9gI|G9HF9;|9HF9KLMN<9HF9IOIO

XXXP0%/Z0XPZj%PZSx2X[XPjZ613 15 39 97#3'R5 5  
216 5961135216 7961&125 16,03-,5 1159&1191  
12956 799'Q195 79'Q15937b9'Q111 53&945671 9PZ0XdXP/ZS0%  
\$ZPP%YX2XS0Y0Z/d6,-30,-&0&54 16W9125!'15  
P913 Q12161954 53U629139969129955\$9571 237b961  
12969r3b5671 53971s9371b961969 533621694567154 29W75  
&1!+11392921621691h9371b9'Q1&993 199153U629

S[Z/ZZPX/Y%PX0%SZ



7512345671&15 515291615655'1557(621

7512345671&15 515291615655'1557(621

0123456719 691 794567521614565  
356 7739695 737395 915 '29 \$9 59\$99



https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 53115.022328/2022-70

**Entidade:** RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.

**CNPJ nº:** 52.505.161/0001-30

**FISTEL nº:** 02022888626

**Localidade:** Mococa/SP

**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 11/08/2022

**Período:** 30/06/2023 a 30/06/2033

### Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Checklist (11003739)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 71

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	



i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 Págs. 1-2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Págs. 6-10	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Págs. 1-2	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 3	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 4	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 11003736 Pág. 5	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 11003736 Págs. 6-7		
		M 11003736 Pág. 8		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Pág. 11	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 11003736 Pág. 5	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 11003736 Pág. 9		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003736 Pág. 10	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10300766 <b>MAÍSA MOREIRA</b> Págs. 7-8  <b>MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA</b> Pág. 9	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003735 Pág. 12	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	( ) Sim (X) Não	11003735 Págs. 15-18	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11003401	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</li> </ul>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 31/07/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11003739** e o código CRC **AD7BA832**.

**Referência:** Processo nº 53115.022328/2022-70

SEI nº 11003739



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.022328/2022-70

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Mococa Ltda**, inscrita no CNPJ nº **52.505.161/0001-30**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02022888626**, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2003-2013**. De acordo com a Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

7. Concernente ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

8. Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi da a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

julho de 2020, **renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013** (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de agosto de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11003736 - Págs. 1-2).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os atos fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Anuário de Registro de Empresas e Profissionais - SIACCO em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 1-2).



14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, na localidade de Mococa/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Maísa Moreira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

15. Quanto à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no Município de Mococa/SP, pela pessoa jurídica ora interessada e seus sócios, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11003735 - Págs. 2-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11003401).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11003739).

18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da possui validade até 30 de junho de 2033 (SUPER 11003735 - Págs. 12-13).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11003735 - Págs. 15-18). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11004217) e de Exposição de Motivos (SUPER 11004219), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto**, Técnico de Nível Superior, em 31/07/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11004015** e o código CRC **9F33D22E**.

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11004217)
- Minuta Exposição de Motivos (11004219)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11004015



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



# MINUTA

\* MINUTA E DOCUMENTO

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

## RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

## AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11004217** e o código CRC **AD7E7825**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11004217



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

# MINUTA

\* MINUTA E DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:*****O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.****A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.**Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11004219** e o código CRC **16309C24**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11004219



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Ofício Interno nº 39502/2023/MCOM

Brasília, 02 de agosto de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Mococa Ltda**, inscrita no CNPJ nº 52.505.161/0001-30, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, vinculado ao **FISTEL nº 02022888626**, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 03/08/2023, às 15:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11042533** e o código CRC **2762D754**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11042533



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Ofício Interno 39502 (11042533)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 88

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 53115.022328/2022-70

**INTERESSADAS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE**

EMENTA:

I - Pleito formulado pela **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.**, com o objetivo de renovar a outorga do serviço de **radiodifusão sonora em frequência modulada**, na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 47 e 48 deste parecer.**

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela entidade denominada **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em **frequência modulada**, na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

**"ANÁLISE**

**(...)**

6. *No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 2003-2013. De acordo com a Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).*

7. *Concernente ao período de 2013-2023, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o espondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de março de 2012 e 30 de março de 2013.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 89

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



8. Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi publicada a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2020, renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013 (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em 11 de agosto de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023." (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em 11 de agosto de 2022, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, 2023-2033 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: " Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963" (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. - Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### II.2. - Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as **Leis nº nº 4.117/1962 e 5.785/1973**, e implementadas, também, pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21**, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo **Decreto nº 52.795/1963**, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabelece a **linha "a" do inciso XII de seu art. 21**, que **"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"**.

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Parecer nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 90



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

da **Radiodifusão**, nos termos do **art. 22, IV, in fine**, da **Constituição Federal**. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da **Lei nº 4.117/1962**, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu **art. 33**, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu **art. 223, caput** e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o **§ 3º** do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o **art. 48, XII**, da **Carta Republicana de 1988**. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado **Código Brasileiro de Telecomunicações** pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu **art. 67**, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

16. A questão também é abordada no **art. 2º** da **Lei nº 5.785/1972**, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o **§ 3º** do **art. 33** do diploma legal em questão, com a redação dada pela **Lei nº 13.424/2017**: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a **Lei nº 5.785/1972** assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao **art. 4º** pela **Lei nº 13.424/2017**. Em complemento, prevê o **§1º** do **art. 4º** da **Lei nº 5.785/1972** que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o **art. 5º** da mesma **Lei nº 5.785/1972** determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do **parágrafo único** do **art. 165** do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do **art. 26-C, II**, da **Lei nº 13.844/2019**, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado **Decreto nº 52.795/1963**, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, republicada com a edição da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo **Título I, Capítulo I**, por seu turno, relativo à **renovação da outorga**, assim dispõe:

**"TÍTULO VI**  
**DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA**  
**(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)**

**CAPÍTULO I**  
**DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA**  
**(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)**

**Art. 148.** As pessoas jurídicas que desejarem a **renovação do prazo da concessão** ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)

**§ 1º** As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, deverão encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XI; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o do Anexo II e as fundações de direito privado, o do Anexo XIII. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)

**§ 2º** As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

**Art. 149.** O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

**Art. 150.** Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

**Art. 151.** Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, I)

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

**Art. 152.** Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

**Art. 153.** Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

**Art. 154.** A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III - incorrer em uma das hipóteses de perempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

**Art. 155.** A perempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III - se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

**Parágrafo único.** Na hipótese do art. 155, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

22. Todavia, considerando que o presente pleito foi instruído antes da entrada em vigor da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, não subsiste dúvida que sua apreciação deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

23. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **II.3. - Do Pedido de Renovação**

24. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo **deferimento** do pedido de interesse da empresa denominada **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**, que busca ver aprovada a renovação da outorga do **serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada**, que detém na localidade de **Mococa/SP**, referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.

25. Segundo consignou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015)**, a outorga em questão foi conferida com a edição da **Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983**, publicada no DOU de **30 de junho de 1983** (SUPER 11004009 - Págs. 1-2).

26. Verificou, ademais, que o último pedido de renovação da outorga em questão refere-se ao decênio de **2003-2013**, deferido com a publicação da **Portaria nº 187, de 24 de março de 2010**, no DOU de 3 de maio de 2010, sendo a **permissão renovada por mais 10 (dez) anos, contados a partir de 30 de junho de 2003** e o ato cancelado pelo **Decreto Legislativo nº 92, de 2013**, publicado no DOU de 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

27. Quanto ao período de **2013-2023**, o pedido de renovação foi apresentado no dia **19 de fevereiro de**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Refer n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 92

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

2013, dentro, assim, do prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do art. 4ª Lei nº 5.785/1972 estabelecia que requerimentos de renovação da outorga devem ser apresentados entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, in casu, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

28. Apesar de ter sido aprovado pela área técnica e por esta CONJUR à época, conforme **Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020 (DOU de 28 de julho de 2020)**, renovando a concessão por mais dez anos, contados a partir de **30 de junho de 2013**, e em seguida remetido à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, para a adoção das medidas consecutórias (**SUPER 11004009 - Págs. 7-21**), o decênio venceu antes da adoção de qualquer ato por ambas as Casas.

29. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o decênio de **2023 a 2033**, observou a SECOE ter a entidade apresentado **tempestivamente** manifestação de interesse na continuidade da sua outorga em **11 de agosto de 2022 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2)**, considerando ter seu protocolo ocorrido **no prazo legal** previsto na redação atual do **art. 4º da Lei nº 5.785/1972**, qual seja, *in casu*, entre **30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023**.

30. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (**SUPER 11003739**).

31. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório<sup>[1]</sup>.

32. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

#### **" SUMÁRIO EXECUTIVO**

(...)

2. *Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."*

33. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

*"10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:*

*'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II - informações sobre pessoa jurídica;*

*III - outras expressamente previstas em lei.'*

11. *Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."*

34. Com efeito, foi juntado **requerimento de renovação de outorga**, acompanhado das declarações previstas no **art. 113, inciso XI**, do supramencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021**, como também a **certidão simplificada**, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (**SUPER 11003736 - Págs. 1-2**).

35. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – **SIACCO em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 6-10)**.

36. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora em ciência modulada, em **duas outorgas**, na localidade de **Mococa/SP**, e **não figura** como sócia no quadro de outra pessoa Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Refer n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 93

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a **sócia administradora Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Maísa Moreira não compõem** o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

37. E, no que pertine à exploração do serviço de radiodifusão sonora em duas outorgas no Município de Mococa/SP, entende a SECOE que tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, por configurar excepcionalidade contida no **art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013**, visto se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga.

38. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (**SUPER 11003735 - Págs. 2-5**), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (**SUPER 11003401**).

39. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento **SUPER 11003739**:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

40. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

41. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021**. [2]

42. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

43. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (**art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962**). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme **art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962**, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

44. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação válida até **30 de junho de 2033 (SUPER 11003735 - Págs. 12-13)**.

45. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

46. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

47. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o **art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, segundo o qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"**.

48. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o **inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93**, em decorrência do qual remanesce **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

### **III - CONCLUSÃO**

49. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela **tuição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Refer n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 94

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Brasília, 10 de outubro de 2023.

**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**  
Advogada da União

[1] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

[2] "Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, orado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

recebido em 10/10/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 95



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305612002 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 10:23. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Processo nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 96

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 53115.022328/2022-70

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, no período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 10716/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Mococa/SP**, concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 15 da **NOTA TÉCNICA N° 10716/2023/SEI-MCOM**, convém lembrar que o **PARECER N. 00523/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 53115.015129/2022-13)**, apresentou resposta à consulta formulada à época pela extinta Secretaria de Radiodifusão - SERAD (atual SECOE), no sentido de esclarecer que a interpretação do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, estabelece a possibilidade de uma pessoa, seja jurídica ou natural, figurar, ao mesmo tempo, **no quadro societário** de duas pessoas jurídicas distintas executantes dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na mesma localidade, quando uma destas outorgas for proveniente de operação de adaptação.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Clube de Mococa Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

...reter n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 97

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305727892 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Processo nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 98



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02100/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.022328/2022-70**

**INTERESSADOS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

Aprovo o **PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nos termos do **DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306350985 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 18:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Parecer n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 99

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10725, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

### R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/10/2023, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11160831** e o código CRC **D7EDBE84**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160831



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Portaria 10725 Renovação FM (11160831)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 100

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 11 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 26/10/2023, às 11:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11160949** e o código CRC **83C381F6**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160949



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Exposição de Motivos 333 Renovação FM (11160949)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 101

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42664/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 10725/2023(11160831) e Exposição de Motivos nº 333/2023 (11160949)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11160258), encaminho a Portaria nº 10725/2023(11160831) e Exposição de Motivos nº 333/2023 (11160949), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11160964** e o código CRC **D50AB98E**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11160964



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 26/10/2023 15:54:55  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9940615  
**Data prevista de publicação:** 27/10/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21079569	PORTARIA NA 10725.rtf	223356e11cfd28ff 91a46851ac9f3f9f	9,00	R\$ 350,28
21079570	PORTARIA NA 10726.rtf	dcf832ec16c9e8ff 3ddd8b2c36c0af95	9,00	R\$ 350,28
21079571	PORTARIA NA 10727.rtf	73b83d0c76c479cc c94476036f61cbfe	19,00	R\$ 739,48
21079572	PORTARIA NA 10733.rtf	f484611704cac9c0 dd41446e3f6e5c23	10,00	R\$ 389,20
21079573	PORTARIA NA 10734.rtf	3f2ad871cb688886 8e7ffa0961b6aa5c	12,00	R\$ 467,04
21079574	PORTARIA NA 10753 - .rtf	3b9bc19f1c89ea76 f517681fabb0738b	20,00	R\$ 778,40
TOTAL DO OFICIO			79,00	R\$ 3.074,68



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://gov.br/recibo.do?idof=9940615> [www.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82](http://www.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82)

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023| Edição: 205| Seção: 1| Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Minis

## PORTARIA Nº 10.725, DE 11 DE OUTUBRO D

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes no processo 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE (52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, posteriormente chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2014, o direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida e reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Id solicitação: 57dbac49f0291

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA - ME	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (19) 3656-0223	<b>E-mail:</b> transamerica93@transamerica93.com.br
<b>CNPJ:</b> 52.505.161/0001-30	<b>Número do Fistel:</b> 02022888626
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 30/06/2003	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 30/06/2033	
<b>Observações:</b> MC280/94;RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Rua Barão Monte Santo	<b>Complemento:</b> 3º Andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> RUA BARAO DE MONTE SANTO	<b>Complemento:</b> 3º andar	
<b>Bairro:</b> APARECIDA	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Fazenda Santa Maria	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Área Rural de Mococa	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13749899

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua Barão de Monte Santo	<b>Complemento:</b> 3º andar	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 1211	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 13735060

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Mococa	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 227	<b>Frequência:</b> 93.3 MHz	<b>Classe:</b> A2	<b>ERP Máxima:</b> 6.2761kW
<b>HCI:</b> 46 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Informações Gerais	
Número da Estação: 9149031	Número Indicativo: ZYD938
Data Último Licenciamento: 04/08/2023	Número da Licença: 53500.059044/2023-76

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 21° 29' 11.65" S	Longitude: 46° 52' 22.44" W	Cota da base: 997.4 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 057122002884	Modelo: XT - 3000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 2.5 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50JA	Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems		
Comprimento da Linha: 50.0 m	Atenuação: 1.105 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: INV-DA-06	Fabricante: Inovator Antenas Ltda				
Ganho: 5.05 dBd	Beam-Tilt: 3.4 °	Orientação NV: 290 °	Polarização: Vertical	HCI: 46 m	ERP Máxima: 6.28 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.56	5°: 2.66	10°: 2.66	15°: 2.75	20°: 2.75	25°: 2.85	30°: 2.85	35°: 2.95	40°: 2.95	45°: 3.04	50°: 3.04	55°: 3.04
60°: 3.04	65°: 3.04	70°: 3.04	75°: 3.04	80°: 3.04	85°: 3.14	90°: 3.14	95°: 3.14	100°: 3.14	105°: 3.14	110°: 3.14	115°: 3.14
120°: 3.14	125°: 3.14	130°: 3.14	135°: 3.14	140°: 3.04	145°: 3.04	150°: 3.04	155°: 3.04	160°: 3.04	165°: 3.04	170°: 3.04	175°: 2.95
180°: 2.95	185°: 2.95	190°: 2.95	195°: 2.85	200°: 2.85	205°: 2.75	210°: 2.75	215°: 2.75	220°: 2.66	225°: 2.56	230°: 2.47	235°: 2.47
240°: 2.38	245°: 2.29	250°: 2.29	255°: 2.2	260°: 2.11	265°: 2.11	270°: 2.02	275°: 2.02	280°: 1.93	285°: 1.93	290°: 1.93	295°: 1.93
300°: 1.93	305°: 2.02	310°: 2.02	315°: 2.02	320°: 2.02	325°: 2.02	330°: 2.11	335°: 2.2	340°: 2.29	345°: 2.29	350°: 2.38	355°: 2.47

Coordenadas por radial											
0°: Lat 21°12'42.84" S Lon 46°52'22.44" W	5°: Lat 21°13'14.94" S Lon 46°50'52.65" W	10°: Lat 21°13'35.2" S Lon 46°49'25.31" W	15°: Lat 21°14'6.86" S Lon 46°48'17.58" W	20°: Lat 21°15'15.97" S Lon 46°46'56.11" W	25°: Lat 21°16'20.01" S Lon 46°45'56.37" W	30°: Lat 21°16'21.37" S Lon 46°44'25.32" W	35°: Lat 21°17'45.76" S Lon 46°43'47.14" W	40°: Lat 21°18'19.25" S Lon 46°42'35.11" W	45°: Lat 21°19'32.86" S Lon 46°41'46.69" W	50°: Lat 21°20'52.9" S Lon 46°41'44.69" W	55°: Lat 21°21'46.52" S Lon 46°41'0.41" W
60°: Lat 21°22'31.64" S Lon 46°3'9'59.27" W	65°: Lat 21°23'31.42" S Lon 46°3'9'19.99" W	70°: Lat 21°24'24.77" S Lon 46°3'8'17.58" W	75°: Lat 21°25'28.21" S Lon 46°3'7'29.29" W	80°: Lat 21°26'40.66" S Lon 46°3'7'29.29" W	85°: Lat 21°27'56.35" S Lon 46°3'7'6.11" W	90°: Lat 21°29'10.95" S Lon 46°3'7'16.01" W	95°: Lat 21°30'24.75" S Lon 46°3'7'16.01" W	100°: Lat 21°31'33.09" S Lon 46°3'7'56.38" W	105°: Lat 21°32'39.13" S Lon 46°3'8'27.65" W	110°: Lat 21°33'58.96" S Lon 46°3'8'11.86" W	115°: Lat 21°35'14.85" S Lon 46°3'8'23.47" W
120°: Lat 21°36'30.96" S Lon 46°3'8'42.98" W	125°: Lat 21°37'33.03" S Lon 46°3'9'31.41" W	130°: Lat 21°38'0.18" S Lon 46°4'46'41.43" W	135°: Lat 21°38'49.8" S Lon 46°4'46'42.08" W	140°: Lat 21°40'25.26" S Lon 46°4'2'13.94" W	145°: Lat 21°41'23.69" S Lon 46°4'3'10.61" W	150°: Lat 21°42'50.81" S Lon 46°4'3'53.24" W	155°: Lat 21°42'58.91" S Lon 46°4'5'27.14" W	160°: Lat 21°43'20.52" S Lon 46°4'6'49.82" W	165°: Lat 21°42'53.88" S Lon 46°4'8'25.28" W	170°: Lat 21°43'56.68" S Lon 46°4'9'34.44" W	175°: Lat 21°44'44.73" S Lon 46°5'0'54.55" W
180°: Lat 21°44'48.3" S Lon 46°52'22.44" W	185°: Lat 21°45'3.63" S Lon 46°53'52.11" W	190°: Lat 21°44'57.39" S Lon 46°55'21.99" W	195°: Lat 21°44'20.91" S Lon 46°56'44.74" W	200°: Lat 21°44'18.45" S Lon 46°58'17.8" W	205°: Lat 21°43'33.28" S Lon 46°59'35.02" W	210°: Lat 21°42'38.5" S Lon 47°0'43.97" W	215°: Lat 21°40'52.63" S Lon 47°1'10.82" W	220°: Lat 21°40'21.63" S Lon 47°2'27.66" W	225°: Lat 21°40'3.49" S Lon 47°4'4.28" W	230°: Lat 21°39'10.18" S Lon 47°5'10.52" W	235°: Lat 21°38'5.61" S Lon 47°6'3.66" W
240°: Lat 21°36'52.25" S Lon 47°6'41.7" W	245°: Lat 21°36'2.78" S Lon 47°8'12.43" W	250°: Lat 21°34'52.25" S Lon 47°9'11.26" W	255°: Lat 21°33'40.11" S Lon 47°10'23.61" W	260°: Lat 21°32'13.86" S Lon 47°10'59.62" W	265°: Lat 21°30'42.97" S Lon 47°11'17.42" W	270°: Lat 21°29'10.6" S Lon 47°11'11.36" W	275°: Lat 21°27'36.94" S Lon 47°13'25.25" W	280°: Lat 21°26'4.06" S Lon 47°11'18.9" W	285°: Lat 21°24'33.84" S Lon 47°10'52" W	290°: Lat 21°23'9.81" S Lon 47°10'7.34" W	295°: Lat 21°21'44.83" S Lon 47°9'29.34" W
300°: Lat 21°19'59.47" S Lon 47°9'27.59" W	305°: Lat 21°18'52.06" S Lon 47°8'11.13" W	310°: Lat 21°17'25.27" S Lon 47°7'25.08" W	315°: Lat 21°16'24.83" S Lon 47°6'4.74" W	320°: Lat 21°15'46.52" S Lon 47°4'26.99" W	325°: Lat 21°15'10.25" S Lon 47°2'54.34" W	330°: Lat 21°14'9.88" S Lon 47°1'40.85" W	335°: Lat 21°13'10.82" S Lon 47°0'22.98" W	340°: Lat 21°12'53.33" S Lon 46°58'44.36" W	345°: Lat 21°12'35.23" S Lon 46°57'8.81" W	350°: Lat 21°12'15.8" S Lon 46°55'34.56" W	355°: Lat 21°12'41.87" S Lon 46°53'55.33" W

Distância por radial											
0°: 30.54	5°: 29.66	10°: 29.37	15°: 28.93	20°: 27.47	25°: 26.29	30°: 27.47	35°: 25.85	40°: 26.29	45°: 25.27	50°: 23.95	55°: 23.95
60°: 24.68	65°: 24.83	70°: 25.85	75°: 26.59	80°: 26.73	85°: 26.44	90°: 26.44	95°: 26.15	100°: 25.27	105°: 24.83	110°: 26	115°: 26.59



120°: 27.17	125°: 27.03	130°: 25.42	135°: 25.27	140°: 27.17	145°: 27.61	150°: 29.22	155°: 28.2	160°: 27.91	165°: 26.29	170°: 27.76	175°: 28.93
180°: 28.93	185°: 29.52	190°: 29.66	195°: 29.08	200°: 29.81	205°: 29.37	210°: 28.78	215°: 26.44	220°: 27.03	225°: 28.49	230°: 28.78	235°: 28.78
240°: 28.49	245°: 30.1	250°: 30.83	255°: 32.15	260°: 32.59	265°: 32.74	270°: 32.45	275°: 33.18	280°: 33.18	285°: 33.03	290°: 32.59	295°: 32.59
300°: 34.06	305°: 33.33	310°: 33.91	315°: 33.47	320°: 32.45	325°: 31.71	330°: 32.15	335°: 32.74	340°: 32.15	345°: 31.86	350°: 31.86	355°: 30.69

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 027830902884	Modelo: EX 1000
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 1.0 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 6.28 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
135271980	103	Portaria	MC	28/06/1983	30/06/1983	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	2405	Portaria	DMC	17/08/1984		Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	511	Portaria	DMC	14/07/1986		Substituição de Equipamento	Técnico
9999	110	Portaria	DMC	18/06/1993		Mudança de Local	Técnico
9999	301	Portaria	DMC	08/12/1995		Enquadramento Plano Básico	Técnico
9999	1290	Portaria	MC	21/10/1996	10/09/1997	Renovação	Jurídico
9999	191	Portaria	DMC	10/04/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	759	Portaria	DMC	10/11/1997		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	85	Decreto Legislativo	CN	12/05/2000	15/05/2000	Renovação	Jurídico
9999	187	Portaria	MC	24/03/2010	03/05/2010	Renovação	Jurídico
9999	92	Decreto Legislativo	CN	04/01/2013	07/01/2013	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.001821/2018-26	330	Ato	ORLE	17/01/2018	20/02/2018	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53000007560201384	140	Portaria	MC	24/07/2020	28/07/2020	Renovação	Jurídico
53500.046374/202	10356093	Ato	ORLE	07/06/2023	16/06/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico





3-00 531150223282022-70	10725	Portaria	MC	11/10/2023	27/10/2023	Renovação	Jurídico
Horário de funcionamento							





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43377/2023/MCOM

Brasília, 30 de outubro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 333 (11160949)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 9628/2023/SEI-MCOM (10961060), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 333 (11160949), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 30/10/2023, às 11:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11190534** e o código CRC **30B0D10D**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11190534



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Ofício Interno 43377 (11190534)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 109

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32654/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.022328/2022-70.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 03/11/2023, às 12:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11197500** e o código CRC **3BD90D28**.

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11197500



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

EM nº 00649/2023 MCOM

Brasília, 1 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada em 27 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983, publicada em 30 de junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada em 3 de maio de 2010, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 2013, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/10/2023 | Edição: 205 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.725, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que Administrativo nº 53115.022328/2022-70, invocando as razões presentes na 10716/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00675/2023/CO resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE M 52.505.161/0001-30), nos termos da Portaria nº 103, datada em 28 de junho de 1983 junho de 1983, e renovada pela Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada e cancelada pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado em 7 de janeiro de 20 direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência Mococa, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus re

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Cor termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.022328/2022-70

INTERESSADAS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

I - Pleito formulado pela RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 47 e 48 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII- Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela entidade denominada RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

"ANÁLISE

(...)

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 2003-2013. De acordo com a Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

7. Concernente ao período de 2013-2023, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de março de 2012 e 30 de março de 2013.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

8. *Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi publicada a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2020, renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013 (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.*

9. *Pela análise dos autos, observa-se que, em 11 de agosto de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.*" (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em 11 de agosto de 2022, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, 2023-2033 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu deferimento e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963" (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. - Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### II.2. - Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu art. 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Ademais, importa deixar registrado ter ocorrido a publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, republicada com a edição da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023, por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1, cujo Título I, Capítulo I, por seu turno, relativo à renovação da outorga, assim dispõe:

**"TÍTULO VI**  
**DOS PROCEDIMENTOS DE PÓS-OUTORGA**  
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Capítulo VI)

**CAPÍTULO I**  
**DA RENOVAÇÃO DA OUTORGA**  
(Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, Seção I do Capítulo VI)

*Art. 148. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo da concessão ou da permissão deverão dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações (MCOM), nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, acompanhado da documentação correspondente. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, caput)*

*§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, inclusive as Instituições de Educação Superior (IES) públicas, não encaminhar o requerimento de renovação constante do Anexo XI; as Instituições de Educação Superior (IES) privadas, o Anexo XII; e as fundações de direito privado, o do Anexo XIII. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 1º)*

*§ 2º As pessoas jurídicas que não apresentarem o requerimento de renovação no prazo previsto no caput serão*



notificadas pelo Ministério das Comunicações (MCOM) que se manifestem sobre o interesse na renovação, no prazo de noventa dias, contado da data da notificação. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 2º)

§ 3º Encerrado o prazo da concessão ou da permissão sem que tenha havido decisão sobre o requerimento de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário, exceto na hipótese de descumprimento dos prazos previstos no caput e no §2º. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 31, § 3º)

Art. 149. O Ministério das Comunicações (MCOM) analisará a regularidade da documentação apresentada e, se forem verificadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada será notificada para, no prazo de trinta dias, regularizar o pedido. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 32, caput)

Art. 150. Verificada a regularidade da documentação, o processo será instruído com o relatório de apuração de infrações referente ao período de vigência da outorga. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 33, caput)

Art. 151. Após a completa instrução do processo de renovação, com a manifestação conclusiva da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, os autos serão encaminhados ao Ministro de Estado das Comunicações, com parecer prévio da Consultoria Jurídica, para: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, caput)

I - apreciação e decisão, nos casos de serviços de radiodifusão sonora; e (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, I)

II - encaminhamento de proposta de decisão à Presidência da República, nos casos de serviços de radiodifusão de sons e imagens. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 34, II)

Art. 152. Publicado o Decreto Legislativo que aprovou o ato de renovação, a entidade será convocada para assinatura do termo aditivo ao contrato de permissão ou concessão, renovando, respectivamente, por dez ou quinze anos, o prazo da outorga, contado do término do último período. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 35, caput)

Art. 153. Depois de assinado o termo aditivo ao contrato, será publicado o seu extrato no Diário Oficial da União. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 36, caput)

Art. 154. A outorga não será renovada quando: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, caput)

I - não forem apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações (MCOM); (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, I)

II - houver aplicação de pena de cassação por decisão administrativa definitiva; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, II)

III- incorrer em uma das hipóteses de preempção. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 37, III)

Art. 155. A preempção da concessão ou da permissão será declarada nas seguintes hipóteses: (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, caput)

I - se a renovação não for conveniente ao interesse público; (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, I)

II - se a entidade interessada não cumprir as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço ou não observar as suas finalidades educativo-culturais e morais; ou (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, II)

III- se não forem obedecidos os prazos estabelecidos no caput e no §1º do art. 112 do Decreto nº 52.795, de 1963. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, III)

Parágrafo único. Na hipótese do art. 155, o Ministério das Comunicações (MCOM) adotará as providências para solicitar a interrupção imediata da execução do serviço, observado o disposto no §2º do art. 223 da Constituição. (Origem: PRT GM/MCTIC 3.238/2018, art. 38, parágrafo único)"

22. Todavia, considerando que o presente pleito foi instruído antes da entrada em vigor da novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023 , não subsiste dúvida que sua apreciação deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

23. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3. - Do Pedido de Renovação

24. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do pedido de interesse da empresa denominada RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA , que busca ver aprovada a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, que detém na localidade de Mococa/SP, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.

25. Segundo consignou a SECOE em sua NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM (11004015 ), a outorga em questão foi conferida com a edição da Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no DOU de 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2).

26. Verificou, ademais, que o último pedido de renovação da outorga em questão refere-se ao decênio de 2003-2013, deferido com a publicação da Portaria nº 187, de 24 de março de 2010 , no DOU de 3 de maio de 2010, sendo a permissão renovada por mais 10 (dez) anos, contados a partir de 30 de junho de 2003 e o ato cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no DOU de 7 de janeiro de 2013 ( SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

27. Quanto ao período de 2013-2023, o pedido de renovação foi apresentado no dia 19 de fevereiro de 2023. Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



2013, dentro, assim, do prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que requerimentos de renovação da outorga devem ser apresentados entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, *in casu*, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

28. Apesar de ter sido aprovado pela área técnica e por esta CONJUR à época, conforme Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020 (DOU de 28 de julho de 2020), renovando a concessão por mais dez anos, contados a partir de 30 de junho de 2013, e em seguida remetido à Casa Civil da Presidência da República para ciência e posterior envio do assunto à deliberação do Congresso Nacional, para a adoção das medidas consecutórias (SUPER 11004009 - Págs. 7-21), o decênio venceu antes da adoção de qualquer ato por ambas as Casas.

29. No que pertine à recepção do presente pleito, que abarca o decênio de 2023 a 2033 observou a SECOE ter a entidade apresentado tempestivamente manifestação de interesse na continuidade da sua outorga em 11 de agosto de 2022 (SUPER 10300766 - Págs. 1-2), considerando ter seu protocolo ocorrido no prazo legal previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, *in casu*, entre 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.

30. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 11003739).

31. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a documentação que deverá instruir o processo renovatório[1].

32. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

*" SUMÁRIO EXECUTIVO*

*(...)*

2. *Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."*

33. Aduzindo a SECOE, ademais, que:

*"10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:*

*'Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*(...)*

*§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.*

*§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:*

*I - certidão de antecedentes criminais;*

*II- informações sobre pessoa jurídica;*

*III- outras expressamente previstas em lei."*

11. *Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."*

34. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11003736 - Págs. 1-2).

35. A entidade e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 6-10).

36. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora o serviço de radiodifusão sonora

requerência modulada, em duas outorgas, na localidade de Mococa/SP, e não figura como sócia no quadro de outra

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Máisa Moreira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

37. E, no que pertine à exploração do serviço de radiodifusão sonora em duas outorgas no Município de Mococa/SP, entende a SECOE que tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, por configurar excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, visto se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga.

38. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11003735 - Págs. 2-5 ), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11003401).

39. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento SUPER 11003739:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

40. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

41. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021 [2]. —

42. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

43. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

44. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação válida até 30 de junho de 2033 (SUPER 11003735 - Págs. 12-13 ).

45. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

46. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

47. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*.

48. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"*.

### III - CONCLUSÃO

49. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

Brasília, 10 de outubro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA  
Advogada da União

[1] "Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)"

[2] "Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de

operação; III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, orado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a



licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305612002 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 10:23. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.022328/2022-70

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dra. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Clube de Mococa Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, no período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, concedida à entidade Rádio Clube de Mococa Ltda.
4. Conforme os termos do PARECER n. 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 15 da NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM, convém lembrar que o PARECER N. 00523/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº 53115.015129/2022-13), apresentou resposta à consulta formulada à época pela extinta Secretaria de Radiodifusão - SERAD (atual SECOE), no sentido de esclarecer que a interpretação do art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, estabelece a possibilidade de uma pessoa, seja jurídica ou natural, figurar, ao mesmo tempo, no quadro societário de duas pessoas jurídicas distintas executantes dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na mesma localidade, quando uma destas outorgas for proveniente de operação de adaptação.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade Rádio Clube de Mococa Ltda.
8. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 10 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1305727892 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 15:24. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02100/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.022328/2022-70

INTERESSADOS: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o PARECER n. 00675/2023/CONJUR- MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 02090/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de outubro de

2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115022328202270 e da chave de acesso e422274b



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1306350985 e chave de acesso e422274b no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-10-2023 18:00. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.022328/2022-70

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Mococa Ltda**, inscrita no CNPJ nº 52.505.161/0001-30, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, vinculado ao FISTEL nº 02022888626, referente ao período de 30 de junho de 2023 a 30 de junho de 2033.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Clube de Mococa Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 103, de 28 de junho de 1983, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de junho de 1983 (SUPER 11004009 - Págs. 1-2). Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2003-2013**. De acordo com a Portaria nº 187, de 24 de março de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 de maio de 2010, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 30 de junho de 2003**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 92, de 2013, publicado no Diário Oficial da União do dia 7 de janeiro de 2013 (SUPER 11004009 - Págs. 5-6).

7. Concernente ao período de **2013-2023**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 19 de fevereiro de 2013, gerando o protocolo nº 53000.007560/2013-84, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 30 de dezembro de 2012 e 30 de março de 2013.

8. Naqueles autos, por intermédio da Nota Técnica nº 3008/2020/SEI-MCTIC e do Parecer nº 0195/2020/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, a então Secretaria de Radiodifusão e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido de renovação da outorga (SUPER 11004009 - Págs. 7-21). Na sequência, foi da a Portaria nº 140, de 24 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

julho de 2020, **renovando a concessão outorgada à interessada, por novo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2013** (SUPER 11004009 - Pág. 22). Na sequência, o assunto foi submetido à Casa Civil da Presidência da República para conhecimento e posterior envio dos autos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal. No entanto, o decênio venceu antes que ato de renovação fosse aprovado.

9. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de agosto de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 10300766 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do mencionado art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 30 de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.

10. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 11003739). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

11. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

12. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 11003736 - Págs. 1-2).

13. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os atos fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Anuário de Registro de Empresas e Pessoas Jurídicas – SIACCO em 10 de julho de 2023 (SUPER 11003735 - Págs. 1-2).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

14. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, na localidade de Mococa/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Maria Auxiliadora Ferreira Barbosa e a sócia Maísa Moreira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

15. Quanto à exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no Município de Mococa/SP, pela pessoa jurídica ora interessada e seus sócios, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

16. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11003735 - Págs. 2-5). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 11003401).

17. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 11003739).

18. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

19. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

20. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da possui validade até 30 de junho de 2033 (SUPER 11003735 - Págs. 12-13).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

22. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11003735 - Págs. 15-18). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mococa/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 11004217) e de Exposição de Motivos (SUPER 11004219), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nery de Souza Neto, Técnico de Nível Superior**, em 31/07/2023, às 15:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

Nota Técnica 107/16 (11004015)

SEI 53115.022328/2022-70 / pg. 6

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 31/07/2023, às 15:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 31/07/2023, às 16:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 01/08/2023, às 13:17 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11004015** e o código CRC **9F33D22E**.

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (11004217)
- Minuta Exposição de Motivos (11004219)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

Documento nº 11004015



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 24 de novembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à R. CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de rad. sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 649 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 24/11/2023, às 13:57, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **4767669** código CR**89749351** site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Process o nº 53115.022328/2022-70

SUPER nº 4767669

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4514/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 649/2023 (MOCOCA/2023), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, que trata da renovação, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 1º de janeiro de 2023, da permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. (CNPJ nº 52.505.161/0001-30), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mococa, estado de São Paulo.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 24/11/2023, às 19:46, com IP oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 47693044 e o código CR5743C74B no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.022328/2022-70

SUPER nº 47693044

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 649/2023 MCOM (4767658), do Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Encaminhamento de Exposição de Motivos.

**Trâmites do Processo:**

Despacho DIPUBL/CODOC/DILOG/SA/SE/CC/PR (4771054), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 4514/GM/CC/PR (4769304), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 27/11/2023, às 17:41, com IP oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 4771054, código CR57FF6FD8, no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

SUPER nº 4771054



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.022328/2022-70

Nota SAJ - Radiodifusão nº 570 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.022328/2022-70

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.022328/2022-70, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 52.505.161/0001-30, na localidade de **Mococa/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Visando a instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento na Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.000/1967 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se atribuída ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição e da descentralização, previsto no art. 10, Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmaram que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo, em consonância com a NOTA TÉCNICA Nº 10716/2023/SAJ (4767667) e com o Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/665/Assin, a verificação técnica e a análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada.



Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023**, de re

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa de Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RS [2] indica a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *trata-se de feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3].* O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, atualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo papo poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura de renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.022328/2022-70, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**AMANDA MARQUES RIBEIRO**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República  
(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitação de alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (I e II) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

[3] RODRIGUES JUNIOR, O ~~tao~~ ~~regime~~ ~~juridico-c~~ ~~assional~~ da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/07/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 23/07/2024, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 23/07/2024, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5794726** ou código **CR4F206AF6** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

SUPER nº 5794726



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 495/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.022328/2022-70.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00649/2023 MCOM, de 1 de Novembro de 2023, do Ministério das Comunicações

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Mococa (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00649/2023 MCOM (que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.022328/2022-70, acompanhado da [Portaria nº 10 de outubro de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por prazo de dez anos, a partir de junho de 2023, no município de Mococa, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, pela empresa RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 52.505.161/0001-80, com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#), em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, e o direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das condições regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obriga a possibilidade de técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00675/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 10/10/2023, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 10716/2023/SEI-MCOM, de 01/08/2023 (4762531), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1972.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 31/07/2023 (4762531), que registra o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Administração de Controle Social](#);
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	52.505.161/0001-30
NOME EMPRESARIAL:	RADIO CLUBE DE MOCOCA LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	MAISA MOREIRA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MARIA AUXILIADORA FERREIRA BARBOSA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 26/06/2024 às 14:30 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada pelo interessado; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não vê óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 225 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República para emitir manifestação final quanto à **conformidade**, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2023](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)



7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

[4] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/09/2024, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5849555** ou o código **CR1DA0E3D2** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.022328/2022-70

SEI nº 5849555

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958  
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

MENSAGEM Nº 1.182

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2023, que renova, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Brasília, 26 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

ASSINADO DIGITALMENTE  
LUIZ INACIO LULA DA SILVA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.182, de 26 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato da Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2023, que revoga a Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/09/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 27/09/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **6119628** ou o código **CR2CE01E18** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2023, que renova, a partir de 30 de junho de 2023, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6119584) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 27/09/2024, às 14:20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **6120536** ou o código **CRE2926E6B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.022328/2022-70

SEI nº 6120536

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1300/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 10.725, de 11 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 12 de outubro de 2023, que renova, a partir de junho de 2023, a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora modulada, no Município de Mococa, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/09/2024, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 11.224, de 22 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 6121264 ou o código CR58B27676 no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.022328/2022-70

SEI nº 6121264

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82>

7f3e2f27-71b2-42e6-b200-3e5c2fb37e82